



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Lara de Barros Ramos Reis

ARQUITETURA EM COLETIVO

OS DESAFIOS DE COLETIVOS DE ARQUITETURA
EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pelo Professor Doutor Rui Aristides Bixirão Neto Marinho Lebre,
apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra

Setembro de 2022

arquitetura em coletivo

os desafios de coletivos de arquitetura
em tempos neoliberais

Dissertação desenvolvida por Lara de Barros Ramos Reis,
com a orientação do Professor Doutor Rui Aristides Bixirão Neto Marinho Lebre.

Mestrado Integrado em Arquitetura do Departamento de Arquitetura
da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra

Setembro de 2022

notas de edição

- a) Neste documento são adotadas as normas da 17ª edição do *The Chicago Manual of Style*.
- b) Devido à vivência luso-brasileira da autora, aderem-se variações linguísticas dos dois países.

um agradecimento

a todos os professores que tive, em especial
ao Rui pelo apoio constante que tornou este trabalho possível, por me estimular a ter sempre um olhar crítico e atento à tudo que me rodeia e pelos conselhos que guiaram a formação do ZÁS.

a Dona Lurdes, Vanessa e Nina pelo apoio que permitiu a concretização da entrega e do documento,
a Maria José, do CES, pela ajuda com as dúvidas que surgiram na reta final.

a Artur, Arthur, Bárbara, Diana, Fred, Gabi, Gonçalo e Ivan por fazerem o ZÁS existir e por fazerem do trabalho uma diversão. Bem como ao pessoal do Apura, a Sandra e todos os parceiros que cruzaram nosso caminho até agora, sem vocês o ZÁS não seria possível.

a todos os amigos, sobretudo
a Bia e Paula pelo acolhimento mais do que especial em Bruxelas e
a Ana, Aninha, Galhardo e Sgotti por tornarem o período de investigação infinitamente mais leve.

aos membros dos coletivos que estudei, em especial
a Ana Catarino, Benoît Lorent, Jorg De Vriese, Leonardo Brawl, Marina Mergulhão, Monica Di Eugenio e Patrick Hubmann pela atenção e disponibilidade para compartilharem sobre a vossa prática.

a Oscar, Nela e Nuno pelo apoio e pelo carinho.

a minha família e a Ivan pelo amor, pelo suporte incondicional e por tanto mais.



Figura 1:
Caminhada Exploratória na
Conchada, Colectivo ZÁS
Fotografia da autora, 2022

resumo

A presente dissertação tem como finalidade central o estudo de práticas arquitetônicas desempenhadas em prol de uma construção coletiva da cidade, investigadas através da análise do exercício profissional de *coletivos de arquitetura*. Visto que o próprio termo *coletivos* já sugere um fazer colaborativo e horizontal, supõe-se que subvertam lógicas intrínsecas ao urbanismo capitalista.¹ Este, por sua vez, é regido maioritariamente a partir de prioridades mercantis, no qual o poder de decisão sob o espaço se limita a um grupo restrito de forças sociais dominantes.² É a partir de tal âmbito que os coletivos de arquitetura serão aqui analisados, buscando-se averiguar se estes são de fato capazes de contribuir com a subversão do urbanismo neoliberal e com o estabelecimento de um modelo de produção urbana mais colaborativo. Ademais, partindo do entendimento que, apesar de terem gradualmente vindo a alcançar visibilidade nos últimos anos, os contornos das práticas destes permanecem vagos, a investigação pretende colaborar para a clarificação do que são coletivos de arquitetura.³

Para tal, parte-se de uma leitura abrangente acerca da gestão neoliberal das cidades e possíveis respostas da prática arquitetônica, realizada através de uma revisão de literatura delimitada a alguns estudos considerados pertinentes no âmbito da investigação realizada. Passa-se então para uma apreciação global sobre os coletivos de arquitetura, novamente com base numa revisão de literatura e através da composição de um *tipo ideal*.⁴ Por fim, apresenta-se uma análise aprofundada de coletivos específicos, realizada a partir de conversas semi-estruturadas com integrantes dos grupos selecionados. Com isto, foi possível sublinhar aspectos recorrentes da prática de coletivos de arquitetura, bem como responder a grande parte das questões levantadas pela dissertação acerca do papel que estes ocupam numa construção coletiva da cidade.

palavras-chave: urbanismo neoliberal; direito à cidade; práticas arquitetônicas alternativas; participação; coletivos de arquitetura.

1 Jodelle Zetlaoui-Léger, Elise Macaire e Céline Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning: The Educational Institution as a Mediation Framework,” *Architecture 2*, no.1, fevereiro de 2022, 69.

2 Neil Brenner, Peter Marcuse e Margit Mayer, ed. *Cities for People, not for profit* (Londres; Nova Iorque: Routledge, 2012). David Harvey, “Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism,” *Geografiska Annaler* 71B, no. 1 (1989), 3-17.

3 Florent Chiappero, “Du Collectif Etc aux ‘collectifs d’architectes’: une pratique matricielle du projet pour une implication citoyenne” (dissertação de doutorado, Aix-Marseille Université, 2017), 39. Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning,” 69.

4 Max Weber, “A ‘objetividade’ do conhecimento na ciência social e na ciência política,” em *Metodologia das ciências sociais; Parte 1*, trad. Augustin Wernet (São Paulo: Cortez Editora; Editora da Unicamp, 2001 [1904]), 137-138.

abstract

This dissertation has as its central purpose the study of architectural practices performed in favor of a collective making of the city, investigated through the analysis of the professional practice of *architecture collectives*. Since the very term *collectives* already suggests a collaborative and horizontal way of acting, it is assumed that they subvert logics intrinsic to capitalist urbanism.⁵ This, in turn, is mostly ruled by mercantile priorities, in which the power of decision over space is limited to a restricted group of dominant social forces.⁶ It is from this scope that architecture collectives will be here analyzed, trying to find out if they are in fact able to contribute to the subversion of neoliberal urbanism and to the establishment of a more collaborative model of urban production. Moreover, based on the understanding that, although they have gradually achieved visibility in recent years, the contours of their practices remain vague, this research aims to collaborate to clarify what are architecture collectives.⁷

To this end, it starts from a comprehensive reading about the neoliberal management of cities and possible responses in the architectural practice, carried out through a literature review delimited to some studies considered relevant in the scope of the research undertaken. Thereafter, the study moves on to a global appreciation of architecture collectives, again based on a literature review and through the composition of an *ideal type*.⁸ Finally, an in-depth analysis of specific collectives is presented, carried out from semi-structured conversations with members of the selected groups. It became then possible to underline recurring aspects of the practice of architecture collectives, as well as to answer a large part of the questions raised by the dissertation about their role in a collective making of the city.

keywords: neoliberal urbanism; right to the city; alternative architectural practices; participation; architecture collectives

Figura 2:
Workshop de Bancos, Colectivo ZÁS
Fotografia de Beatriz Caon, 2022
(modificada pela autora)

5 Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning,” 69.

6 Brenner, Marcuse e Mayer, ed. *Cities for People, not for profit*. Harvey, “Managerialism to Entrepreneurialism, 3-17.

7 Chiappero, “*Du Collectif Etc aux ‘collectifs d’architectes’*,” 39. Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning,” 69.

8 Weber, “A ‘objetividade’ do conhecimento na ciência social e na ciência política,” 137-138.

sumário

introdução 012

objetivos 018

estrutura e método 020

01

a gestão neoliberal das cidades
e como se pode repensar o modelo 026

1.1 arquitetura e urbanismo no capitalismo tardio 028

1.2 outros modos de fazer arquitetura:
as questões que levantam e as portas que abrem 050

02

coletivos de arquitetura 062

2.1 história dos coletivos de arquitetura 064

2.2 caracterização dos coletivos de arquitetura 088

03

aprendendo com quem atua em prol
de uma construção coletiva da cidade 138

●●● considerações finais 210

referências 220



Figura 3:
Santa Fé, Cidade do México
Fotografia de Johnny Miller, s.d.,
“Unequal Scenes: Mexico City”,
<https://unequalscenes.com/mexico-city-df> (modificada pela autora)

introdução

Vivemos em tempos neoliberais. Em relação à produção urbana, isto significa dizer que estamos diante de um modelo orientado maioritariamente por prioridades mercantis. Este é um cenário que pode ser percebido sobretudo a partir das décadas de 1970/80, quando a gestão neoliberal das cidades ganha força mundialmente. A partir deste momento, adota-se um modelo de *empreendedorismo urbano*, no qual o desenvolvimento das cidades é diretamente atrelado à conquista de um crescimento econômico, aferido principalmente pela sua relevância nos circuitos financeiros mundiais.⁹ Em meio a tal competitividade interurbana, depende-se então de uma distribuição desigual dos recursos e do bem-estar social. Estes padrões de desigualdade socioespaciais têm sido continuamente (re) produzidos, não apenas numa escala global, mas também no âmbito da produção urbana, através de uma distribuição assimétrica do espaço e tempo (terras, direitos, poder, recursos, bens, etc).¹⁰

Reconhecendo a realidade espacial dos problemas do sistema vigente, Peter Marcuse apontou que a alternativa, assim como o problema, terá uma expressão espacial. Deste modo, o arquiteto – enquanto profissional com domínio técnico para analisar e intervir sobre o espaço – parece poder contribuir. Contudo, sublinha ainda Marcuse que os moldes de tal contribuição e a sua real efetividade não são claras, visto que, por mais que o problema tenha uma expressão espacial, estes costumam ter raízes em outros campos da sociedade, levantando a questão acerca de até onde a prática arquitetônica é de fato capaz de engendrar mudanças sociais e políticas.¹¹

A resposta para que papel podem os arquitetos ter nesta situação não parece estar presente no exercício convencional da profissão, visto que este tem sido desempenhado em consonância com as dinâmicas do capital. Isto pode ser observado em diversos âmbitos de atuação profissional, bem como a partir da comercialização do objeto arquitetônico enquanto mercadoria, na consequente dependência dos fluxos econômicos, no serviço quase que restrito de quem tem condições financeiras para o pagar – “architects directly affect only about 2 to 5 percent of all that gets build”¹² –, na ratificação de relações de poder, etc.¹³

9 Harvey, “Managerialism to Entrepreneurialism, 3-17. Saskia Sassen, *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy* (Cambridge; Londres: Harvard University Press, 2014), 8-14.

10 Akhil Gupta e James Ferguson, “Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença,” trad. Pedro Soares, *Cultural Anthropology* 7, no. 1 (fevereiro 1992), 30-49. Oriol Nel-lo, *A Cidade em Movimento: crise social e resposta cidadã* (Lisboa: Livraria Tigre de Papel, 2018 [2015]), 53. Edward Soja, “The city and spatial justice,” *justice spatiale/spatial justice*, no.1 (setembro de 2009). Christian Schmid, “Henri Lefebvre, the right to the city, and the new metropolitan mainstream,” em *Cities for People, not for profit*, ed. Brenner, Marcuse e Mayer, 50-56.

11 Peter Marcuse, “Whose right(s) to what city,” em *Cities for People, not for profit*, ed. Brenner, Marcuse e Mayer, 38.

12 Thomas Fisher, “Public-Interest Architecture: a needed and inevitable change,” em *Expanding Architecture: Design as Activism*, ed. Bryan Bell e Katie Wakeford (Nova Iorque: Metropolis Books, 2008), 9.

13 Peggy Deamer, ed. *Architecture and capitalism: 1845 to the present*. (Londres; Nova Iorque: Routledge, 2014), 1-3. Nishat Awan, Tatjana Schneider e Jeremy Till, *Spatial Agency: Other ways of doing architecture* (Abingdon; Nova Iorque: Routledge, 2011), introdução, ePub.



Figura 4:
Caminhada Exploratória na
Conchada, Colectivo ZÁS
Fotografia de Bárbara Angelo,
2022 (modificada pela autora)

Diante de tal quadro (social, econômico, político e disciplinar) e entendendo que a prática arquitetônica concentrada na produção de edifícios limita o potencial transformador da disciplina e dificulta seu desprendimento das amarras do mercado, surgem então *outros modos de fazer arquitetura*.¹⁴ Estas procuram expandir as possibilidades do exercício profissional para além da produção de objetos-arquitetônicos e dos métodos tradicionais de atuação na tentativa de estabelecer um exercício profissional orientado por outros valores que não os de troca e consumo.¹⁵ Com base no referido por José Gámez e Susan Rogers, o objetivo de muitos destes outros modos de fazer arquitetura pode ser entendido como:

“The goal is to transform design from a reactive process to a proactive one, working through collaborative and dialectical relationships with citizens to imagine new possibilities, processes, and implementation strategies that challenge traditional methods and markets norms.”¹⁶

Dentro do universo de outros modos de fazer arquitetura que tem vindo a emergir, este trabalho destaca os *coletivos de arquitetura* visto que, diferente das demais práticas ativistas no seio da disciplina, constituem um fenômeno global que, aos poucos, começa a conquistar um espaço enquanto segmento do exercício profissional.¹⁷ Além disto, o próprio termo *coletivos* já sugere um fazer colaborativo e horizontal,¹⁸ que é a questão central deste trabalho: como traçar práticas arquitetônicas que atuam em prol de uma priorização do bem-estar social e de uma distribuição do poder de transformação da cidade ao cidadão-comum, sob a lógica do *direito à cidade*¹⁹ e de *baixo para cima (bottom-up)*²⁰?

A presente dissertação investiga a prática de coletivos de arquitetura, com o objetivo de discutir as possibilidades e desafios na construção coletiva da cidade e do ponto de vista de um ativismo profissional. Contudo, sendo este um termo que pode abranger formas diversas de fazer arquitetura, faz-se imperativa a especificação do conjunto de características que as práticas aqui investigadas apresentam e, portanto, o espectro de atuação que o termo abrange nesta dissertação.

14 Pegou o termo emprestado de: Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*. Assim, tal como os autores sugerem, evita-se o uso do termo *práticas alternativas*, que é conivente com a ideia da existência de práticas centrais (convencionais) e práticas marginais (alternativas).

15 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, introdução. Bryan Bell, “Expanding Design Toward Greater Relevance,” em *Expanding Architecture*, ed. Bell e Wakeford, 14-17.

16 José Gámez e Susan Rogers, “An Architecture of Change,” em *Expanding Architecture*, ed. Bell e Wakeford, 24.

17 Chiappero, “Du Collectif Etc aux ‘collectifs d’architectes,” 39. Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning,” 69.

18 Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning,” 69.

19 Henri Lefebvre, *O direito à cidade*, trad. Rubens Frias (São Paulo: Centauro Editora, 2008 [1968]).

20 O termo é utilizado para referir um cenário no qual a população participa ativamente na construção da cidade, opondo-se a uma construção urbana *top-down*.



Com *coletivos de arquitetura* não se pretende englobar todos os grupos que assim se reconheçam e nem, da mesma forma, excluir todos aqueles que se identificam com outros termos (atelier, associação, organização, cooperativa, etc). Tal palavra aqui é aplicada em referência a grupos cuja equipe não é estruturada principalmente por relações de trabalho – nos quais os empregados operam sob premissas estabelecidas pelo empregador num sistema hierarquizado – mas sim a partir de ideologias transversais a todos os integrantes, sendo estas componentes cruciais na delimitação da identidade do coletivo. Ademais, para que sejam considerados enquanto uma prática arquitetônica, refere-se a coletivos que desenvolvem maioritariamente práticas espaciais, ou seja, que tenham o espaço como protagonista de suas investigações e intervenções. O que não significa que suas intervenções sejam exclusivamente ou principalmente construções físicas no espaço. Aqui interessou explorar também outros meios de ação sobre o espaço para além do desenho e da construção (exemplos nas figuras 5 e 6), estimulando o debate acerca das possibilidades e limites da profissão.

Parte-se do entendimento que os coletivos de arquitetura, mesmo que orientem suas práticas através de outros valores que não os de troca, estão inseridos numa sociedade regida pelas lógicas do capital, de modo que enfrentam uma série de impasses e desafios que limitam o potencial de transformação pretendido. Ademais, entendendo que, apesar destes coletivos estarem, cada vez mais, ganhando expressão e se mostrando enquanto um viés possível de atuação, seus contornos permanecem vagos, inclusive, sendo raros os trabalhos acadêmicos sobre o assunto.²¹ Faz-se, então, pertinente uma investigação acerca do que os caracteriza, quais as ferramentas e métodos que adotam, como se financiam e como testam os limites da profissão e do seu papel político. Só desta forma será, pois, possível tentar perceber que ideias oferecem para um modelo de produção urbana mais colaborativo e para a subversão do modo neoliberal de fazer cidade.



Figuras 5 e 6:
Pelos [TASCAS] de Lisboa: livro (superior) e
jogo da memória (inferior), Frame Colectivo
Fotografias de Lisa Moura, 2019, “[TASCAS]”,
<http://framecolectivo.com/PT/projectos/tascas/>
(modificadas pela autora)

21 Chiappero, “Du Collectif Etc aux ‘collectifs d’architectes,’” 17; 46.

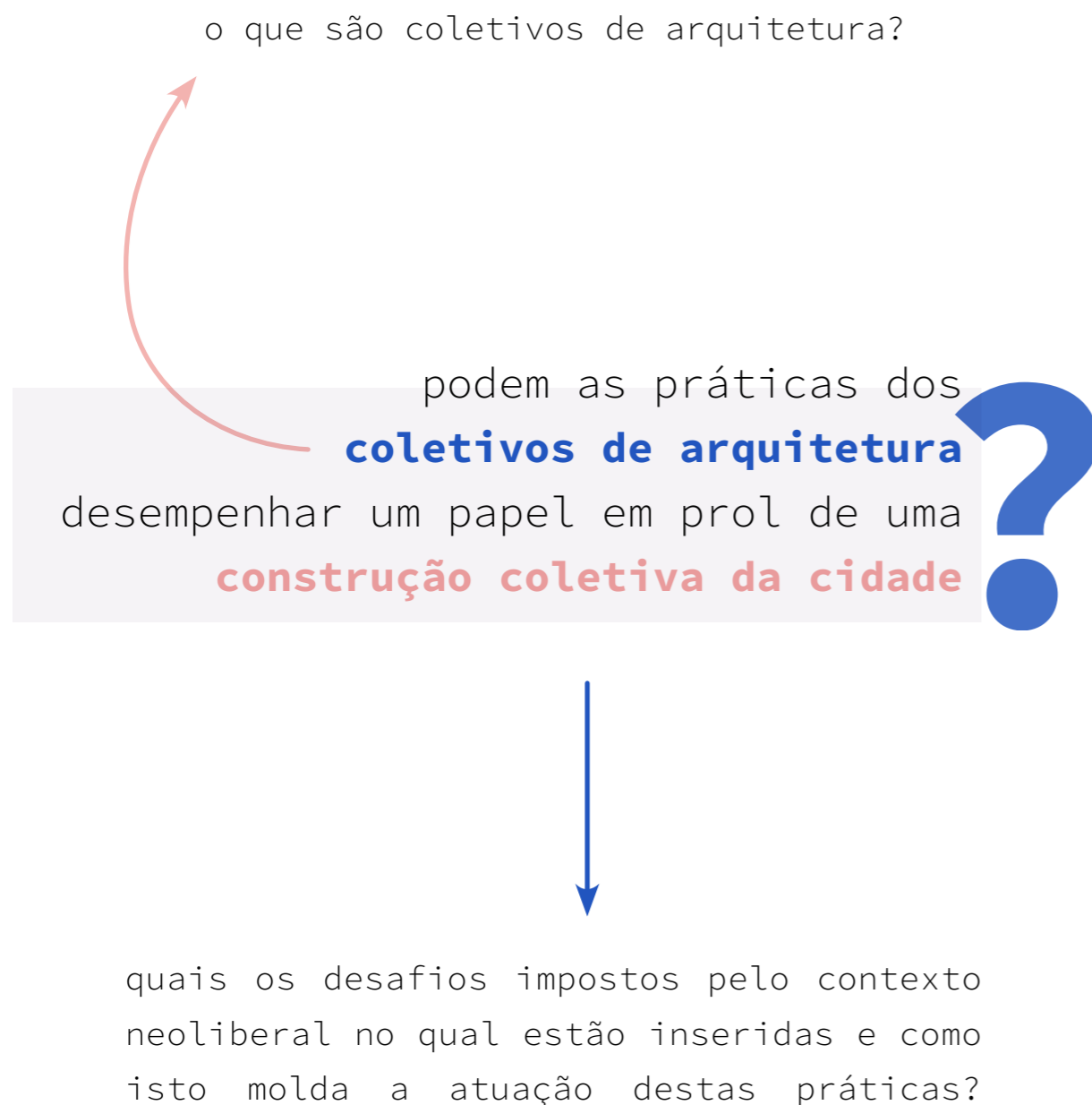


Figura 7:
Relação entre os objetivos
principais da dissertação
Diagrama da autora, 2022

objetivos

Para além do objetivo central já apresentado de, através da análise da prática de coletivos de arquitetura, investigar o papel que arquitetos podem desempenhar em favor de uma construção coletiva da cidade, a dissertação visa responder algumas outras questões que ao longo da pesquisa se mostraram pertinentes para responder ao objetivo central. Sendo que, como já apresentado, tais práticas tentam estabelecer um modelo alternativo de produção urbana ao mesmo tempo que estão inseridas naquilo que tentam mudar, tais questões, de um modo geral, relacionam-se com este dilema existencial:

- a) Pode a prática arquitetônica ser exercida sem capitalismo, mesmo apesar deste?²²
- b) Como exercer uma prática arquitetônica economicamente viável sem se tornar refém dos princípios de quem provê o financiamento?
- c) Até onde a prática arquitetônica é capaz de engendrar mudanças diante de problemas urbanos que, por mais que se manifestem espacialmente, quase sempre têm origem em outros campos da sociedade?

Sendo que os contornos dos coletivos de arquitetura ainda permanecem vagos,²³ a dissertação é desenvolvida com base no processo de clarificação do que de fato constituem estas práticas. Como já manifestado, no entanto, o termo abrange uma ampla gama de atuações, não sendo a intenção traçar um contorno rígido para tal, mas sim apresentar uma análise acerca dos aspectos predominantes. É importante ressaltar ainda que a dissertação não pretende sugerir que as atuações dos coletivos sejam as únicas alternativas de atuação em arquitetura capaz de estabelecer práticas ativistas que questionem o *status quo* do modelo neoliberal, mas sim identificar as lições trazidas por estes. Busca-se, portanto, enriquecer o debate das possibilidades e limites da prática arquitetônica, bem como ampliar o repertório da autora neste sentido, contributo de especial relevância sobretudo na fase de transição para a vida profissional que este trabalho assinala.

²² Michael Sorkin, "Afterword: architecture without capitalism," em *Architecture and capitalism*, ed. Deamer, 217.

²³ Chiappero, "Du *Collectif Etc* aux 'collectifs d'architectes'," 46.

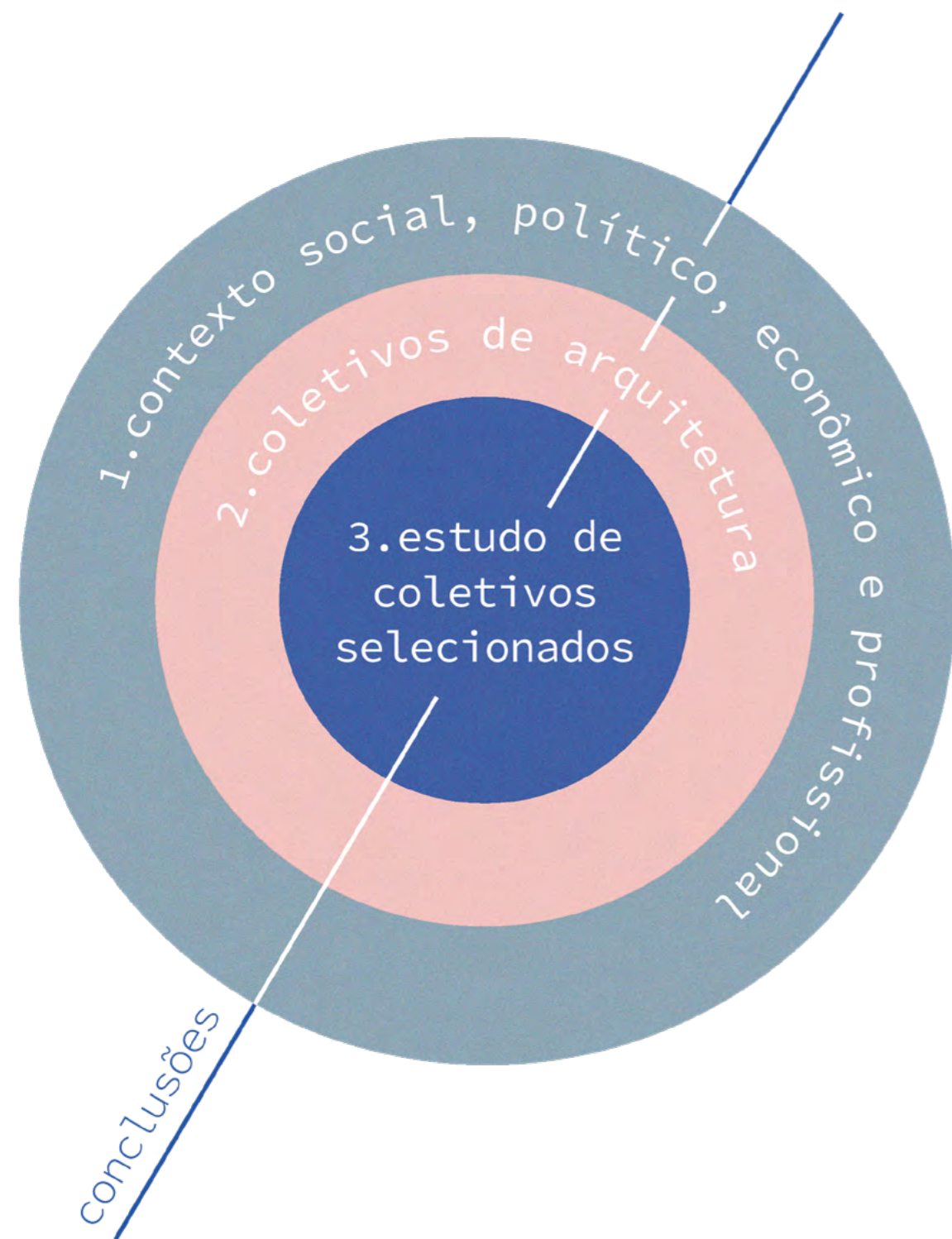


Figura 8:
Relação entre os conteúdos
dos capítulos da dissertação
Diagrama da autora, 2022

estrutura e método

O conteúdo da investigação realizada no âmbito da presente dissertação é trazido ao leitor a partir de uma aproximação gradual ao objeto de estudo (os coletivos de arquitetura). Enquanto o primeiro capítulo apresenta uma discussão sobre a gestão neoliberal das cidades e respostas da prática arquitetônica, ancorada em fontes secundárias, o segundo apresenta uma análise contextual dos coletivos de arquitetura enquanto fenômeno, baseado em fontes secundárias e investigação original. O terceiro e último capítulo apresenta uma análise aprofundada de 7 coletivos e foi todo realizado a partir de investigação original. De uma forma mais detalhada:

O **Capítulo 1 – a gestão neoliberal das cidades e como se pode repensar o modelo** – começa por abordar pontos-chave da história da arquitetura e do urbanismo no capitalismo tardio, que ajudam a entender as dinâmicas da produção urbana atualmente e de como a prática arquitetônica tem vindo a dialogar com os desafios que esta estabelece. São ainda apresentados alguns exemplos de arquitetos que, por meio de outros formatos de atuação que não os dos coletivos, tentaram estabelecer uma resposta às injustiças socioespaciais (re)produzidas pelo urbanismo neoliberal, tornando claro certos desafios comuns ao design ativista. Esta análise foi realizada a partir de uma revisão de literatura, tendo por base autores tanto da área da arquitetura e do urbanismo, quanto da geografia, da economia e da sociologia, buscando, assim, trazer várias perspectivas sobre o quadro social, político, econômico e profissional no qual os coletivos de arquitetura emergem.

O **Capítulo 2 – coletivos de arquitetura** – é realizado a partir da análise de autores que se debruçam especificamente sobre a prática de coletivos de arquitetura, destacando-se Elise Macaire²⁴ e Florent Chiappero.²⁵ Contudo, devido à pouca produção científica existente sobre o assunto, são trazidos para o debate também autores como Neil Brenner²⁶ – através do seu texto acerca do *urbanismo tático*, uma prática frequentemente adotada por estes coletivos –, bem como autores que investigam acerca de conceitos que englobam as práticas de coletivos de arquitetura. Dentre estes, prevalecem Nishat Awan, Tatjana Schneider e Jeremy Till,²⁷ que discorrem sobre *agenciamento espacial*

²⁴ Elise Macaire, “L’Architecture a l’Epreuve de Nouvelles Pratiques: recompositions professionnelles et démocratisation culturelle” (dissertação de doutorado, Université Paris-Est, 2012). Elise Macaire, “Une histoire de ‘collectifs’”, em *L’hypothèse collaborative: conversation avec les collectifs d’architectes français*, ed. Mathias Rollot (França: Hyperville, 2018). Zetlaoui-Léger, Macaire e Tchekassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning.”

²⁵ Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes’.”

²⁶ Neil Brenner, “Is ‘tactical urbanism’ an alternative to neoliberal urbanism? Reflections on an exhibition at the MoMA,” em *The Social (Re)production of Architecture: politics, values and actions in contemporary practice*, ed. Doina Petrescu e Kim Trogal (Nova Iorque: Routledge, 2017), 113-128.

²⁷ Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*.



Figuras 10: Intervenção do Colectivo Warehouse

Figuras 12: Intervenção do constructLab

Figuras 14: Intervenção do Trabalhar com os 99%

Figura 9: City3, 2021, “Architecture Film Festival Brussels”, <http://city3.be/?load=projects/architecture-film-festival-brussels> | Figura 10: Warehouse, 2019, “LUCity!”, <http://warehouse.pt/projectos/lucity-vilanova-de-famalicao/?lang=pt-pt> | Figura 11: Filipe Jordão, 2019, Instagram Massapê, <https://instagram.com/p/B04AQ8tnKeD/> | Figura 12: Julie Guiches, 2017, “The Arch”, <https://constructlab.net/projects/the-arch/> | Figura 13: O.S.T., 2019, “Sportifantaisy”, <https://ostcollective.org/experience/sportifantaisy/> | Figura 14: Francisco Nogueira, 2018, “Palácio Marquês de Abrantes”, <https://ateliermob.com/projects/276-reabilitacao-do-palacio-marques-de-abrantes> | Figura 15: TransLAB.URB, 2016, “Vagas Vivas”, <https://translaburb.cc/Vagas-Vivas> (todas modificadas pela autora)

e Greig Crysler,²⁸ que questiona o *design ativista* no contexto da última crise financeira global (2008). Com base neles e, pontualmente, em outros autores, neste capítulo é apresentada uma apreciação histórica que permite entender a evolução do fenômeno. Após isto, são apresentados e problematizados os aspectos predominantes dos coletivos de arquitetura. Na tentativa de, a partir das características mapeadas, clarificar os contornos das práticas destes grupos sem pretender fechar a interpretação do que é um coletivo de arquitetura, adota-se o método weberiano de composição de um *tipo ideal*:

“Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou de vários pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados [...], a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento. É impossível encontrar empiricamente na realidade este quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. A atividade historiográfica defronta-se com a tarefa de determinar, em cada caso particular, a proximidade ou o afastamento entre a realidade e o quadro ideal.”²⁹

O tipo ideal é montado a partir das características dos coletivos sublinhadas pelos autores trazidos no capítulo e por uma análise da prática dos grupos mapeados pela autora. Ademais, visto que é possível formular inúmeros tipos para um mesmo objeto de estudo, são acentuadas as características consideradas significativas à luz da contextualização dos coletivos diante da produção urbana neoliberal. Estes tipos são então “‘ideais’ em sentido puramente lógico, sejam rigorosamente separados da noção do dever ser, do ‘exemplar’.”³⁰ O tipo ideal é aqui trazido meramente enquanto método para dar suporte ao entendimento das práticas de coletivos de arquitetura e não como interpretação fechada destas.

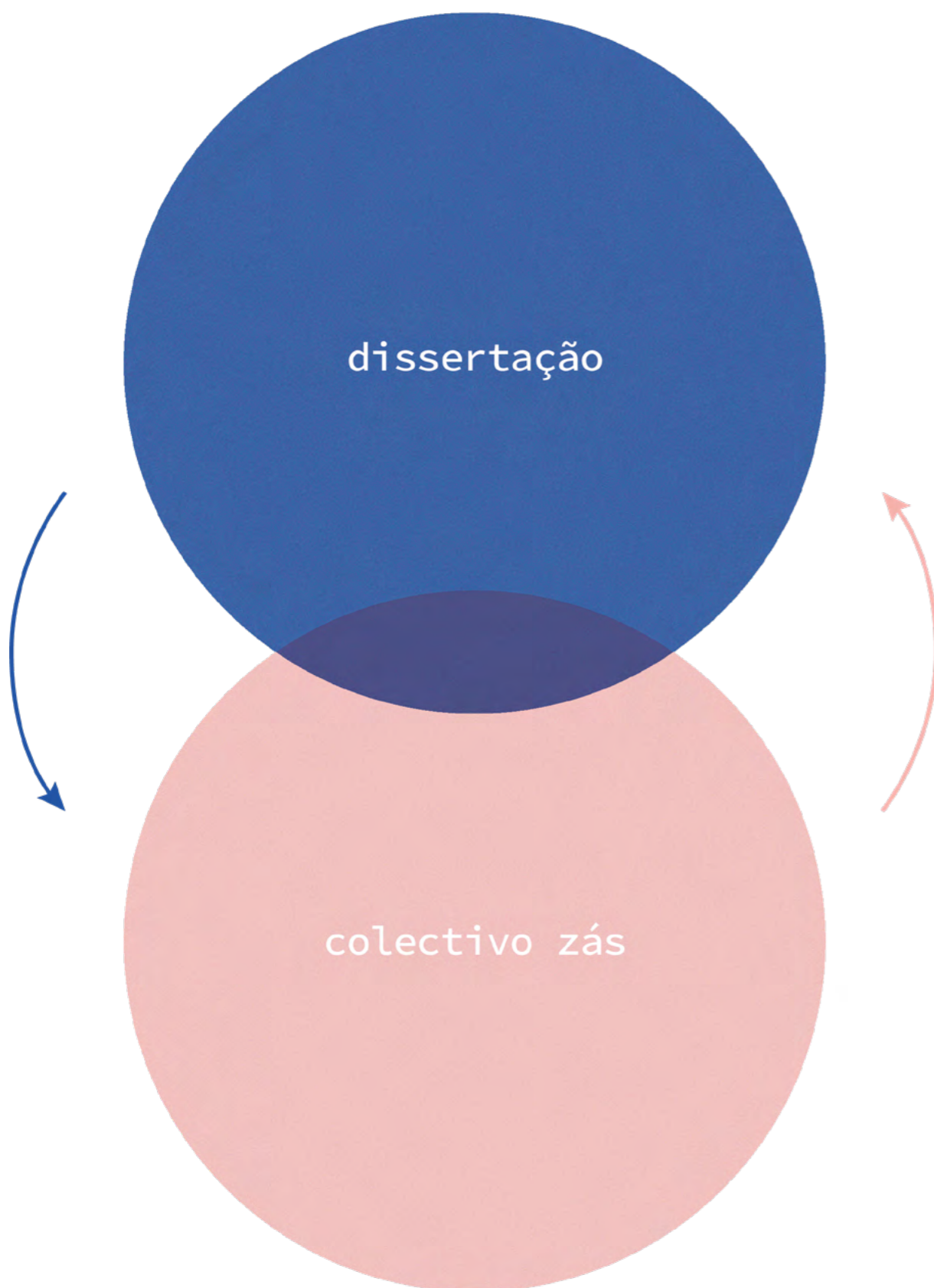
O Capítulo 3 – aprendendo com quem atua em prol de uma construção coletiva das cidades – confronta o que foi contemplado no tipo ideal com a prática concreta de 7 coletivos: *City3*, *Colectivo Warehouse*, *Coletivo Massapê*, *constructLab*, *Oiseaux Sans Tête (O.S.T.)*, *Trabalhar com os 99%* e *TransLAB.URB*. Para tal, entre Junho de 2021 e Agosto de 2022 foram realizadas conversas³¹ semi-estruturadas com integrantes destes grupos, deixando espaço para a identificação de novas características e desafios que venham à tona. O guião que serviu de base para a conversa foi montado através de uma investigação prévia sobre cada um dos coletivos, efetuado através de uma análise a documentos e mídias publicadas pelos mesmos. Procurou-se discutir em que contexto e sob que motivações formam o coletivo, os potenciais e desafios da atuação que desenvolvem, as ferramentas e métodos que utilizam, como financiam seu trabalho, bem como quais os resultados expectados e obtidos. Para além disso, tais conversas foram complementadas com a análise de documentos e mídias publicadas pelos coletivos.

28 Greig Crysler, “The Paradoxes of Design Activism: Expertise, Scale and Exchange,” *FIELD 2*, outono de 2015, <http://field-journal.com/issue-2/crysler> Greig Crysler, “The Paradoxes of Design Activism: Expertise, Scale and Exchange; Part Two: Scale,” *FIELD 10*, primavera de 2018, <http://field-journal.com/issue-10/the-paradoxes-of-design-activism-expertise-scale-and-exchange-part-two-scale>

29 Weber, “A ‘objetividade’ do conhecimento na ciência social e na ciência política,” 137-138.

30 Idem, 138.

31 Preferiu-se realizar conversas presenciais, mas não sendo sempre possível, algumas foram feitas por videochamada.



Figuras 16:
Relação entre desenvolvimento da
presente dissertação e do Colectivo ZÁS
Diagrama da autora, 2022

Como o objetivo central da presente dissertação diz respeito especificamente ao papel dos arquitetos e da arquitetura numa construção coletiva da cidade, foi determinado como critério de seleção dos coletivos que estes deveriam ter pelo menos um profissional da disciplina na equipe. Procurou-se casos que apresentassem uma variedade de posições para o ‘arquiteto’, havendo coletivos em que os arquitetos são os protagonistas, enquanto em outros têm uma participação reduzida. Sob a mesma lógica, procurou-se analisar grupos com diferentes abordagens, estruturas e métodos, bem como de diferentes geografias sociopolíticas.

Visto que o ativismo urbano é uma prática que ocorre ao redor de todo o mundo e, como fica claro no primeiro capítulo, o modelo neoliberal depende da existência de uma desigualdade socioespacial, faz-se pertinente a percepção das influências do meio em que os coletivos se encontram na sua abordagem. Como estratégia, decidiu-se efetuar uma análise com grupos de diferentes situações econômicas, políticas e culturais. Partiu-se da decisão de estudar grupos no Brasil (*Coletivo Massapé* e *TransLAB.URB*) e em Portugal (*Colectivo Warehouse* e *Trabalhar com os 99%*), escolha motivada essencialmente por facilidades que permitiriam que a análise fosse mais aprofundada, rápida e extensa diante do recorte temporal de cerca de um ano e meio em que a investigação foi realizada. Conhecer tais contextos através da experiência própria ao longo da residência em cada um dos países permitiu que houvesse uma melhor compreensão, por exemplo, de aspectos históricos e dinâmicas da realidade local que poderiam ser referenciadas pelos membros dos coletivos. Para além disto, já havendo alguma relação preexistente com integrantes de grupos em cada um desses países, o contato com estes e outros grupos foi facilitado e agilizado. A esta solução juntou-se o estudo de coletivos na Bélgica (*City3* e *O.S.T.*). Estes permitiram estudar coletivos numa situação de maior legitimação do Estado, identificada sobretudo em países que ocupam posições centrais no sistema mundial. Os coletivos belgas ofereceram as mesmas condições de facilidade e agilidade dos outros casos, por sua vez, devido ao contato direto com colegas atuando em arquitetura no país. Foram, assim, estudados dois coletivos de arquitetura em cada um dos três países e um outro grupo que, atuando enquanto um coletivo de arquitetura, trabalha em rede numa dinâmica internacional (*constructLab*).

A partir desta análise trifaseada, as reflexões finais discutem o tipo ideal proposto, os principais potenciais e desafios identificados, bem como acerca do papel que arquitetos podem ocupar em prol de uma construção urbana mais colaborativa. Como apoio para as considerações finais – e percorrendo silenciosamente toda a investigação com uma pesquisa-ação a decorrer simultaneamente –, este trabalho impulsionou a autora a criar um coletivo juntamente com colegas do curso: o *Colectivo ZÁS*. Tal experiência permaneceu sempre em diálogo com a investigação, contudo, por não estar vinculada diretamente ao desenvolvimento da dissertação, teve e tem um ritmo próprio. Assim, no momento da entrega do trabalho ainda se tratava de uma experiência recente e experimental, não justificando sua incorporação no corpo central da dissertação, mas ampla o suficiente para que fosse capaz de trazer algum contributo. Tendo ainda em vista que o coletivo visa se prolongar para além do período de investigação que culmina neste documento, as conclusões foram sintetizadas em forma de diretrizes que possam contribuir para o desenvolvimento do *ZÁS* e oferecer futuros pontos de discussão a outros coletivos presentes ou futuros.

1

a gestão neoliberal das cidades e como se pode repensar o modelo

Os coletivos de arquitetura não surgem de forma espontânea e muito menos são os primeiros ou os únicos a tentarem repensar o modelo de atuação exercido pela prática convencional da arquitetura na tentativa de desenvolver uma atuação baseada em outros valores que não de troca. Deste modo, antes de entrar numa análise destes coletivos, faz-se pertinente entender o contexto social, político, econômico e profissional que os leva a emergir. Ademais, procura-se estabelecer uma base teórica que permita a compreensão dos desafios engendrados pelo contexto neoliberal em que estão inseridos.

1.1 arquitetura e urbanismo no capitalismo tardio

“[...] all of architecture is a manifestation of capital.”³²

Como aponta Peggy Deamer através de argumento suportado por textos de diversos autores que analisam momentos e personagens-chave da história da arquitetura, a prática da disciplina sempre esteve intimamente ligada aos processos econômicos em decorrência. Tal relação tanto se exprime a partir de dinâmicas mais evidentes, como através do mercado imobiliário, determinando, por exemplo, quem tem poder de compra para encomendar projetos e ocupar certos espaços; quanto a partir de expressões mais sutis, como através de sua influência na concepção dos desejos culturais, do controle da disseminação da arquitetura na mídia, do estabelecimento das relações de poder, dentre uma série de outros exemplos. Além disso, fundamentando-se nos conceitos de *base* e *superestrutura*³³ cunhados por Karl Marx, Deamer assume a existência de um papel da arquitetura na operação da *base*, exercendo influência nos alicerces econômicos da sociedade; bem como seu caráter enquanto *superestrutura* e, portanto, expressão destes alicerces.³⁴

“[...] architecture operates as much in the superstructure as in the base. While the construction industry participates energetically in the economic engine that is the base, architecture (particularly as a design practice) operates in the realm of culture, allowing capital to do its work without its effects being scrutinized.”³⁵

Este debate foi intensamente abordado em 1969 por Manfredo Tafuri em *Per una critica dell'ideologia architettonica*, quatro anos mais tarde reelaborado e ampliado em *Progetto e utopia*,³⁶ no qual Tafuri questiona o papel da arquitetura no desenvolvimento capitalista que eclode com a Primeira Revolução Industrial. Para Tafuri, a arquitetura – enquanto *trabalho intelectual* – deambula entre duas esferas de atuação: reconhecendo-se como *trabalho*, assume a existência de uma autonomia relativa, regulada pelo sistema de produção; negando-se enquanto tal, assume seu caráter puramente *ideológico*. Seria esta dupla esfera de atuação da profissão que nos permitiria conceber o Movimento Moderno como uma arquitetura-ideologia: supostamente autônoma e nutrida pela crença de, através da forma, engendrar uma série de mudanças sociais e políticas. Para tal e ainda segundo

32 Deamer, ed. *Architecture and capitalism*, 2.

33 Raymond Williams, “Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory,” *New left Review* 82, no. 1 (novembro/dezembro de 1973), 3-16. A base diz respeito ao sistema de produção e de organização social que determinam as superestruturas, ou seja, as práticas culturais, as tradições, discursos, etc.

34 Deamer, *Architecture and capitalism*, 1-3.

35 Idem, 1-2.

36 Aqui referenciado em sua edição portuguesa: Manfredo Tafuri, *Projecto e utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo*, trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira (Lisboa: Editorial Presença, 1985 [1973]).



Figura 17:
Seagram Building, Mies Van Der Rohe,
1958, Nova Iorque
Fotografia de Ezra Stoller, 1960s,
“Seagram Building in New York”,
[https://archeyes.com/seagram-
building-new-york-mies-van-der-rohe/](https://archeyes.com/seagram-building-new-york-mies-van-der-rohe/)
(modificada pela autora)

Tafuri, a arquitetura absorve como estratégia muitas das dinâmicas da produção industrial do *mundo moderno*. Esta aproximação ao caráter produtivo do capitalismo industrial – à base – fez com que este se tenha sobreposto ao caráter ideológico da prática, de modo tão entranhado que, deflagrada a crise econômica de 1929, desencadeia-se também uma crise na arquitetura.³⁷

Para Tafuri, bem como para muitos outros historiadores e críticos no seu encaço, o Movimento Moderno inaugurou uma fase em que a profissão e prática profissional da arquitetura assentam firmemente do lado da produtividade econômica. Nos Estados Unidos, esta dinâmica fica clara com o *New Deal* que, inaugurando uma forma keynesiana de Estado-providência, dá início à realização de uma série de obras públicas, como meio de gerar empregos e movimentação de capital.³⁸ Se houvesse incerteza quanto à necessidade de tomar um lado no argumento do Tafuri, esta desapareceu na fase dos modernos Estados-providência, começando em 1920/1930. Com os grandes programas de desenvolvimento, quase sempre ligados às modernas obras de construção, estava efetivamente a tentar evitar a revolução. No pós-Segunda Guerra, a situação se repete então a uma escala planetária e no quadro da competição geopolítica com a União Soviética.³⁹ Como aponta Diane Ghirardo, o modernismo, que neste período concentra-se na construção de “arranha-céus, prédios de escritório e centros comerciais a um custo viável,” torna-se atraente “para incorporadores e administradores urbanos, que aproveitam a oportunidade para remodelar o centro das cidades [estadunidenses] nas décadas de 50 e 60.”⁴⁰

Os países europeus se encontravam diante da urgência de reconstruir as cidades destruídas pela Guerra e amenizar a grande densidade populacional urbana ao mesmo tempo que se almeja estabelecer um crescimento econômico. Assim, são executados planos de urbanização fundamentados em princípios modernistas, sobretudo associados à questão habitacional. Alastra-se “[um desejo] de apegar-se aos resultados imediatos, tangíveis: condições pouco propícias para um debate profundo, adequado à gravidade dos problemas.”⁴¹ A partir desta base comum, cada nação adota uma estratégia particular, no caso da Inglaterra, por exemplo, há a construção de uma série de cidades de raiz, conhecidas como *New Towns*. Estas eram construídas em um curto período de tempo em áreas pouco ou nada urbanizadas, de modo que, sendo desenvolvidas a partir de um *master plan* e sem que sejam fruto de uma construção cultural como ocorre nas urbanizações mais graduais, tais cidades são símbolos de uma construção urbana *top-down*. Além disso, são marcadas

37 Idem, 49.

38 Tales Pinto, “O New Deal,” História do Mundo, acessado em 28 de março de 2022, <https://historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/o-new-deal.htm>

39 David Harvey, “Absolute Contradictions of the Post-War Era,” 22 de abril de 2021, *David Harvey's Anti-Capitalist Chronicles*, podcast, 46:58, <https://anticapitalistchronicles.libsyn.com/absolute-contradictions-of-the-post-war-era>
David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism* (Nova Iorque: Oxford University Press, 2007 [2005]), 9-19.

40 Diane Ghirardo, *Arquitetura contemporânea: uma história concisa*, trad. Maria Beatriz de Medina. (São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1996]), 5.

41 Leonardo Benevolo, *História da Arquitetura Moderna*, trad. Ana Goldberger (São Paulo: Editora Perspectiva, 2001 [1960]), 647.

por edifícios habitacionais pouco diversos, falta de identidade cultural e, conseqüentemente, dificuldade no estabelecimento de uma imagem própria, o que faz com que muitas vezes sejam consideradas exemplos de insucesso.⁴² Este período de associação entre arquitetura moderna e crescimento capitalista, alicerçado no modelo liberal estadunidense, gera ambientes urbanos com características suficientemente comuns entre vários países e culturas para gerar reações críticas variadas e internacionais. Dentre estas, encontram-se as propostas utópicas de grupos como o Archigram (1961-1975, Inglaterra⁴³), Superstudio (1966-1978, Itália⁴⁴), Archizoom (1964-1974, Itália⁴⁵) e Gruppo Strum (1966-1975, Itália⁴⁶) que, através de uma arquitetura nem sempre traduzida em projetos para edifícios, exploravam outras possibilidades de atuação para a disciplina, realizadas a partir de perspectivas culturais, sociais e políticas, o que hoje poderíamos chamar de arquiteturas ativistas, especulativas e polêmicas.⁴⁷

Enquanto arquitetos e arquitetas procuravam fazer novas ‘omeletes de ovos partidos’, críticos como Jane Jacobs procuravam identificar a raiz do que era por vezes entendido como a destruição do urbano pela arquitetura moderna. Em 1961, Jacobs publica *The death and life of great american cities*, no qual critica os cânones do urbanismo modernista e defende os benefícios da diversidade programática, caminhabilidade e *escala humana* dos antigos bairros estadunidenses.⁴⁸ Sobre o mesmo tema, em 1965 Paul Davidoff introduz o conceito de *advocacy planning*, defendendo um planejamento urbano mais participativo que, ao invés de ser feito por uma única agência/instituição, seja construído coletivamente por meio de múltiplos planejadores que defendam os interesses de diferentes comunidades.⁴⁹

42 “New Towns,” UK Parliament, acessado em 21 de março de 2022, <https://parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/towncountry/towns/overview/newtowns/> “What is a New Town,” International New Town Institute, acessado em 21 de março de 2022, <http://newtowninstitute.org/spip.php?article415> “The Institute: About INTI,” International New Town Institute, acessado em 21 de março de 2022, <http://newtowninstitute.org/spip.php?rubrique1>

43 Simon Sadler, *Archigram: architecture without architecture* (Cambridge; Londres: The MIT Press, 2005), 3.

44 Jonathan Ringen, “Superstudio: the architecture collective that influenced a generation,” *MetropolisMag*, 6 de janeiro de 2004, <https://metropolismag.com/projects/architecture-collective-superstudio-influenced-generation/>

45 “Archizoom Associati,” Art and artists, MoMA, acessado em 8 de setembro de 2022, <https://moma.org/artists/26812>

46 “Gruppo Strum,” Cooper Hewitt, acessado em 8 de setembro de 2022, <http://cprhwt/p/2AzhH/>

47 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*. Também disponível em: Nishat Awan, Tatjana Schneider e Jeremy Till, “1960s Utopian Groups,” Spatial Agency, acessado em 23 de março de 2022, <https://spatialagency.net/database/1960s.utopian.groups>

48 Aqui referenciado em sua edição brasileira: Jane Jacobs, *Morte e vida de grandes cidades*, trad. Carlos Rosa (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011 [1961]).

49 Paul Davidoff, “Advocacy and pluralism in planning,” *Journal of the American Institute of Planners* 31, no. 4 (1965), 422-432.



Figura 18:
Manifestação de Maio de 68
Fotografia de Fábio Campana, s.d.,
“Maio de 68”, <https://abrilabril.pt/internacional/maio-de-68-tous-ensemble-dix-ans-ca-suffit>
(modificada pela autora)

Em várias esferas e numa crítica à *Big Society* que emerge do capitalismo de Estado do pós-guerra, vários arquitetos procuram subverter os princípios do Movimento Moderno. Fathy Hassan é um caso emblemático que, em *Gourna, a Tale of two Villages*,⁵⁰ apresenta argumentos para a execução de uma arquitetura feita a partir de métodos locais, de modo coerente com as possibilidades da comunidade que aloja e que possibilite a participação desta. Apesar de expor as dificuldades enfrentadas para a concretização efetiva de tais princípios, especialmente devido a obstáculos burocráticos, Fathy deixa claro o quanto o processo arquitetônico era enriquecido com a participação de múltiplos agentes, rompendo com a figura do *arquiteto-autocrata* que o modernismo e os seus regimes mediáticos tinham promovido.⁵¹

Em Paris, no mesmo período eclodiram as revoltas de Maio de 1968, uma série de protestos e greves que tomaram conta das ruas da cidade, sobretudo contra os valores conservadores disseminados pelo Estado.⁵² Os atos franceses engendraram uma onda internacional de revolta que “mediu forças com a ordem do capital.”⁵³ Tal crise não resultou em mudanças sistêmicas, o que Valério Arcary categoriza como uma derrota, afirmando que “ao vencer, o capitalismo provou que era (ou estava) ainda forte o bastante para impor sua dominação, fosse pela força da repressão, ou pela negociação de reformas, ou por combinações variadas de coerção e cooptação.” Contudo, mesmo enquanto estratégia de manutenção do sistema, Maio de 68 abriu espaço para reformas e o futuro desenvolvimento de uma série de movimentos sociais.⁵⁴ Tais inquietações se propagaram também para o campo disciplinar da arquitetura, como aponta José António Bandeirinha:

“A crítica ao academismo, à prática desligada dos contextos e das preocupações sociais tinha vindo a recrudescer desde meados dos anos sessenta. [...] Construir *para* o povo ou construir *com* o povo; erguer a bandeira do regresso à cidade contra as propostas dos urbanistas oficiais, *flûcs du pouvoir*, que, um pouco por todo o lado, iam suprimindo a rua, a praça, a cidade e a vida; lutar contra a redutora sublimação do espaço a um mero produto de mercado; tais eram as grandes prerrogativas que, mais ao jeito de palavra de ordem, se iam colocando aos arquitectos militantes de Maio de 68.”⁵⁵

50 Aqui referenciado em sua edição portuguesa: Hassan Fathy, *Arquitetura para os pobres: uma experiência no Egito rural*, trad. Joana Correia (Lisboa: Argumentum; Dinalivro, 2009 [1969]).

51 Idem.

52 Daniel Silva, “Maio de 1968,” História do Mundo, acessado em 28 de março de 2022, <https://historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/maio-de-1968.htm>

53 Valério Arcary, “Maio de 68: a última onda revolucionária que atingiu o centro do capitalismo,” *Acta Scientiarum: Human and Social Sciences* 30, no. 2 (2008), 209.

54 Idem, 203-209.

55 José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011 [2007]), 36.

Tratava-se do culminar de uma década na qual a França, bem como grande parte dos países ocidentais industrializados, assistia à expansão do papel keynesiano do Estado e a uma série de transformações espaciais. Acompanhando um intenso êxodo rural, buscava-se uma renovação urbana assente em princípios funcionalistas, habitações coletivas eram construídas em massa nas periferias e a vida cotidiana caminhava em direção a uma modernização homogênea. Tais características levaram ao que posteriormente foi denominado de *crise da cidade*, de modo que Maio de 68 e as demais mobilizações consonantes ao redor do mundo englobaram inúmeras questões de âmbito urbano, guiadas principalmente pela premissa de *direito à cidade* cunhada por Henri Lefebvre em livro homólogo publicado no mesmo ano. Neste, defendia que toda a população tivesse, para além do acesso às necessidades e aos direitos políticos enquanto cidadãos, acesso à direitos como, por exemplo, a uma vivência urbana de qualidade, à ocupação do centro e à participação na tomada de decisões sobre a cidade.⁵⁶ Mas, como esclarece Marcuse, o direito à cidade ultrapassa o âmbito dos direitos formais ou legais. “It is The right to the city, not rights to the city. It is a right to social justice, which includes but far exceeds the right to individual justice,” ao mesmo tempo, não se trata de uma distribuição igualitária deste direito, ao menos não em uma fase inicial em que se faz imperativa a remoção do direito de explorar, dominar, suprimir ou desapropriar terceiros que as forças urbanas dominantes detinham na época e que ainda hoje detém.⁵⁷ Em suma, observa-se um confronto e crise do modelo de fazer cidade que vinha sendo (re)produzido na altura, engendrando a emergência de formas militantes que propunham um repensar deste. Contudo, apesar de nos anos seguintes o keynesianismo ser substituído por um outro modelo, este torna as inquietações acerca do papel dos arquitetos na luta pelo direito à cidade ainda mais pertinentes.⁵⁸

Como explica David Harvey, na década de 1970 se inicia uma mudança no modelo de gestão territorial, ocasionada principalmente pela crise econômica de 1973,⁵⁹ quando os países árabes exportadores de petróleo embargaram o fornecimento para a Europa ocidental, Estados Unidos e Japão, engendrando racionamentos de energia e inflações que culminaram em uma recessão econômica internacional.⁶⁰ Neste contexto, a *governança*⁶¹ abandona um modelo de *gerencialismo* urbano, substituindo-o por um *empreendedorismo* urbano. Enquanto no primeiro modelo, orientado pelo keynesianismo, o Estado tinha como principal tarefa a promoção de serviços, equipamentos

56 Marcuse, “Whose right(s) to what city?,” 30; Schmid, “Henri Lefebvre, the right to the city, and the new metropolitan mainstream,” 42-43; e Margit Mayer, “The ‘right to the city’ in urban social movements,” 65-66; todos em *Cities for People, not for profit*, ed. Brenner, Marcuse e Mayer.

57 Marcuse, “Whose right(s) to what city,” 34-35.

58 Brenner, “Is ‘tactical urbanism’ an alternative to neoliberal urbanism?,” 113-128. Harvey, “Managerialism to Entrepreneurialism,” 3-17. Sassen, *Expulsions*, 8-14. Mayer, “The ‘right to the city’ in urban social movements,” 66.

59 Harvey, “Managerialism to Entrepreneurialism,” 5.

60 Liz Batista, “Alta do Petróleo fez país viver crise nos anos 1970,” *Estadão*, 06 de dezembro de 2014, <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,alta-do-petroleo-fez-pais-viver-crise-nos-anos-1970,10618,0.htm>

61 No artigo “Managerialism to Entrepreneurialism,” Harvey sublinha a importância de distinguir *governança* de *governo*, visto que o primeiro vai além do poder público e engloba um conjunto de forças que gere a transformação urbana.



Figura 19:
Em primeiro plano, um acampamento de sem-teto, ao fundo, edifícios famosos de Seattle
Fotografia de Johnny Miller, s.d., “Unequal Scenes: Seattle”, <https://unequalscenes.com/seattle> (modificada pela autora)

e benefícios para a população, com a transição adota predominantemente a função de administrar estratégias que estimulem o crescimento econômico alicerçado, em particular, no crescimento e especulação urbana. Este, por sua vez, mensura-se sobretudo pela sua relevância nos circuitos financeiros internacionais e, além de estabelecer um novo modelo de financiamento do papel estatal, traça um novo modelo de *produção* das cidades.⁶² Assim, caminha-se para o que o sociólogo Colin Crouch denomina de um cenário *pós-democrático*, em que o funcionamento das instituições democráticas é regido sobretudo pelos interesses comerciais de uma elite. Ao ser conduzida pelas lógicas de mercado, entretanto, a produção urbana do empreendedorismo não garante uma distribuição igualitária dos lucros do ‘desenvolvimento’, cultivando uma descrença no regime político.⁶³

Na busca por investimentos externos e mercados de consumo, cria-se uma rede global de cidades, um sistema mundial. Contudo, o que à partida pode aparentar uma rede de cooperações, apresenta uma face perversa: o crescimento das cidades “mais bem sucedidas” depende em parte da existência de outras, as cidades da periferia do sistema, que se submetam a condições legislativas precárias que sustentem a capitalização das *cidades globais*, ou, em outras palavras, do centro do sistema. Ademais, enquanto as fronteiras comerciais vão sendo cada vez mais dissolvidas, mantém-se e, por vezes, intensificam-se as barreiras migratórias como forma de garantir o funcionamento de um modelo que depende diretamente da distribuição desigual do bem-estar social.⁶⁴ Esta nova forma de organizar os benefícios da sociedade urbana, através da urbanização pós-moderna, veio a ser chamada de *neoliberal*.⁶⁵

Este momento neoliberal não tinha, no entanto, se livrado dos fantasmas do modernismo, de modo que a prática arquitetônica incorporou, sem grandes subversões, as lógicas do novo modelo de governança urbana. Como aponta Ghirardo, a arquitetura do final da década de 1970 e da década de 1980 é marcada essencialmente por uma recusa tanto da “elaboração formal do modernismo,” quanto de sua ambição de engendrar transformações sociais e políticas através da arquitetura. Paralelamente, “[os arquitetos] ainda acreditavam no poder da arquitetura de transmitir significado” através da forma, estabelecendo o cenário que marca a prática pós-moderna.⁶⁶

“Assim, paradoxalmente, reafirmavam o poder da forma, junto com seu próprio poder enquanto arquitetos, ao mesmo tempo em que ridicularizavam as aspirações utópicas dos primeiros modernistas. Talvez a continuidade fundamental entre arquitetos modernistas e pós-modernistas provenha da reafirmação do poder da forma e, daí, da primazia do projeto, até a exclusão de outras estratégias para a melhoria das cidades e das condições de vida.”⁶⁷

Enquanto isto, o modelo neoliberal de produção urbana cada vez mais acentuava as desigualdades

62 Harvey, “Managerialism to Entrepreneurialism.”

63 Colin Crouch, *Post-Democracy* (Cambridge; Malden: Polity Press, 2004), 1-6.

64 Sassen, *Expulsions*, 9. Gupta e Ferguson, “Mais além da ‘cultura,’” 30-49. Nel-lo, *A Cidade em Movimento*, 53.

65 Harvey, *A Brief History of Neoliberalism*, 1-4.

66 Ghirardo, *Arquitetura contemporânea*, 2-3; 26.

67 Idem, 26.

de acesso aos recursos urbanos. Diante do cenário de globalização crescente, os centros metropolitanos, ao concentrarem uma maior variedade econômica, social e cultural, apresentaram-se como um terreno fértil para a inovação e para o estabelecimento de múltiplas linhas de comunicação, assumindo posições nodais no sistema mundial e um papel fundamental no controle econômico global. Assim, quanto maior a concentração de recursos urbanos e de possibilidades de interações diversas que uma área apresenta, maior é seu valor de troca. Neste processo, as parcelas da população que não têm condições de acompanhar o aumento dos aluguéis das áreas mais centrais, de usufruir dos comércios de luxo ou de ocupar certos espaços coletivos de controle privado, tornam-se vítimas da *gentrificação*, ou seja, precisam se deslocar para regiões mais periféricas ou marginalizadas. Deste modo, estabelece-se nas cidades neoliberais um padrão de segregação socioespacial.⁶⁸

Tal configuração urbana engendrou uma série de movimentos sociais na década de 1980 que clamaram por uma mudança de cenário. Aponta-se o exemplo das lutas contra a gentrificação de Lower East Side, das mobilizações em Zurique – onde clamava-se por financiamento e espaços para a cena artística alternativa da cidade, que eram praticamente inexistentes enquanto milhões de francos suíços eram investidos em espaços para a elite cultural –, da onda de ocupações na Alemanha Ocidental – como protesto contra o déficit habitacional e a demolição em massa de prédios antigos que vinha acontecendo desde a década anterior para abrir espaço para construções novas – e, em dinâmicas semelhantes, das ocupações em Amsterdã e dos protestos em Seoul.⁶⁹

Em resposta, apontando mais uma vez a resiliência capitalista, instrumentos de participação pública, programas comunitários e políticas de desenvolvimento econômico locais passaram a integrar com mais frequência o conjunto de ferramentas da gestão urbana neoliberal a partir da década de 1990. Tais estratégias não anularam o modelo de desenvolvimento orientado pelo mercado e passaram a compor o grupo de qualidades englobadas na competição entre cidades. Simultaneamente, ao absorver premissas e jargões dos movimentos sociais, transmitiam a ideia de que as demandas pelas quais estes se manifestavam estavam sendo atendidas, o que nem sempre na prática era verdade.⁷⁰

Apesar de, com isto, enfraquecer alguns dos movimentos, não se tratou de um quadro geral, havendo inclusive o surgimento de novos grupos a clamar pelo direito à cidade. Contudo, com a institucionalização de algumas das respostas dadas pela governança urbana, o desenvolvimento de organizações que procuravam engendrar mudanças por um caminho mais regulamentado ganhou

68 Schmid, “Henri Lefebvre, the right to the city, and the new metropolitan mainstream,” 50-56.

69 Idem, 44. Matthew Allen, “The revolution that set Zurich streets ablaze,” *Swissinfo.ch*, 30 de maio de 2010, <https://swissinfo.ch/eng/the-revolution-that-set-zurich-streets-ablaze/8959528> Thilo Schmidt, “Stadterneuerung per Hausbesetzung,” *Deutschlandfunk Kultur*, 29 de maio de 2019, <https://deutschlandfunkkultur.de/westberlin-in-den-80er-jahren-stadterneuerung-per-100.html> Jari Goedegebuure e Anne Wijn en Sam de Graaff, “Een complete veldslag: dit schreef Het Parool over krakersrellen in de stad,” *Het Parool*, 18 de dezembro de 2019, <https://parool.nl/amsterdam/een-complete-veldslag-dit-schreef-het-parool-over-krakersrellen-in-de-stad~b03277a5/> Hyun Bang Shin, “Urban movements and the genealogy of urban rights discourses: the case of urban protesters against redevelopment and displacement in Seoul, South Korea,” *Annals of the American Association of Geographers* 108, no. 2 (fevereiro de 2018), 356-369.

70 Mayer, “The ‘right to the city’ in urban social movements,” 67-69.

força, por vezes em escala local ou nacional, mas outras em escala global na tentativa de responder à estruturação também global do modelo neoliberal. Muitas destas organizações foram estruturadas a partir da associação entre movimentos, organizações não-governamentais e outros agentes com interesses comuns.⁷¹ Ainda em 1987, por exemplo, foi criado no Brasil o Fórum Nacional de Reforma Urbana, uma rede de atores sociais que buscava contestar e resistir ao modelo excludente das cidades nacionais. Em 1998, a Associação para a Tributação de Transações Financeiras e Assistência aos Cidadãos, fundada na França sob o lema “disarm the markets” e, em 1999, expandida para uma escala internacional com o intuito de lutar contra a globalização neoliberal. Dois anos mais tarde, foi criado o Fórum Social Mundial, considerado como o “movimentos dos movimentos” por reunir iniciativas em todo o mundo que procuram fazer frente às “formas de exclusão e de inclusão, de discriminação e igualdade, de universalismo e particularismo, de imposição cultural e relativismo, produzidas ou permitidas pela fase actual do capitalismo.”⁷²

Sobretudo a partir de organizações como estas foram processadas algumas mudanças políticas, como a implementação no Brasil em 1988 do *Orçamento Participativo* na cidade de Porto Alegre – hoje já espalhado mundialmente por cerca de 1.500 municipalidades –, possibilitando a discussão pública sobre onde deve ser investida uma parcela da verba governamental, e em 2001 do *Estatuto da Cidade*, uma lei federal que traça diretrizes e regula instrumentos de políticas urbanas para que se desenvolvam em consonância com o direito à cidade.⁷³

Foram também assinadas uma série de cartas que buscavam traçar pactos rumo ao desenvolvimento de políticas para cidades mais justas, democráticas e inclusivas, destacando-se a *World Charter on the Right to the City*, elaborada ao longo dos primeiros encontros do Fórum Social Mundial.⁷⁴ Nesta é listada uma série de direitos – à participação política, à habitação, à segurança, ao acesso às infraestruturas e serviços urbanos, etc – que devem ser garantidos em prol de assegurar o direito à cidade, além de indicar medidas para a sua implementação que devem ser aplicadas pelas governanças urbanas. Através de instrumentos como estes foi possível ampliar o alcance do debate acerca do direito à cidade e ter sua importância reconhecida por governos e órgãos de relevância internacional como a ONU e a UNESCO. No entanto, apesar dos vários direitos pontuados nestes documentos visarem uma melhoria da qualidade da vida urbana, estes são propostos tendo por base a manutenção da cidade neoliberal, afastando-se da noção de direito à cidade proposto por Lefebvre que demandaria uma transformação estrutural do modelo de produção urbana.⁷⁵

71 Idem, 67-69.

72 “Histórico,” Fórum Nacional de Reforma Urbana, acessado em 27 de abril de 2022, <https://forumreformaurbana.org.br/quem-somos/> “Overview,” ATTAC, acessado em 28 de abril de 2022, <https://attac.org/en/overview> Boaventura de Sousa Santos, *O Fórum Social Mundial: manual de uso* (Madison: s.n., 2004), 9.

73 Laura Sobral, *Fazer Juntos: instrumentos de cooperação para cidades cocriadas* (São Paulo: Cidade Press, 2021), 14. “Lei nº 10.257 institui o Estatuto da Cidade,” Cronologia do Pensamento Urbanístico, acessado em 28 de abril de 2022, <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1423>

74 Fórum Social Mundial, “World Charter for the Right to the City” (Porto Alegre, 2005).

75 Marcuse, “Whose right(s) to what city?,” 30; 34-35. Mayer, “The ‘right to the city’ in urban social movements,” 73-74.



Figura 20:
Manifestação do Occupy Wall Street
Fotografia de Marcus Yam, s.d.,
“Camps are cleared”, <https://nytimes.com/2011/12/01/us/we-are-the-99-percent-joins-the-cultural-and-political-lexicon.html>
(modificada pela autora)

“The demands for rights as enumerated merely target particular aspects of neoliberal policy – for instance, in combating poverty, but not the underlying economic policies, which systematically produce poverty and exclusion. [...] in this perspective local autonomy may be reconciled with international competitiveness, and sustainability with economic growth: neoliberalism with a human touch here seems possible.”⁷⁶

Desta forma, a gestão urbana neoliberal foi se reinventando para garantir a viabilidade do modelo. Este padrão, que neste ponto do capítulo já ficou claro a partir da leitura das respostas dadas às revoltas de Maio de 68, aos movimentos sociais urbanos das décadas seguintes e à instabilidade engendradora pela crise petrolífera de 73, expressa-se mais uma vez através da crise econômica de 2008. Como apontou Harvey, esta mais recente crise revelou uma vez mais a resiliência do modelo neoliberal: “o capital nunca resolve suas tendências de crise, ele simplesmente as move de lugar. E ele as move num sentido duplo, ele as move de um tipo de problema para outro.”⁷⁷ Para superar a crise de 73, houve um amplo estímulo ao investimento em ativos e, para tal, uma flexibilização das políticas de crédito, sendo que a crise de 2008 eclode devido ao endividamento da população e consequente brusca redução dos investimentos. A deslocação dos problemas não é, no entanto, apenas conceitual, mas também geográfica, como foi apresentado através da repercussão da crise de 73 para os países periféricos ou no impacto desigual da mais recente crise inflacionária e energética em diferentes zonas urbanas.⁷⁸

Diante de tal cenário, a visibilidade da dialética socioespacial⁷⁹ ganhou força, juntamente com a percepção da dimensão espacial das injustiças reproduzidas, o que acompanhou a popularização do termo *spatial justice*, conceito sobretudo delimitado e difundido através do trabalho do geógrafo Edward Soja. Contribuindo para a análise da (in)justiça a partir de uma perspectiva espacial crítica, o termo tornou claro para um público alargado aspectos espaciais como a distribuição desigual de recursos urbanos, a delimitação de locais de privilégio, segregações socioespaciais, etc.⁸⁰

Diante da popularização de termos como este e da percepção, acentuada pela crise de 2008, de que o capitalismo continua se reinventando, deslocando suas crises sem resolução e reproduzindo seus padrões de desigualdade socioespacial, surgiu uma nova onda de movimentos sociais urbanos. Engendradora pelo *Occupy Wall Street*, que em 2011 tomou as ruas do distrito financeiro de Nova Iorque, espalhou-se por mais de 100 cidades estadunidenses e 1.500 cidades ao redor do mundo. Um dos principais slogans do *Occupy* foi “We are the 99%,”

76 Mayer, “The ‘right to the city’ in urban social movements,” 74-75.

77 David Harvey, “David Harvey na FAUUSP - A urbanização e as crises,” *PosFAUUSP* 19, no. 32, dezembro de 2012, 12.

78 David Harvey e David Wachsmuth, “What is to be done? – And who the hell is going to do it?,” *Cities for People, not for profit*, ed. Brenner, Marcuse e Mayer, 267-270. Harvey, “David Harvey na FAUUSP,” 12.

79 Henri Lefebvre, *Lógica Formal, Lógica Dialética*, trad. Carlos Nelson Coutinho (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991 [1969]).

80 Soja, “The city and spatial justice.”

em protesto contra um sistema que beneficia uma pequena parcela da população, a partir, dentre outros fatores, da grande influência que as instituições financeiras exercem sobre as políticas governamentais.⁸¹

“[Occupy is] the first major public response, in fact, to about thirty years of a really quite bitter class war that has led to social, economic and political arrangements in which the system of democracy has been shredded.”⁸²

Tais insatisfações geradas por este ciclo vicioso e a consequente desconfiança no sistema democrático parecem validar a tendência apresentada por Crouch, que apontou ainda que a existência de uma democracia plena depende da existência de abertura para a participação ativa da população nas decisões públicas, o que exigiria um desmonte do padrão de desigualdade até então repercutido.⁸³ Este desmonte, por sua vez, só parece possível através do que Chris Rogers denomina de *alternativa ao capitalismo*,⁸⁴ ou seja, um sistema de organização da sociedade que, ao invés de se concentrar nos direitos da propriedade privada e na produção de lucro, coloque ênfase na propriedade coletiva e no alcance de objetivos sociais e cívicos. Neste processo, faz-se imperativa a remoção do privilégio que alguns detêm de poderem determinar, sob seus próprios interesses, os rumos da produção urbana.⁸⁵ Contudo, como aponta Chomsky: “People with power don’t give it up unless they have to. And that takes work,”⁸⁶ de modo que não é coerente esperar que a mudança parta da governança urbana, visto que os planejadores e os demais agentes de poder fazem parte deste grupo sujeitos a perder alguns dos seus direitos. Assim, este cenário alternativo ao capitalismo só pode ser conquistado através de atuações *bottom-up*.⁸⁷

Os coletivos de arquitetura emergem então diante desta história de décadas de uma produção urbana marcada por uma intensa resiliência capitalista e uma ampla reprodução de padrões de desigualdade, exercitando uma alternativa na qual a prática arquitetônica é orientada por premissas que vão de encontro com o cenário de alternativa capitalista sugerido por Rogers. Estes, por sua vez, dão segmento a uma série de profissionais da disciplina que, a partir de outros formatos de atuação,

81 Hugo Dias, “Wall Street (Occupy),” Dicionário das Crises e Alternativas, Observatório sobre crises e alternativas – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, acessado em 04 de maio de 2022, https://ces.uc.pt/ces/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=6833&letter=W. Noam Chomsky, *Occupy* (Grã-Bretanha: Penguin Books, 2012), 54-56.

82 Chomsky, *Occupy*, 54-55.

83 Crouch, *Post-Democracy*, 1-6.

84 Rogers mencionou ainda da possibilidade de atos de resistência *anticapitalistas*, contudo que esta só poderia ser alcançada através de uma contínua remodelação de práticas *alternativas ao capitalismo*.

85 Chris Rogers, *Capitalism and Its Alternatives* (Londres: Zed Books, 2014), 3-4. Marcuse, “Whose right(s) to what city,” 34-35.

86 Chomsky, *Occupy*, 51.

87 Justus Uitermark, “An actually existing just city? – The fight for the right to the city in Amsterdam,” *Cities for People, not for profit*, ed. Brenner, Marcuse e Mayer, 201. Rogers, *Capitalism and Its Alternatives*, 3-4.

buscaram traçar alternativas aos desafios e às injustiças socioespaciais das cidades neoliberais.⁸⁸ Assim, faz-se pertinente o entendimento de algumas destas outras atuações, os desafios que enfrentaram, bem como a herança deixada para os coletivos de arquitetura. A partir desta percepção do quadro que faz emergir estas práticas e de que outras respostas já foram propostas no âmbito da atuação em arquitetura, será então possível a realização de uma análise mais aprofundada acerca dos coletivos, dentre outros objetivos, para tentar entender se, e de que modo, esta alternativa de construção urbana coletiva e de baixo para cima é concretizada.

88 Rogers, *Capitalism and Its Alternatives*, 3-4. Chiappero, “Du Collectif Etc aux ‘collectifs d’architectes’,” 18-20. Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 11-15.

1.2 outros modos de fazer arquitetura:⁸⁹ questões que levantam e portas que abrem

Figura 21 e 22:
Favela Brás do Pina antes (superior) e depois (inferior) de urbanização em que Carlos Nelson participou s.n., s.d., “O espaço público urbano na perspectiva de Carlos Nelson Ferreira dos Santos”, <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.204/6560> (modificadas pela autora)



Como apresentado no subcapítulo anterior, o capitalismo se manifesta espacialmente nas cidades através da operação de um modelo de produção urbana orientado pelo mercado e, englobados nisto, pelos parâmetros da uma competição interurbana global, o que depende de uma distribuição assimétrica (de terras, direitos, poder, recursos, bens, etc). Assim, principalmente a partir da expansão neoliberal, as governanças urbanas têm (re)produzido padrões de desigualdade socioespacial. Refêm das lógicas impostas pelo sistema, a prática profissional da arquitetura convencionalmente tem exercido suas funções a partir de seu valor de troca, atuando sobretudo como meio de expressão destas desigualdades. Contudo, inúmeros arquitetos ao longo da história têm colocado em prática um exercício profissional guiado pela intenção de engendrar mudanças políticas e sociais, na tentativa de responder – em um diálogo hipotético – à provocação de Michael Sorkin: **Pode a prática arquitetônica ser exercida sem capitalismo, mesmo apesar deste?**⁹⁰

Antes de adentrar na análise específica acerca de como alguns arquitetos têm tentado responder a isto através da prática em coletivos de arquitetura, faz-se pertinente perceber que outros tipos de exercício profissional já foram adotados na tentativa de engendrar tais mudanças. Atentando para as questões que levantam e para as contribuições deixadas no debate sobre o papel do arquiteto numa construção coletiva da cidade, foram analisadas práticas exercidas em diferentes âmbitos profissionais: através da prestação de assessoria técnica, da atuação de uma ONG,⁹¹ de profissionais liberais que trabalham também com pro-bonos e da produção acadêmica.

No âmbito da assessoria técnica, destaca-se a atuação de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que apresentou valiosas pistas acerca da possibilidade de exercer uma arquitetura tendo por base o seu valor de uso e não de troca, bem como acerca da questão: **Até onde a prática arquitetônica é capaz de engendrar mudanças diante de problemas urbanos que, por mais que se manifestem espacialmente, quase sempre têm origem em outros campos da sociedade?**

Enquanto arquiteto e urbanista, na segunda metade do século XX, Carlos Nelson participou em uma série de processos de resistência contra a gentrificação de favelas cariocas, nos quais se deparou com inúmeros impasses e impossibilidades de, através da arquitetura, alcançar os seus objetivos sociais. Essas experiências o levaram a procurar ferramentas que lhe faltavam através de uma pós-graduação em antropologia, concluída com uma dissertação na qual reconheceu que “a crise não era urbana, mas sim inerente ao próprio sistema capitalista, portanto de nada

⁸⁹ Reitero que o termo é pegado emprestado de: Awan, Schneider e Till, Spatial Agency. Assim, tal como os autores sugerem, evita-se o uso do termo práticas alternativas, que é conivente com a ideia da existência de práticas centrais (convencionais) e práticas marginais (alternativas).

⁹⁰ Sorkin, “Architecture without capitalism,” 217.

⁹¹ Organização não governamental.

adiantava andar a resolver problemas específicos.” Com isto, concluiu ainda que “as ‘melhorias’ introduzidas nos espaços urbanos e privados pareciam-lhe muito pouco, ou talvez nada, se se limitassem aos objectos em si e não aos sistemas de interacção desses objectos com as pessoas e com as comunidades.”⁹²

Dando segmento ao debate acerca do papel do arquiteto na busca pela justiça espacial, em *A cidade como um jogo de cartas* explicou que o método central da disciplina consiste na simulação “das hipóteses à realidade,” de modo que, enquanto aproximações do que poderá vir a ser, abrangem em si a possibilidade do erro. Assim, afirma que “o fundamental é que permitam reavaliações contínuas feitas por nós e pelos outros, até que se chegue a um consenso sobre o que é mesmo o alvo [do projeto].” Para tal, os especialistas da construção do espaço devem assumir um novo papel: “Ele [o especialista] é aquele que segue a partida com interesse, procura esclarecer dúvidas e pontos obscuros e funciona como mediador, aconselhando a atualização de estatutos e modos de agir.” Em diálogo com as teorias de Foucault, acrescentou ainda que “a arquitetura pode talvez ajudar a resolver problemas sociais, mas só sob a condição de que as intenções libertadoras do arquiteto coincidam com a prática (e o desejo...) real das pessoas em exercitar sua liberdade.” Desta forma, indicou que o arquiteto tem o papel de fornecer meios para que algumas transformações sociais e políticas sejam possíveis, mas que, por si só, não é capaz de assegurar que estas de fato se concretizem. Não deixou de sublinhar, no entanto, a importância do estabelecimento de dinâmicas de luta urbana através do espaço: “Se o espaço é indispensável ao exercício do mando, é bom lembrar que é também suporte necessário e suficiente para que surjam disputas pelo poder.”⁹³

Premissas similares guiaram a prática profissional de diversos arquitetos durante o período. Greig Crysler aponta uma ampla presença nas universidades estadunidenses, durante os anos 1960/70s, de disciplinas cujo objetivo era instruir processos de projeto que envolvessem os futuros usuários. Contudo, estas quase que desapareceram com o passar dos anos, sobretudo devido a alterações nas políticas de financiamento e a influência da renúncia ao papel ideológico da disciplina e da concentração das atenções nos aspectos formais do objeto arquitetônico que o pós-modernismo instaurou. Tal tipo de prática, pode se dizer *ativista*, só volta a aparecer com maior expressão após a crise de 2008, juntamente com o acentuar das desigualdades socioespaciais e com a redução da oferta de empregos em arquitetura, visto que a prática arquitetônica convencional depende da disponibilidade de capital.⁹⁴

92 Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, 48-53.

93 Carlos Nelson Ferreira dos Santos, *A cidade como um jogo de cartas* (Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988), 17; 24; 55.

94 Crysler, “The Paradoxes of Design Activism.” Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, introdução.

Figura 23:

Projeto realizado por meio de concurso da AFH, Blaanc Borderless Arquitectura, 2011-2014, Oaxaca
Blaanc Borderless Arquitectura, s.d., "Rural Sports Center", <https://blaanc.com/rural-sport-center.html>
(modificada pela autora)



“[...] the concentration on the building as the primary locus of architectural production brings with it certain limitations [...]. Buildings are all too easily appropriated into the commodity exchange of the marketplace: “progressive,” “innovative,” “efficient,” “iconic” or “landmark” buildings are seen to have higher exchange value within this system, and it is thus that the signifiers of progress, innovation, efficiency and income generation have become the hallmarks of successful architects in times of fiscal growth. [...] Aligning architecture so closely to the control and values of the marketplace not only shuts down other ways of thinking and operating, but also begs the question as what to do when the foundations of the market are undermined by its own excessive actions?”⁹⁵

Apesar da atuação convencional apresentar tal dependência da disponibilidade de capital, as práticas arquitetônicas orientadas por outros valores (de uso, sociais, políticos, etc) também têm acompanhado, de certa forma, as oscilações do mercado. Além das práticas ativistas que surgem em resposta a momentos de crise econômica, como já apresentado em relação aos anos 1960/70s e ao decorrer da crise de 2008, momentos de relativa prosperidade econômica também engendraram outros modos de fazer arquitetura. Isto pode ser observado, por exemplo, nos anos 2000s, quando eclode o surgimento de inúmeros grupos que procuravam, dentre outras coisas, subverter a ideia de uma disciplina refém das demandas neoliberais e estabelecer modelos alternativos de se fazer arquitetura, enfatizando seu papel enquanto serviço público.⁹⁶

Diante deste contexto, destaca-se o surgimento da organização sem fins lucrativos Architecture for Humanity (AFH). Fundada em 1999 nos Estados Unidos, a AFH surgiu com o preceito de coordenar as respostas arquitetônicas às crises humanitárias, principalmente através de concursos de ideias para a resolução de problemas iminentes e do estabelecimento de pontes entre arquitetos e ONGs. Assim, a AFH promoveu um terreno fértil para que arquitetos, mesmo que usualmente trabalhassem com fins lucrativos, pudessem exercitar uma prática movida por fins sociais. Rapidamente a organização ganhou proporções globais. Após a saída dos fundadores em 2013, a AFH montou uma campanha de arrecadação para garantir a sua operação pelos próximos cinco anos, englobando na estratégia uma chamada aberta para recrutar investidores milionários para compor o quadro de diretores. Uma análise apresentada no relatório da arrecadação de fundos, no entanto, apresentou “*brand confusion*,” uma concorrência competitiva de outras organizações sem fins lucrativos e, com isto, desafios quanto ao financiamento que culminaram na falência da AFH pouco tempo mais tarde.⁹⁷

95 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, introdução.

96 Natalie Donat-Cattin, *Collective Processes: Counterpractices in European Architecture* (Berlim; Boston: Birkhauser, 2021), 12.

97 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, cap. 4. Crysler, “The Paradoxes of Design Activism.”

Apesar da AFH poder ser considerada enquanto um exemplo de sucesso ao ter popularizado esta possibilidade de prática arquitetônica, terminou por se ver refém da obtenção de grandes investimentos e, para tal, da adequação da imagem da organização com base em premissas capitalistas. Este é um desafio comum enfrentado nas últimas décadas por grupos sem fins lucrativos, sobretudo devido ao estabelecimento do modelo neoliberal e, com isto, da expansão do filantropocapitalismo.⁹⁸ Desta forma, levanta-se a questão: **Como exercer uma prática arquitetônica economicamente viável sem se tornar refém dos princípios de quem provê o financiamento?**

Numa linha de atuação semelhante, em 2005 a organização sem fins lucrativos Public Architecture lançou o programa *The 1%*. Tinha como objetivo estimular que escritórios de arquitetura destinassem 1% do horário laboral para o desenvolvimento de projetos *pro bono*, ou seja, para a prestação de serviço gratuitos ou com taxas reduzidas em prol de um bem comum. Para isto, o programa faz uma ponte entre associações sem fins lucrativos que estejam precisando do serviço de arquitetos com escritórios cuja área de especialização seja compatível com a necessidade mapeada.⁹⁹ Segundo o fundador da organização, atuar através deste parâmetro apresenta certas vantagens:

“The solution for the dearth of public service work in architecture is not more nonprofit organizations, but more and better public-interest projects [...]. Working within your existing firm or employment structure offers other advantages: there’s no need to create or manage a corporation with a board of directors, and a private firm is likely to be more flexible with its money and mission.”¹⁰⁰

Pesquisas realizadas pela organização mostram que inicialmente a participação no programa era motivada essencialmente pela vontade de responder às demandas devido ao seu caráter enquanto serviço público. No entanto, este quadro foi mudando ao longo dos anos, de modo que passou a ser possível observar uma predominância de escritórios que participam tendo em vista principalmente o desenvolvimento da empresa, sendo que o programa permite uma expansão do mercado de atuação.¹⁰¹ Assim, por mais que atuação através destas estruturas não fique refém de financiadores e seja capaz de aumentar “the quantity and quality of architectural services performed in the public

98 Idem, cap. 4. Idem.

99 John Peterson, “Mobilizing Mainstream Professionals to Work for the Public Good,” *Expanding Architecture*, ed. Ball e Wakeford, 94-103. Irina Vinnitskaya, “Public Architecture’s 1% Program Provides Projects for Habitat for Humanity,” *Archdaily*, 22 de janeiro de 2013, <https://archdaily.com/319278/public-architectures-1-program-provides-projects-for-habitat-for-humanity> John Peterson, “Q+A: Public Architecture Founder John Peterson,” entrevistado por Sara Johnson, *Architect Magazine*, 27 de abril de 2015, <https://architectmagazine.com/practice/q-a-public-architecture-founder-john-peterson> O Em entrevista, Peterson relatou que o programa estava passando por uma mudança de nome devido à repercussão do slogan do Occupy Wall Street, que associava o 1% à elite econômica, e pelo fato dos escritórios que participavam do programa costumarem disponibilizar mais do que 1% do seu tempo de trabalho. Assim, atualmente se chama “1+.”

100 Peterson, “Mobilizing Mainstream Professionals to Work for the Public Good,” 102.

101 Vinnitskaya, “Public Architecture’s 1% Program.”

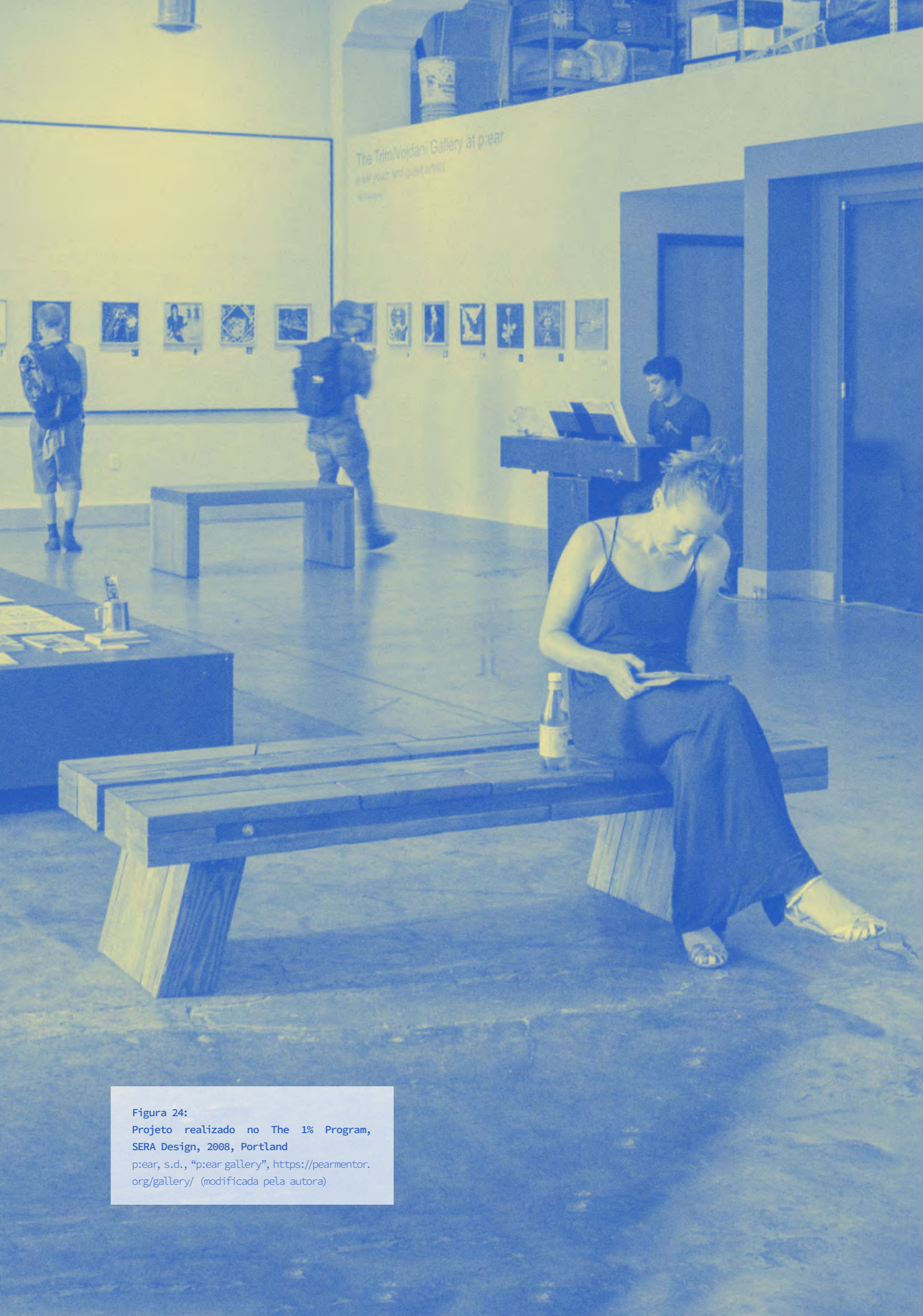


Figura 24:
Projeto realizado no The 1% Program,
SERA Design, 2008, Portland
p:ear, s.d., “p:ear gallery”, <https://pearmentor.org/gallery/> (modificada pela autora)

interest,¹⁰² retorna-se ainda a pergunta de Sorkin acerca da viabilidade de desenvolver uma prática arquitetônica sem capitalismo, mesmo apesar deste.

Esta questão vai além do destinatário do serviço da arquitetura, aspecto que tanto o AFH quanto o Public Architecture tentaram se dedicar ao expandir o acesso deste para públicos que não poderiam pagar pelo trabalho de um arquiteto. Como indicou Sérgio Ferro ao longo da sua extensa produção acadêmica realizada entre a segunda metade do século passado até a presente década, um reposicionamento da prática arquitetônica em prol de uma desmercantilização da mesma, concentrando seus esforços na concretização enquanto serviço público, não pode estar dissociada de uma reformulação dos meios de produção da arquitetura.¹⁰³ Em *O Desenho e o Canteiro*, publicado em 1976, debruçou-se sobre a questão, apresentando sua pertinência ao sinalizar que “o objeto arquitetônico, assim como a pá ou a arma, é fabricado, circula e é consumido, antes de mais nada, como mercadoria,” sendo que neste processo “o desenho de arquitetura é o caminho obrigatório para a extração de mais-valia e não pode ser separado de qualquer outro desenho para a produção.” Ferro descreveu que o processo produtivo no canteiro de obras¹⁰⁴ do capitalismo financeiro é marcado maioritariamente por uma ampla segmentação dos trabalhos, organizado com base em uma hierarquia regida pelo desenho arquitetônico, que molda a dinâmica.¹⁰⁵

“O mestre, desse modo, tem menos informações que arquitetos e engenheiros – mas mais que todos os outros no canteiro e, se não é a fonte das ordens, é seu portador principal. E a posse das chaves para qualquer decodificação é a garantia ‘intelectual’ para sua posição [...]. O servente já recebe ordens só orais – sua não-participação radical no campo do código assinala sua dependência e inferioridade. Ora, é sabido mesmo pelos organizadores da produção que a ‘democratização’ da informação contribui para eliminar várias dificuldades de coordenação do trabalho. Mas, no canteiro, há conflito freqüente entre o aprofundamento da dominação e o acréscimo da exploração.”¹⁰⁶

Décadas mais tarde, em textos de 2002 e 2005, sintetiza então que boas intenções não são o bastante para uma transformação da prática arquitetônica sem que esta desmonte a “exploração da força de trabalho que materializa seus desenhos,” bem como que a crítica aos moldes convencionais da atuação não deve se limitar ao plano teórico. Assume-se assim a necessidade de que esta adquira um caráter de prática experimental, sendo que não é possível traçar um cenário futuro com precisão que permita afirmar a solução que deve ser adotada, o que se pode fazer é não mais do que “lançar

102 Peterson, “Mobilizing Mainstream Professionals to Work for the Public Good,” 102.

103 Sérgio Ferro, *Arquitetura e Trabalho Livre* (São Paulo: Cosac Naify, 2006). O livro reúne grande parte da produção do autor, desde textos escritos na década de 1960 até um ensaio escrito no ano anterior à publicação da compilação.

104 Termo utilizado no Brasil para o que em Portugal é denominado *estaleiro de obras*.

105 Sérgio Ferro, “O Canteiro e o Desenho,” *Arquitetura e Trabalho Livre*, 105-200.

106 Idem, 131.

Figura 25:
Mutirão autogerido com mão-de-obra assalariada de apoio do Conjunto Talara, Usina_ctah, 1991-1998, São Paulo
Usina_ctah, s.d., "Talara", <http://usina-ctah.org.br/talara.html> (modificada pela autora)



hipóteses sem a segurança ilusória das vanguardas.”¹⁰⁷ Todavia, relatou alguns princípios que, de acordo com as conclusões dos testes que realizou, podem ser tomadas como orientações, dentre os quais mencionou a hegemonia do processo arquitetônico em relação ao produto final, deixando a lógica construtiva reger o desenho. Apontou também a importância de, neste processo, deixar em aberto questões para serem debatidas e decididas coletivamente pelos agentes envolvidos na construção, de modo que o que é levado para o canteiro não seja mais do que um diagrama que possibilite a visualização global do conjunto ao mesmo tempo que abrange a possibilidade de desvios do plano. Ademais, sugeriu ainda que o produto de cada equipe de trabalho que compõe a obra permanesse o mais aparente quanto possível, de forma que a participação do corpo produtivo permaneça visível. “Se assim for, a obra atingirá valor pedagógico, ensinará como construir com autonomia.”¹⁰⁸

Assim, Ferro coloca na agenda para uma revisão disciplinar uma série de aspectos que vão de encontro com algumas características apresentadas por grande parte dos coletivos de arquitetura, como será possível observar no capítulo seguinte. Evidentemente, tais práticas orientadas por outros valores aqui apresentadas não necessariamente exercem uma influência direta sobre estes coletivos, visto que não deixaram um impacto incontornável na história da arquitetura. Contudo, servem para sublinhar alguns desafios enfrentados por estas práticas ativistas, colaborando assim com a construção de um repertório que dá algumas pistas sobre aspectos essenciais que devem ser analisados ao investigar acerca dos coletivos de arquitetura. Da mesma forma, o conteúdo apresentado neste primeiro capítulo permite constatar que estes coletivos não emergem de forma espontânea. São, pelo contrário, frutos de cidades marcadas pela (re)produção de desigualdades socioespaciais, de uma prática convencional que vem, de um modo geral, sendo conivente com tal (re)produção e de uma série de profissionais que têm tentado, através de múltiplos formatos de atuação, realizar uma prática de arquitetura na contramão deste modelo de produção urbana neoliberal.

107 Sérgio Ferro, “O Fetichismo na Arquitetura,” *Arquitetura e Trabalho Livre*, 299-304.

108 Sérgio Ferro, “O Desenho Hoje e seu Contra-desenho,” *Arquitetura e Trabalho Livre*, 419-431.

coletivos de arquitetura

Enquanto o capítulo anterior edifica uma base que permite a análise contextualizada (social, político, econômico e profissional) dos coletivos de arquitetura, neste capítulo é apresentada uma análise específica sobre estas práticas. Parte-se de uma leitura histórica que permite investigar a evolução e transformação do fenômeno desde o seu surgimento até os dias de hoje, diante da qual já é também possível identificar algumas características predominantes que estes coletivos apresentam. A partir disto, segue-se para uma análise mais aprofundada destas e de outras características centrais, orientada por uma abordagem crítica que permite entender alguns potenciais e algumas limitações que estas práticas apresentam. Com isto, procura-se ainda responder às questões destacadas no subcapítulo anterior, de modo que seja possível situar o papel ocupado por estes grupos na construção das cidades em tempos neoliberais.

2.1 história dos coletivos de arquitetura

Como foi possível observar a partir das práticas orientadas por outros valores apresentadas no capítulo anterior, os coletivos de arquitetura surgem diante de um quadro profissional já marcado por arquitetos que procuravam, através de modelos de atuação diversos, engendrar mudanças sociais e políticas. No entanto, até então se tratavam de práticas pontuais, mesmo que, por vezes, conectadas ao exercício de outros profissionais, como é o caso do grupo Arquitetura Nova¹⁰⁹ do qual Sérgio Ferro fazia parte e da rede de projetos humanitários que a AFH e Public Architecture estabeleceram com a colaboração de inúmeros ateliers de arquitetura. Os coletivos de arquitetura se destacam então por constituírem um fenômeno global que tem começado a estabelecer um segmento profissional.¹¹⁰ Conforme expõe Chiappero em referência a uma publicação de 1976 na revista *Autrement*, o estabelecimento de um movimento como este era aparentemente previsível:

“il est probable que très bientôt existeront des sortes de collectifs de techniciens de l’espace dont les membres travailleront en permanence avec et pour les ouvriers, les paysans, les couches populaires [...] un mouvement des travailleurs intellectuels de l’espace [...] ce mouvement n’est pas une ‘institution de défense’ d’une caste déchue [...], c’est un ‘mouvement de professionnels progressistes’, ayant choisi dans la lutte de classe le camp du peuple.”¹¹¹

Concretizando esta expectativa e dando continuidade a um conjunto variado de outros modos de fazer arquitetura, ainda no início da década de 1990 surgem o que se pode considerar como os primeiros coletivos de arquitetura. Este segmento profissional ganha uma maior expressão no início dos anos 2000s, mas apenas no final da década surge o termo *coletivos de arquitetura*. O número de grupos abrangidos pelo termo vem aumentando cada vez mais, como será apresentado a seguir, e recentemente alcançou uma significativa visibilidade midiática.¹¹²

109 Para saber mais, consultar: Pedro Fiori Arantes, *Arquitetura Nova* (São Paulo: Editora 34, 2002).

110 Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes’,” 39. Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning.”

111 Place, “Quand les ‘professionnels’ se remettent en cause,” *Autrement, Contre-pouvoirs dans la ville-Enjeux politiques des luttes urbaines*, no.6, setembro de 1976, 147, apud. Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes’,” 58.

112 Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes’,” 39; 46. Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 113. Macaire, “Une histoire de ‘collectifs’,” 16. Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning,” 69.

“[...] today they [architecture collectives] are a ‘polarity’ of thinkers and designers open to cross-discipline approaches and who, thanks to their experience with public cooperation, are contributing to the renewal of traditional architectural practices and the redefinition of the contours of architecture in general.”¹¹³

Para uma melhor compreensão do crescimento destes coletivos, será adotada como base a subdivisão história proposta por Macaire, correspondente a 4 períodos (1990-1994, 1995-1998, 1999-2001 e 2002 em diante), delimitados a partir do reconhecimento de características similares e padrões de crescimento do número de grupos.¹¹⁴ Contudo, sabe-se que crises econômicas engendram um repensar de práticas arquitetônicas, como discutido no capítulo anterior, de modo que a partir da crise de 2008 é possível observar um repentino aumento do número de grupos de design ativista.¹¹⁵ Assim, propõe-se uma subdivisão do último período proposto por Macaire: primeiro entre 2002-2008 e depois de 2009 em diante. Contudo, integrantes dos coletivos *Raumlabor*, *Zuloark*, *A-A Collective* e *la-clique*, por exemplo, relatam que já trabalhavam juntos antes da data oficial de fundação do grupo.¹¹⁶ Marson Korbi, do *Concrete (CNCRT)*, por sua vez, indica que demoraram cerca de quatro anos desde a data de fundação para de fato consolidarem o coletivo.¹¹⁷ Assim, demonstram que o estabelecimento do grupo não é instantâneo, havendo um intervalo de tempo entre o início das atividades, a data oficial de criação e a consolidação. Desta forma e tendo em conta o período pandêmico recentemente vivido, estabelecendo uma quebra na realização de atividades presenciais – o que parece crucial para a maior parte das atividades dos coletivos –, a recolha de dados sobre os novos coletivos foi limitada ao período entre 2009 e 2019, ano anterior à adoção de políticas de isolamento na maior parte do mundo.

Com o intuito de clarificar e complementar a análise de cada um destes 5 períodos, o texto é acompanhado por uma representação gráfica dos padrões de crescimento do número de coletivos de arquitetura (figuras 27, 29, 31, 33 e 35). Além disto, apresenta-se o mapeamento dos locais onde os coletivos de cada período surgiram (figuras 26, 28, 30, 32 e 34), de modo que seja possível analisar o movimento de expansão global da prática. Vale ressaltar, no entanto, que o levantamento desta informação foi efetuado a partir dos coletivos citados em fontes de origem sul-americana¹¹⁸ ou

113 Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning,” 69-70.

114 Macaire, “Une histoire de ‘collectifs’,” 16-31.

115 Crysler, “The Paradoxes of Design Activism.”

116 Idem, 77. Bader, “raumlabor,” entrevistado por Donat-Cattin, *Collective Processes*, 62. Furio Montoli e la-clique, “Beginnings: How to get Together and Why,” entrevistados por Donat-Cattin, *Collective Processes*, 90-92.

117 Marson Korbi, “How Do We Practice and Why Do We Practice?,” discussão coletiva com integrantes de outros coletivos moderada por Donat-Cattin, *Collective Processes*, 31.

118 “Manifesto pelo urbanismo colaborativo,” Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo, acessado em 29 de novembro de 2021, <https://redebrurbanismocolaborativo.org/>; “Comuns: desvendando processos na América Latina,” Comuns, acessado em 23 de junho de 2022, <https://comuns.net.br/>; “En red con,” Arquitectura Expandida, acessado em 22 de junho de 2022, <https://arquitecturaexpandida.org/>; Naia Alban, “Coletivos colaborativos de arquitetura:



Figura 26: Mapeamento de coletivos de arquitetura: 1990-1994

Levantamento e imagem da autora, 2022

Número de novos coletivos/periódico numa mesma cidade: ● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● 6 ● 7 ● 8

Coletivos fundados entre: ● 1990-1994

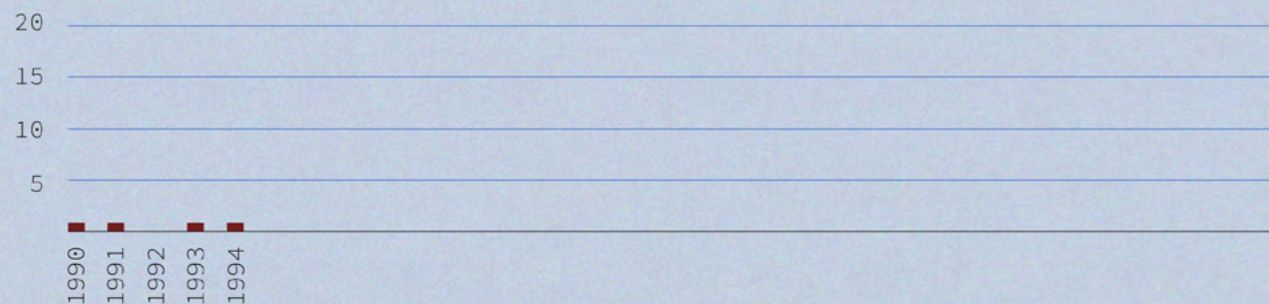


Figura 27: Número de novos coletivos por ano: 1990-1994

Levantamento e imagem da autora, 2022

européia.¹¹⁹ Assim, a escassa presença de grupos na África, Ásia, América do Norte, América Central e Oceania não necessariamente representa um quadro fidedigno. Da mesma forma, a predominância de coletivos franceses possivelmente decorre do fato de quatro das cinco fontes europeias encontradas na investigação serem da França. Dito isto, por fim será apresentada uma sobreposição das informações retratadas na análise de cada período (figuras 36 e 37), possibilitando a leitura visual da história dos coletivos de arquitetura. Este mapeamento de coletivos no tempo e espaço é, portanto, muito incompleto, servindo principalmente para apoiar o leitor na formulação de um entendimento global deste fenômeno. Com isto em vista, segue-se então para a apreciação histórica destes coletivos.

Entre 1990-1994 é possível observar o surgimento dos quatro primeiros coletivos de arquitetura: o *Action Group Gleisdreieck* (AG Gleisdreieck), fundado em 1990 na cidade de Berlim, Alemanha; o *Pas Plier*, de 1991 em Ivry-sur-Seine, França; o *Arpenteurs*, de 1993 em Grenoble, França; e o *Stipo*, de 1994 em Amsterdã, Holanda¹²⁰ (figuras 26 e 27). Estes surgem do que Macaire chama de *crise na arquitetura*, consequente da criação de inúmeras escolas de arquitetura desde a década de 1970 e um respectivo rápido aumento do número de arquitetos entre 1970 e 1990, saturando o mercado profissional convencional da disciplina e acumulando uma quantidade considerável de desempregados a partir do início dos anos 1980s. Soma-se a isto o recrudescer de tensões: enquanto na arquitetura o *star-system* começou a se estabelecer, a onda de movimentos sociais urbanos que haviam ganhado força a partir da década anterior e que ainda sustentavam uma grande expressão ao longo dos anos 1990s, levantava uma série de pautas discordantes do modelo neoliberal de produção urbana, tal como abordado no primeiro capítulo da dissertação.¹²¹ A nova geração de arquitetos começa então a explorar com maior frequência outros modos de fazer arquitetura, exercitando práticas militantes em estruturas profissionais que romperam com o modelo da prática arquitectónica convencional, muitas vezes recorrendo às pautas das lutas urbanas que começaram a ser reclamadas a partir de Maio de 68.¹²²

O *AG Gleisdreieck* remonta a movimentos sociais urbanos que surgem em meados dos anos 70s em Berlim e que mais tarde se organizam num grupo de ação. Este tinha por base o cruzamento entre motivações sociais e ecológicas aplicadas à preservação e ocupação de Gleisdreieck, uma ampla área desocupada no meio da capital alemã. Atuavam através de ações/intervenções diversas, dentre

Aproximação do mundo acadêmico,” publicado em fevereiro de 2021, vídeo do YouTube, 1:33:16, https://youtube.com/watch?v=o10iv_neu_k Colectivo RE, *Huevo de Pato 2*, publicado em agosto de 2020, https://issuu.com/proyectore01/docs/huevo_de_pato_02_3ae018fef4a386

119 Mathias Rollot, *L'hypothèse collaborative*. Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes?’ atelier d’architecture autogérée, *Urban Act* (Paris: aaa-PEPRAV, 2007). “Cartographie des amis,” À propos, *Collectif Etc*, acessado em 17 de junho de 2022, <http://collectifetc.com/liens/> “La red,” *Arquitecturas Colectivas*, acessado em 19 de junho de 2022, <https://arquitecturascolectivas.net/la-red>

120 Para além dos coletivos mencionados por Macaire, acrescenta-se à lista o *Stipo* que, segundo o seu perfil de LinkedIn, surge nesta época (“Sobre,” *Stipo*, LinkedIn, acessado em 15 de setembro de 2022, <https://linkedin.com/company/stipo/about/>)

121 Macaire, “Une histoire de ‘collectifs,’” 16-18.

122 Macaire, “Une histoire de ‘collectifs,’” 17. Macaire, “L’architecture à l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 332.

as quais “public information and political action within the limits of legality, including mobilisation of the media.”¹²³ O *Ne Pas Plier*, que atuava sobretudo no subúrbio sul de Paris, mas também em diversos locais da Europa, apresentava como foco o exercício nos campos da educação urbana e das lutas populares. Desenvolviam práticas como a produção de elementos visuais (instalações, mapas, folhetos, etc) para fomentar uma cultura política nos cidadãos e caminhadas urbanas que culminavam em mapeamentos coletivos.¹²⁴ O *Arpenteurs*, posicionava-se explicitamente contra uma construção da cidade orientada capital, estimulando e apoiando dinâmicas mais colaborativas.¹²⁵ Para tal, defendiam a necessidade de estabelecer uma prática flexível:

“Selon les contextes, nous organisons et animons des ateliers urbains, des études-actions, des programmes d’aménagement, des interventions urbaines... Il s’agit d’une démarche vivante, pour accueillir la complexité du réel et la diversité des points de vue, et qui s’inscrit dans la durée.”¹²⁶

Enquanto os três primeiros, pelo que é possível concluir através de uma pesquisa às mídias de cada um, atualmente não estão mais ativos, o Stipo continua em atividade¹²⁷ Este atua com base na premissa de promover uma produção urbana orientada pela sustentabilidade e pela escala humana, exercendo, por exemplo, a gestão de projetos, a organização de workshops e palestras e processos de coprodução de espaços.

Estes primeiros coletivos apresentam uma série de particularidades que os distinguem entre si, mas compartilham maioritariamente um surgimento alinhado com as pautas dos movimentos sociais urbanos, trazendo-as para a cidade através de intervenções muitas vezes divertidas e bem humoradas.¹²⁸ Apesar de grande parte não estar mais em atividade, as suas práticas inauguram polos de atuação comuns que influenciaram coletivos sucessores: processos participativos, intervenções artísticas e o predomínio de ações em espaços urbanos de acesso público.

123 atelier d’architecture autogérée, *Urban Act*, 16-21.

124 “Ne Pas Plier,” Ne Pas Plier, acessado em 24 de setembro de 2022, <https://nepasplier.fr/internationale.htm>

125 “Arpenteurs,” Arpenteurs, acessado em 24 de setembro de 2022, <https://arpenteurs.fr/>

126 “Objectifs,” Arpenteurs, acessado em 24 de setembro de 2022, <https://arpenteurs.fr/objectif.htm>

127 No caso do *AG Gleisdreieck*, não foi encontrada nenhuma referência online para além do publicado nos livros: Rollot, *L’hypothèse collaborative*; e atelier d’architecture autogérée, *Urban Act*; enquanto do *Ne Pas Plier*, a última atividade divulgada pelo coletivo em seu website foi realizada em 2015 (“aujourd’hui,” Ne Pas Plier, acessado em 20 de junho de 2022, <https://nepasplier.fr/aujourdhui.htm>), de modo que é possível concluir que ambos não estão mais ativos. Quanto ao *Arpenteurs*, foi encontrada uma nota num portal virtual criado pelo grupo que se refere ao fim do coletivo em 2015, disponível em: “Qui sommes nous?,” Télé Quartiers, acessado em 20 de junho de 2022, <http://telequartiers.com/Qui-sommes-nous> O Stipo, por sua vez, mantém suas redes sociais ativas.

128 Macaire, “Une histoire de ‘collectifs’”, 18-21.



Figura 28: Mapeamento de coletivos de arquitetura: 1995-1998

Levantamento e imagem da autora, 2022

Número de novos coletivos/período numa mesma cidade: ● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● 6 ● 7 ● 8

Coletivos fundados entre: ● 1995-1998

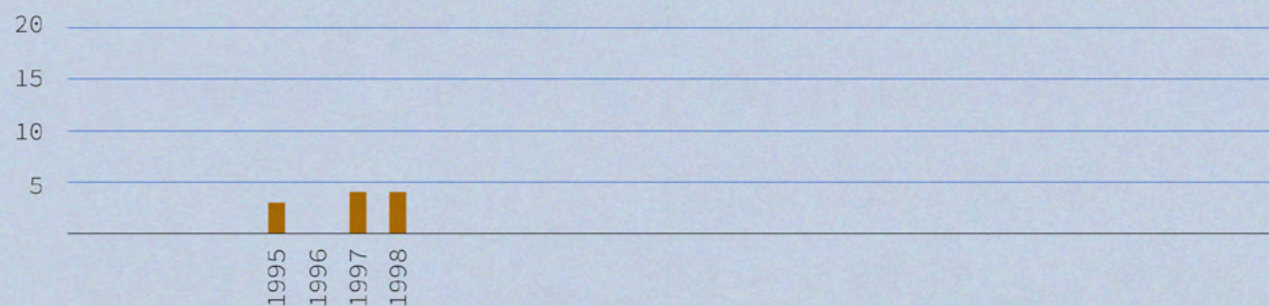


Figura 29: Número de novos coletivos por ano: 1995-1998

Levantamento e imagem da autora, 2022

Nos quatro anos seguintes, entre **1995-1998**, continuam surgindo novos coletivos de arquitetura, dando forma ao que pode ser considerada a fundação do fenômeno.¹²⁹ O padrão de crescimento do número de coletivos criados neste período é consideravelmente maior e estão quase todos ainda em atividade.¹³⁰ Enquanto no período anterior, também de quatro anos, surgem quatro coletivos, neste surgem 11 (figura 29). Os três primeiros em 1995: *Muf*³¹ (Londres, Inglaterra), *Stalker* (Roma, Itália) e *Park Fiction* (Hamburgo, Alemanha); quatro outros em 1997: *City mine(d)* (Bruxelas, Bélgica), *2012Architecten* (Roterdã, Holanda), *Robins des Villes* (Lyon, França) e *Bruit du Frigo* (Bordeaux, França); e mais quatro em 1998: *Pixel 13* (Clermont-Ferrand, França), *Échelle Inconnue* (Rouen, França), *51N4E* (Bruxelas, Bélgica) e *Straddle3* (Barcelona, Espanha),¹³² como pode ser observado na figura 28.

Como apresenta Macaire, a presença expressiva do surgimento de coletivos de arquitetura na França em parte diz respeito aos movimentos estudantis ocorridos entre 1995 e 1996, em decorrência a mudanças políticas que acarretaram um corte do orçamento destinado às escolas de arquitetura do país e uma reforma no ensino que deslocava a arquitetura para longe de questões políticas e sociais. Com isto, os estudantes se juntaram em torno da Union Nationale des Étudiants en Architecture e organizaram protestos, seminários e centros universitários de prática arquitetônica, nos quais habitantes eram envolvidos nos processos de projeto. Este quadro estimulou estudantes a buscarem estabelecer um exercício profissional diferente do exercício liberal convencional. Macaire aponta existir uma relação direta entre este evento e o surgimento dos coletivos *Robins des Villes* e *Bruit du Frigo*, bem como relata o envolvimento de membros fundadores do *Échelle Inconnue* no movimento estudantil.¹³³

129 Macaire, “Une histoire de ‘collectifs’”, 19.

130 Conclusão que mais uma vez provém da análise às mídias publicadas por cada um dos grupos. Todos os grupos mantêm suas redes sociais ativas, com exceção do *Stalker*, que teve a última publicação realizada em 2019 (*Stalker*, “Página inicial,” perfil do Facebook, acessado em 24 de setembro de 2022, <https://facebook.com/StalkerOsservatorioNomade/>), e do *2012Architecten*, que teve a última publicação em 2014 (*2012Architecten*, “Página inicial,” perfil do Facebook, acessado em 24 de setembro de 2022, <https://facebook.com/2012Architecten>).

131 Em Macaire, “Une histoire de ‘collectifs’”, 19; a autora apresenta o coletivo como fundado em 1996, contudo é apresentada aqui a data indicada no website do próprio grupo por se tratar de uma fonte primária, estando esta informação disponível em: “Profile,” *muf: architecture/art*, acessado em 13 de junho de 2022, <http://muf.co.uk/profile/>

132 Macaire, “Une histoire de ‘collectifs’”, 19-21. A autora inclui neste período também o surgimento dos coletivos *Coloco* e *Recyclart*, mas novamente a informação diferia da data divulgada em seus websites, de modo que a foi primária foi priorizada. Além disto, a lista apresentada por Macaire foi complementada com a inserção dos coletivos *City Mine(d)*, *2012Architecten*, *51N4E* e *Straddle3*, cujas mídias próprias ou alheias indicam o surgimento neste período, respectivamente: “informations,” *City Mine(d)*, acessado em 13 de junho de 2022, <https://citymined.variable.pm/en/informations>; “2012Architecten,” *Database*, Spatial Agency, acessado em 23 de junho de 2022, <https://spatialagency.net/database/2012.architecten>; *51N4E*, “Sobre,” Perfil do Facebook, acessado em 19 de junho de 2022, https://facebook.com/51n4e/about/?ref=page_internal; “Quiénes somos,” *Straddle3*, acessado em 22 de junho de 2022, <https://straddle3.net/es/quienes-somos>

133 Macaire, “Une histoire de ‘collectifs’”, 19-21.

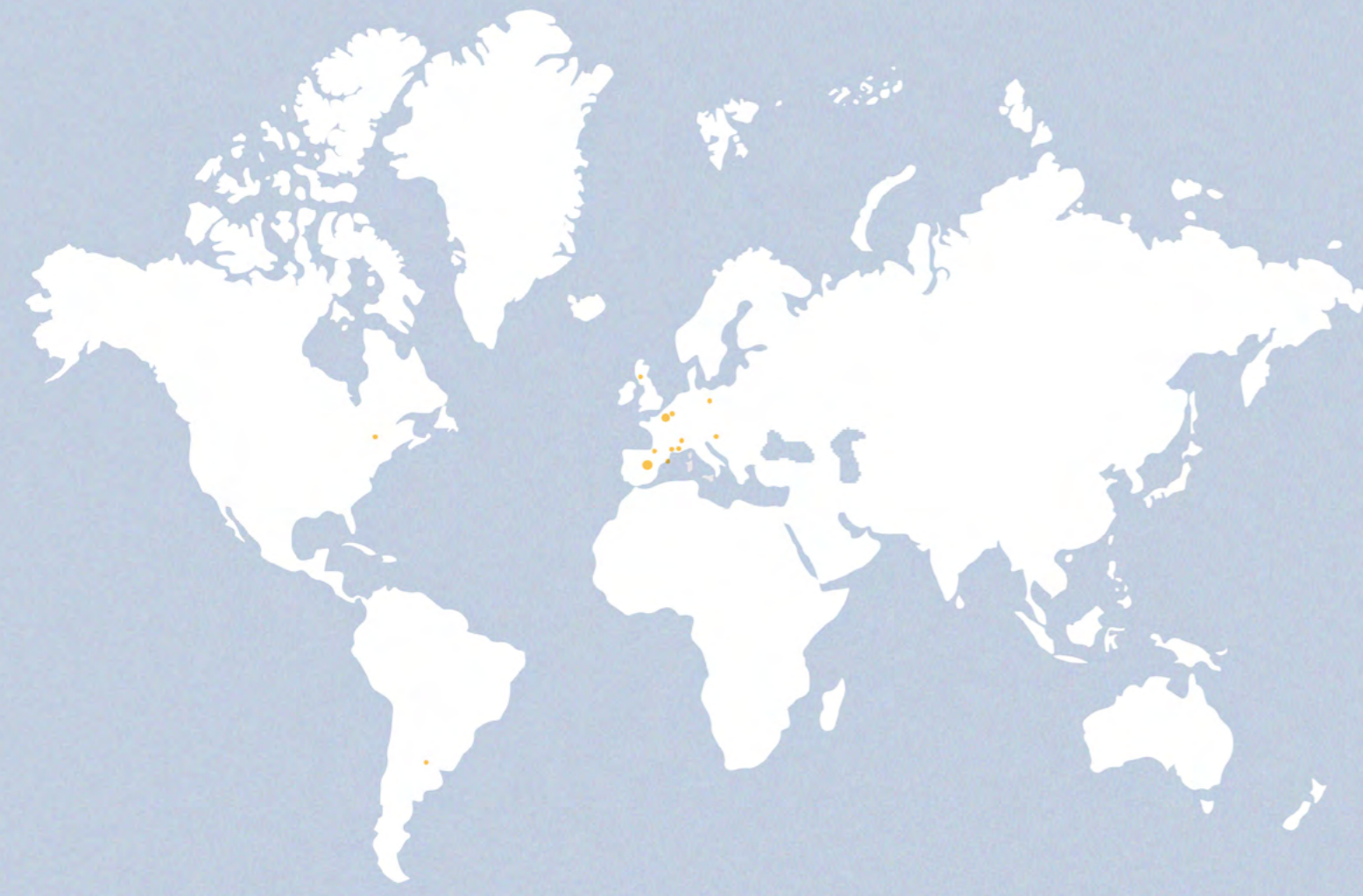


Figura 30: Mapeamento de coletivos de arquitetura: 1999-2001

Levantamento e imagem da autora, 2022

Número de novos coletivos/período numa mesma cidade: ● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● 6 ● 7 ● 8

Coletivos fundados entre: ● 1999-2001

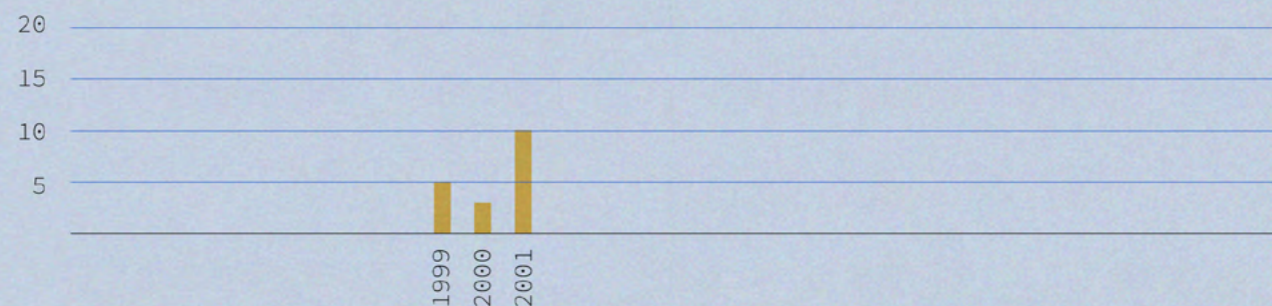


Figura 31: Número de novos coletivos por ano: 1999-2001

Levantamento e imagem da autora, 2022

Apesar de suas particularidades, os coletivos de arquitetura que são criados neste período de um modo geral desenvolveram ações que buscavam sobretudo intervir sobre os padrões de transformação do espaço, revelando um forte caráter político exercitado através de modalidades de ação diversas e uma postura experimental, como sintetiza Macaire:

“Exploration de friches urbaines, balades urbaines, aménagements de et dans l’espace public, méthodes d’empowerment ou de capacitation, travail sur les usages et l’implication des habitants, sensibilisation à l’environnement urbain, installations et performances artistiques, sont toutes autant de modalités d’action qui structurent progressivement les diverses expertises en formation. Les démarches sont développées par ces premiers collectifs à titre d’expérimentation bien souvent hors comande et de manière militante.”¹³⁴

Com o fenômeno estabelecido, o período entre **1999-2001** vem para consolidá-lo de forma definitiva. Observando-se dezoito novos coletivos, este período é apelidado por Macaire de *pic du millénaire*.¹³⁵ Neste, continua a surgir um grande número de coletivos franceses (um total de sete, sendo quatro em Paris) acompanhados de cinco coletivos espanhóis, além dos grupos que surgiram na Alemanha, na Bélgica, no Canadá, na Escócia, na Croácia e na Argentina (um por país). Sublinha-se então que o pico do milênio é formado não só por um amplo padrão de crescimento do número de coletivos (figura 31), mas também pela expansão da prática para outros países: Canadá, Escócia, Croácia e Argentina (figura 30). Com tal padrão de crescimento, já não parece uma boa estratégia relatar aqui o ano e local de criação de cada um dos coletivos, contudo, ao apresentar as principais características tidas em comum entre os coletivos de arquitetura deste período, serão identificados alguns dos grupos.¹³⁶

De um modo geral, os coletivos que surgem neste triênio herdam a atitude divertida e bem-humorada das intervenções dos pioneiros e dão continuidade ao predomínio de intervenções no espaço público. Dentre tais ações, observa-se a produção de mobiliário urbano (presente, por exemplo, na prática do *Raumlabor* e do *Atelier Syn*) e a organização de eventos como caminhadas exploratórias, debates, oficinas e festivais (*Raumlabor*, *Atelier Syn*, *Destination Patrimoine*, *Didattica*, *BLOK*, *Laboratorio Urbano*, *Rotorrr*). Estes são apenas alguns exemplos predominantes dentre tantos, como aponta Macaire “[c]ette période de trois ans est particulièrement riche d’initiatives.” Para além dos exemplos citados, identifica também o investimento dos coletivos em: “exploration programmatique,” “sensibilisation à l’environnement urbain,” “occupations temporaires” e “agriculture urbaine.”¹³⁷

Os coletivos deste período, pelo menos os europeus, surgem em um contexto de relativa prosperidade econômica que estabeleceu o auge da *starchitecture*, com arquitetos famosos exibindo a opulência

134 Idem, 20.

135 Idem.

136 Para acessar informações sobre os coletivos de arquitetura de cada período mapeados na investigação, consultar a página 88 e 89.

137 Macaire, “Une histoire de ‘collectifs’, 21-24.

de suas obras, com suas experimentações formais e solução construtivas requintadas, símbolos da inovação e da atratividade dos centros metropolitanos. Na contramão desta tendência, surgem grupos que procuravam essencialmente exercitar uma prática profissional construída coletivamente, tendo por base a colaboração entre múltiplos agentes, ao invés da disseminação de autorias representadas por figuras-gênio.¹³⁸ Tal questão é evidenciada por Juan Chacón em conversa com Natalie Donat-Cattin ao apresentar as motivações na formação do *Zuloark*, coletivo fundado em 2001:

“We were a group of friends, having the same classes between 1998 and 2001 in the ETSAM, the school of architecture in Madrid. We started to ask each other questions about authorship – it was the time of Guggenheim, Zaha Hadid, all this star architecture. Zuloark is born against the concept of authorship, shaping a collective system and rejecting this egomania ‘starchitecture’ [...]. We were talking about authorship, anonymity, working together. There were also other collectives in the university at the same time as us.”¹³⁹

Apesar da extensa diversidade de ações, a participação de outros agentes na construção da cidade parece ser o principal motor das práticas destes coletivos. Para isto, são realizadas também atividades pedagógicas, muitas vezes através de aproximações com instituições de ensino ou com seus agentes, o que pode ser observado na atuação do *atelier d'architecture autogéré*, *Destination Patrimoine*, *Didattica*, *BazarUrbain*, *GLAS*, *Laboratorio Urbano*¹⁴⁰ e *Matéricos Periféricos*,¹⁴¹ entre outros.¹⁴² Estas práticas envolvem, por exemplo, a realização de workshops, pesquisas, caminhadas urbanas, publicações informativas, bem como qualquer ação/intervenção que vise produzir novos conhecimentos que auxiliem na participação cidadã.

Muitos dos coletivos desta época apresentam ainda um discurso que se opõe ao urbanismo capitalista. Markus Bader (integrante do coletivo *Raumlabor*), por exemplo, relata que um questionamento central que guiou a fundação do coletivo e que ainda hoje é pertinente para o grupo consiste em: “to what extent can we, inside the capitalist reproductive system, offer any kind of countersystem?”¹⁴³ Diante de questões como esta, diversos coletivos do período citam referências a trabalhos das ciências humanas e sociais dos anos 1970s, como aos escritos de Henri Lefebvre,¹⁴⁴ Michel Foucault,¹⁴⁵ Michel

138 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, introdução. Donat-Cattin, *Collective Processes*, 12.

139 Juan Chacón, “Zuloark: A Liquid Professional Framework,” entrevistado por Donat-Cattin, *Collective Processes*, 77.

140 Macaire, “Une histoire de ‘collectifs,’” 21-24.

141 “Matéricos,” Matéricos Periféricos, acessado em 22 de junho de 2022, <http://matericosweb.com/>

142 Macaire, “Une histoire de ‘collectifs,’” 21-24.

143 Markus Bader, “How Do We Practice and Why Do We Practice?,” discussão coletiva com integrantes de outros coletivos moderada por Donat-Cattin, *Collective Processes*, 32.

144 Henri Lefebvre, *Le droit à la ville* (Paris: Éditions Anthropos, 1968). Henri Lefebvre, *La production de l'espace* (Paris: Éditions Anthropos, 1974).

145 Michel Foucault, *Surveiller et punir : Naissance de la prison* (Paris: Éditions Gallimard, 1975).

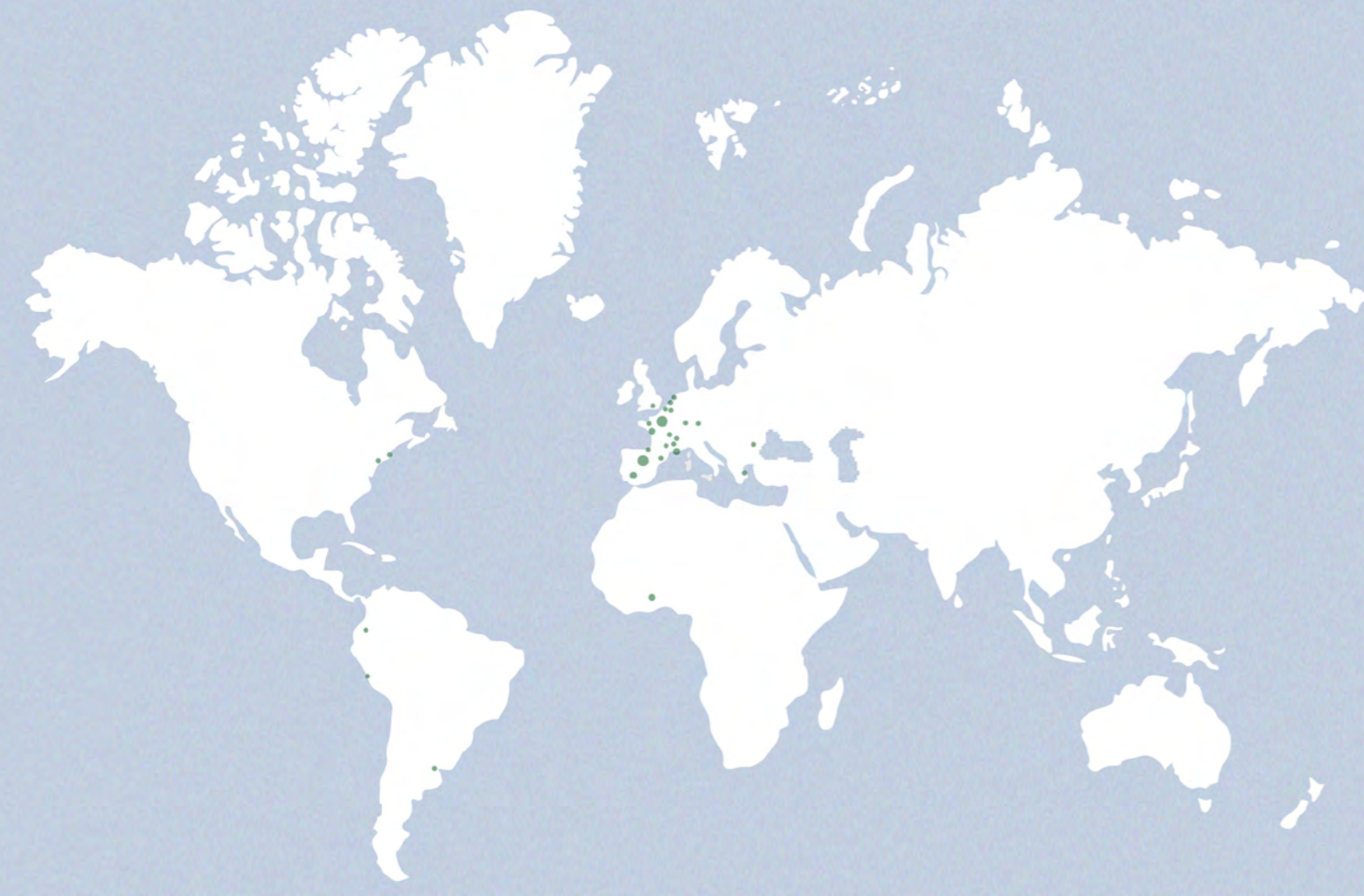


Figura 32: Mapeamento de coletivos de arquitetura: 2002-2008

Levantamento e imagem da autora, 2022

Número de novos coletivos/período numa mesma cidade: ● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● 6 ● 7 ● 8

Coletivos fundados entre: ● 2002-2008

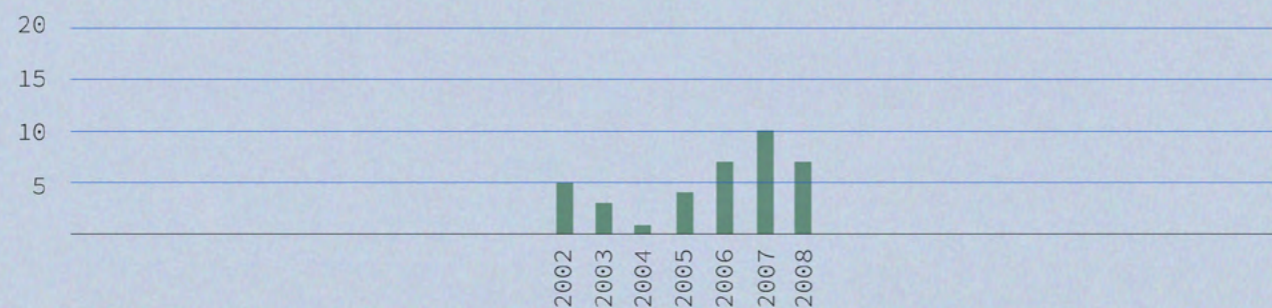


Figura 33: Número de novos coletivos por ano: 2002-2008

Levantamento e imagem da autora, 2022

de Certeau¹⁴⁶ e Guy Debord.¹⁴⁷ Levam a abordagem crítica do uso e transformação das cidades trazida por estes autores para as práticas que desenvolvem ao mesmo tempo que mantêm o senso de diversão e celebração dos coletivos anteriores.¹⁴⁸

Entre 2002-2008, identificou-se a fundação de 38 coletivos (figura 33), uma média de 5,42 novos coletivos por ano (esta média havia sido de 0,8 entre 1990-1994; 2,75 entre 1995-1998; e 6 entre 1999-2001). Dentre os coletivos que surgiram neste período, quase metade (dezesesseis) são criados na França, oito em Espanha, outros tantos na Inglaterra, Bélgica, Holanda, Romênia, Grécia, Estados Unidos, Argentina e Equador, enquanto outros cruzaram limites nacionais: o CTRLZ foi criado entre a França e a Espanha, o *offsea* entre a Inglaterra e a Alemanha, o *PEZ Estudio* entre a Espanha e o Peru, o *Office of Unsolicited Architecture* entre os Estados Unidos e a Holanda e ainda o *Ghana ThinkTank* entre Gana, Cuba e El Salvador (figura 32¹⁴⁹). É possível então observar que, apesar de não superar a média de crescimento do pico do milênio, a difusão do fenômeno foi mantida.

Confirmando novamente a existência de elementos comuns entre os coletivos de arquitetura que surgem desde a década de 1990, as práticas dos grupos fundados neste período continuam orientando suas ações em torno dos seguintes eixos: 1) **ações pedagógicas**, seja através de atividades com o intuito de compartilhar conhecimentos ou através de parcerias com agentes acadêmicos, como pode ser observado, por exemplo, nos trabalhos dos coletivos *La manufacture des Paysages*, *Compagnie des Rêves Urbains*, *Zoom*, *Office of Unsolicited Architecture*, *Observatório Metropolitano*, dentre outros. 2) **Intervenções que articulam arte e arquitetura**, como nos projetos dos coletivos *EXYZT*, *3RS*, *Compagnie d'Architecture*, *Rotor*, *De l'Aire*, etc. 3) **Autoconstrução**, destacando-se, dentre outros, os coletivos *Bellastock* e *Saprophytes*. 4) **Ativação de espaços públicos**, como pode ser observado nos trabalhos de grupos como *Le Cabanon Vertical*, *Cochenko* e *Recetas Urbanas*. E, por último e, presente em praticamente todos os coletivos anteriormente citados, 5) **processos participativos**, uma das raras exceções é o *Bellastock*, cujo foco do trabalho é antes a autoconstrução e o reaproveitamento de materiais descartados. Este, juntamente com o *Rotor*, parecem resgatar o foco na reciclagem¹⁵⁰ estabelecido pelo *2012Architecten*.¹⁵¹

É neste período também que uma nova dinâmica foi estabelecida: uma tendência para a profissionalização. Nos períodos anteriores a atividade dos coletivos abraçava o amadorismo até como forma de protesto, um reflexo de muitos terem surgido em meios acadêmicos por estudantes, mas também um reflexo das dinâmicas fluidas dos movimentos sociais da altura em países como a Alemanha e a França. A partir de 2000 os coletivos começam a tentar estabelecer um campo de

146 Michel de Certeau, *L'invention du quotidien* (Paris: Union générale d'éditions, 1980).

147 Guy Debord, *La société du spectacle* (Paris: Buchet/Chastel, 1967).

148 Macaire, "Une histoire de 'collectifs'", 21-24.

149 No caso de coletivos com atuação em mais de um país, para que o mapeamento não pareça englobar mais coletivos do os que foram identificados na investigação, apenas uma localização foi representada.

150 Macaire, "Une histoire de 'collectifs'", 24-27.

151 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, cap. 4.



Figura 34: Mapeamento de coletivos de arquitetura: 2009-2019

Levantamento e imagem da autora, 2022

Número de novos coletivos/período numa mesma cidade: ● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● 6 ● 7 ● 8

Coletivos fundados entre: ● 2009-2019

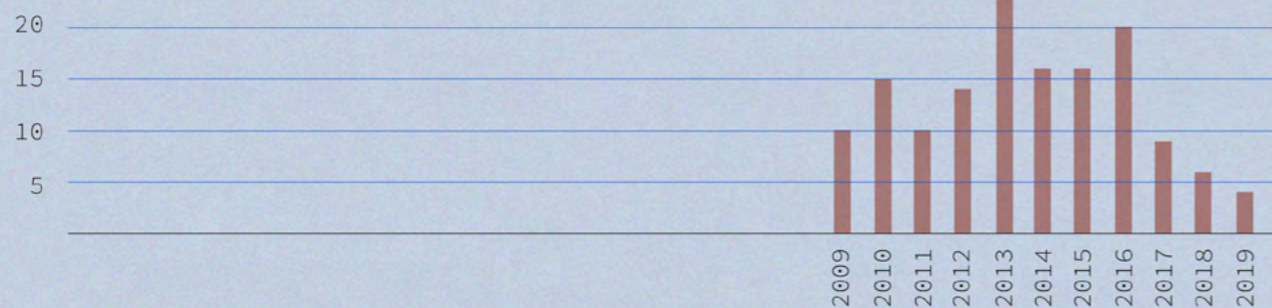


Figura 35: Número de novos coletivos por ano: 2009-2019

Levantamento e imagem da autora, 2022

atuação mais bem delimitado em termos do seus discursos sociais e profissionais, bem como, há que dizê-lo, em termos do seu mercado.¹⁵² Este aspecto está presente nos coletivos que surgem a partir deste período, mas também e principalmente, em coletivos fundados nos anos anteriores que procuravam crescer ou consolidar seu trabalho, como aponta Chacón acerca do *Zuloark*: “Between 2006 and 2009 we turned the academic collective into a professional one,” completando ainda que “That [around this time] was also the moment we changed the structure into a more professional one, an income-oriented structure.”¹⁵³

Entre 2009-2019, por fim, é possível observar um novo pico de surgimento de coletivos de arquitetura, ainda maior do que o ocorrido entre 1999-2001. Enquanto o primeiro pico se deu sobretudo em contextos que atravessavam um momento de prosperidade econômica, este segundo foi iniciado em um momento de crise financeira mundial. O momento de crise econômica que marca o início deste período na história dos coletivos de arquitetura acompanha também o acentuar das desigualdades socioespaciais e a redução da oferta de empregos em arquitetura, como já pontuado no capítulo anterior, relacionada essencialmente pela dedicação quase exclusiva ao desenho de edifícios.¹⁵⁴ Nos coletivos os arquitetos encontram então, após 2008-9, um meio para exercer outros modos de fazer arquitetura.

Este novo pico é marcado por uma expansão tanto numérica quanto geográfica do fenômeno (figuras 34 e 35). Dentro deste recorte (2009-2019) de investigação, foi mapeada a fundação de 143 coletivos, obtendo-se uma média de 13 novos grupos por ano. Contudo, como pode ser observado na figura 35, até 2017 é mantida uma média da criação de 14,77 coletivos por ano, enquanto entre 2018 e 2019 uma queda abrupta pode ser percebida, o que leva a crer que talvez os coletivos criados neste intervalo, tendo encarado em poucos anos um contexto pandêmico, não dispuseram de tempo para conquistar um espaço suficientemente expressivo para que tenham sido identificados na pesquisa. Independente disto, diante do grupo identificado, já é possível observar uma expansão do movimento para uma série de novos territórios, passando a estarem presentes em todos os continentes (figura 36).

Tamanha expansão, além ter sido estimulada pelo contexto de crise, foi engendrada também pela visibilidade deste tipo de práticas alcançada ao longo dos anos.¹⁵⁵ Consequentemente, em alguns países pode ser observado um crescente reconhecimento dos coletivos de arquitetura enquanto um segmento profissional possível, como relatado por Théo Mouzard, integrante do francês *Collectif Etc*, fundado em 2009: “In France, the word [collective] has become really popular within the architecture community, and many students want to create collectives. Ten years ago, we wanted to be a collective so hard that it is even in our name, *Collectif Etc*.”¹⁵⁶ No

152 Macaire, “Une histoire de ‘collectifs’, 24.

153 Chacón, entrevista, 77-78.

154 Crysler, “The Paradoxes of Design Activism.” Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, introdução.

155 Macaire, “Une histoire de ‘collectifs’, 16.

156 Théo Mouzard, “How Do We Practice and Why Do We Practice?,” discussão coletiva com integrantes de

entanto, Marcello Carpino, integrante do *(ab)Normal*, criado em 2017 na Itália, chama atenção sobre esta não ser a realidade para todos:

“The Italian situation is very similar to the French one. There are numerous collectives, especially in Milan. As a student, you feel that creating a collective is favorable rather than having a normal office. During my experience in the Netherlands or in Switzerland, working collectively was something completely different. People could not grasp what we mean by *collective* or they only portrayed it as an office without income.”¹⁵⁷

Mesmo com as dimensões que os coletivos de arquitetura já alcançaram até hoje, especialmente na Europa, é possível perceber que a caracterização da prática ainda não está completamente clara, questão desenvolvida a seguir. Também é possível constatar que a realidade e estatuto social dos coletivos varia consideravelmente consoante culturas nacionais, como demonstra o último exemplo. Por outro lado, a filosofia do coletivo de arquitetura, tal como demonstrado nesta breve resenha histórica, assenta numa base experimental e militante, muitas vezes amadora (estudantil) e numa organização social particularmente porosa às dinâmicas mais abrangentes de uma dada sociedade. Isto faz com que o percurso de muitos coletivos seja mais marcado por mudanças nas dinâmicas sociais e como políticas locais, muito ligadas ao espaço público e à vida da sociedade civil, do que às flutuações de um mercado profissional específico. Embora, dito isto, a existência de muitos coletivos ao longo do tempo e sua consolidação depende em grande medida de uma profissionalização que envolve o ganhar de uma *posição de mercado*, como se procurou demonstrar anteriormente.

outros coletivos moderada por Donat-Cattin, *Collective Processes*, 37. Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning,” 69.

157 Marcello Carpino, “How Do We Practice and Why Do We Practice?,” discussão coletiva com integrantes de outros coletivos moderada por Donat-Cattin, *Collective Processes*, 38.

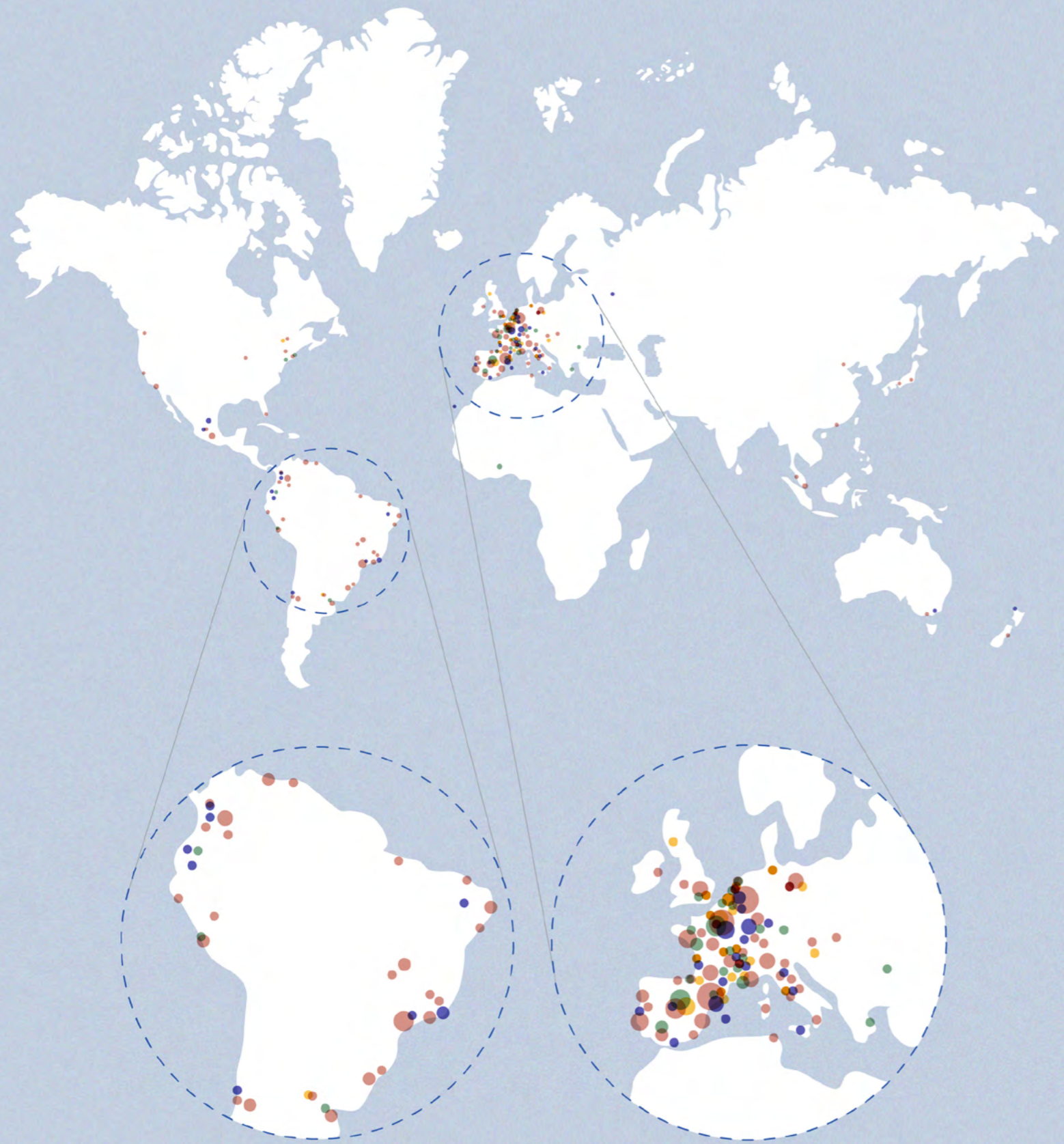


Figura 36: Mapeamento de coletivos de arquitetura: 1990-2019

Levantamento e imagem da autora, 2022

Número de novos coletivos/período numa mesma cidade: ● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● 6 ● 7 ● 8
 Coletivos fundados entre: ● 1990-1994 ● 1995-1998 ● 1999-2001 ● 2002-2008 ● 2009-2019 ● data não identificada

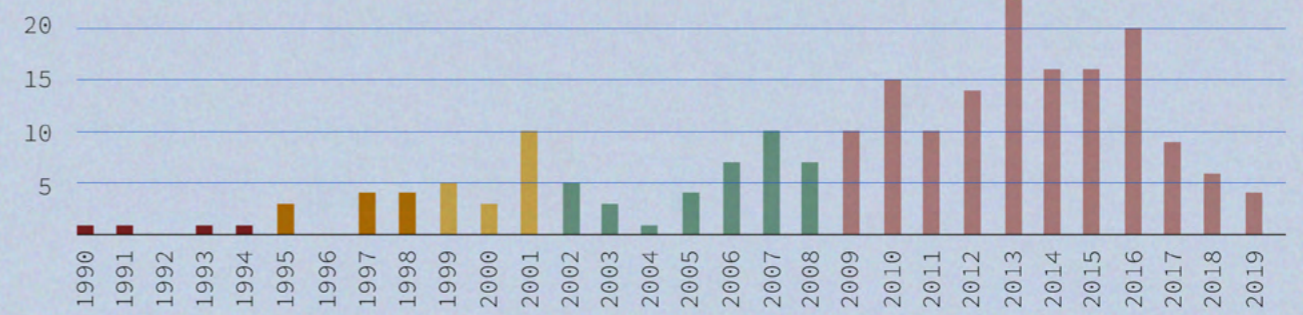


Figura 37: Número de novos coletivos por ano: 1990-2019

Levantamento e imagem da autora, 2022

**levantamento de coletivos de arquitetura realizado pela autora,
com ano de fundação e organizados geograficamente**

Alemanha: Action Group Gleisdreieck (1990), Park Fiction (1995), RaumLabor (1999), Guerilla Architects (2012), ON/OFF (2012), Forty Five Degrees (2019), umschichten (s.d.) | **Argentina:** Matéricos Periféricos (2001), IR Arquitectura (2008), Arquitectxs de la Comunidad La Plata (2012), Urbanismo Vivo (2012), Gregaria (2016) | **Austrália:** CoDesign Studio (2010), These are the projects we do together (s.d.) | **Áustria:** Breathe Earth Collective (2015) | **Bélgica:** City Mine(d) (1997), 51N4E (1998), Recyclart (1999), Rotor (2005), O.S.T. (2009), City3 (2013), Communa (2013), CNCRT (2014), Collectif Baya (2015), dallas (2018), Alive Architecture (s.d.), Collective Disaster (s.d.), ourB (s.d.) | **Brasil:** Goma Oficina (2010), Micropólis (2010), Bela Rua (2013), sobreurbana (2013), Terceira Margem (2013), TransLAB.URB (2013), Cidade Ativa (2014), URB-I (2014), 1E0 (2014), AtelierVivo (2015), Coletivo Formigas (2015), Coletivo MOB (2015), COURB (2015), Instituto A Cidade Precisa de Você (2015), A-braço Coletivo (2016), ATIVA LAB (2016), Coletivo Massapê (2016), Interventura Urbana (2016), Coletivo Camaleão Urbano (2017), Laboratório da Cidade (2017), Coletivo Enxame (s.d.), Coletivo Movimento (s.d.), Cubo Urbano (s.d.), Instituto Tico Tico (s.d.) | **Canadá:** Atelier Syn (2000), entremise (2016) | **Colômbia:** Arquitectura Expandida (2010), La Creactiva (2010), Proyecto NN (2011), CaldodeCultivo (2012), Ruat4Taller (2014), MicroUrbanismo (2016), Fundación Ideamos Conciencia Participativa (s.d.) | **Chile:** Ciudad Emergente (2011), Fundación Minga Valpo (2014), Espacio Lúdico (2016), Colectivo RE (s.d.) | **China:** crossboundaries X (2015) | **Croácia:** BLOK (2001) | **Escócia:** GLAS (2001) | **Espanha:** Straddle3 (1998), ecosistema urbano (2000), basurama (2001), Laboratorio Urbano (2001), Rotorrr (2001), Zuloark (2001), harkitectura.net (2002), Recetas Urbanas (2003), Observatorio Metropolitano (2005), La Fundició (2006), M-etxa (2007), Zoohaus (2007), Todo por la Praxis (2008), Traza Territorio (2008), el globus vermell (2009), Lacol (2009), Raons (2009), Ctrl+Z (2010), Equal Saree (2010), Encajes Urbanos (2010), Intinerant Office (2011), Lemur (2011), n'UNDO (2011), CARPE (2012), Conjuntos Empáticos (2012), Maushaus (2012), Arquitectos de Cabecera (2013), cerojugadores (2013), Voltas Cooperativa d'Arquitectura i Urbanisme (2013), Canicca (2016), Fenti Studi (2016), Grigri (2016), Oficina de Innovación Cívica (2018), Agencia de Cooperación Vecinal (s.d.), Arquitectives (s.d.), Coletivo Punt 6 (s.d.), IDENSITAT (s.d.), Plataforma Territoris Oblidats (s.d.), Sawu Studio (s.d.), office shophouse (s.d.) | **Estados Unidos:** hester Street (2002), Street Plans (2009), Kounkuey Design Initiative (2010), Block by Block (2012), DJDS (2015), Borderless Studio (2016), SPACE SALOON (2018), Co Everything (2018) | **Equador:** Al Borde (2007), Con lo que Hay (s.d.), tallergeneral (s.d.) | **França:** Ne Pas Plier (1991), Arpenteurs (1993), Bruit du Frigo (1997), Robins des Villes (1997), Echelle Inconnue (1998), Pixel 13 (1998), Bazar Urbain (1999), Coloco (1999), Notre Atelier Commun (1999), Destination Patrimoine (2000), atelier d'architecture autogéré (2001), Didattica (2001), Encore Heureux (2001), Compagnie des Rêves Urbains (2002), La Manufacture des Paysages (2002), EXYZT (2003), Le

Cabanon Vertical (2003), 3RS (2003), Ateliers Populaires d'Architecture et Urbanisme (2005), De l'Aire (2005), Bellastock (2006), Collectif Dérive (2006), Cochenko (2007), Les Saprophytes (2007), Quatorze (2007), Zoom (2007), Agence Nationale de Psychanalyse Urbaine (2008), Collectif Mit (2008), Compagnie d'Architecture (2008), alpage (2009), Collectif Etc (2009), Horizome (2009), Carton Plein (2010), Collectif Fertile (2010), La Folie Kilomètre (2011), Wagon Landscaping (2011), YA+K (2011), Zeppelin Collectif (2011), Architecture in Vivo (2013), Captain Ludd (2013), Collectif Parenthèse (2012), Yes We Camp (2012), Collectif Fil (2013), Plateau Urbain (2013), Association ICI! (2014), Atelier Approche.s! (2014), Bergers Urbains (2014), Collectif Pourquoi pas?! (2014), Collectif Saga (2014), Akpé (2015), Aman Iwan Collectif (2015), georges (2015), Le Bruit de la Conversation (2016), POEP'UP (2016), Quand Même (2016), Actes et Cités (s.d.), Atelier Na (s.d.), Collectif CANCAN (s.d.), Collectif Hôp Hop Hop (s.d.), Collectif la FUITE (s.d.), Collectif PZZL (s.d.), Délits d'Archi (s.d.), KXKM (s.d.), Laboratoire des Baignades Urbaines Expérimentales (s.d.), Microclimax (s.d.), Studio Public (s.d.), Vacance Collectif (s.d.) | **Grécia:** AREA (2006) | **Holanda:** Stipo (1994), 2012Architecten (1997), HUNC Design (2007), CohStra (2008), Selvatico (2019) | **Hong Kong:** Very Hong Kong (2013) | **Hungria:** Paradigma Ariadne (2016) | **Inglaterra:** Muf (1995), Public Works (2004), Meanwhile Space CIC (2009), Assemble (2010), The Decorators (2011) | **Irlanda:** A Playful City (2017) | **Itália:** Stalker (1995), Temporiuso (2009), Orizzontale (2010), VIVIAMOLAq (2012), Fosbury Architecture (2013), TaMaLaCà (2013), ECÒL Studio (2015), (ab)Normal (2017), HPO (2017), La Rivoluzione dell Seppie (2017), Needle (2017), Collectivo TODO (s.d.), Interazion Urbane (s.d.), Metriquali (s.d.) | **Japão:** Sotonoba (2014) | **Malásia:** Think City (2009) | **México:** Barripolis (2010), Comunal (2013), dérive lab (2013), Lugares Publicos (2013), Factor Urbano (s.d.), Farfulla (s.d.), Nómada Estudio Urbano (s.d.) | **Nova Zelândia:** Gap Filler (2010), Places for Good (2010) | **Peru:** IntuyLab (2012), Semillas (2014), Peatón Cix (2016), Creactiva (2019) | **Portugal:** Colectivo Warehouse (2013), Frame Colectivo (2013), Associação LOCALSapproach (2014), Critical Concrete (2015), Há Baixa (2016), Trabalhar com os 99% (2016), Associação Ponto Parágrafo (2018), Colectivo Til (s.d.) | **Romênia:** studioBASAR (2006) | **Rússia:** Citymakers (s.d.) | **Singapura:** Participate in Design (2013), LOPELAB (2014) | **Suiça:** A-A Collectif (2018), la-clique (2019) | **Tunísia:** El Warcha (2016) | **Venezuela:** Incursiones (2014), CiudLab (2017) Territorio h.u.b. (2017)

Alemanha - Inglaterra: offsea (2002) | **Canadá - Reino Unido - Indonésia:** CA.UK.IN (2015) | **Cuba - El Salvador - Gana:** Ghana ThinkTank (2006) | **Espanha - França:** CTRLZ (2007) | **Espanha - Peru:** PEZ estudio (2006) | **Estados Unidos - Holanda:** Office of Unsolicited Architecture (2007) | **França - Japão:** 2m26 (2015)

Europa - Estados Unidos: Knitknot (2013) | **Rede global:** constructLab (2012)

2.2 caracterização dos coletivos de arquitetura

Nestas pouco mais de três décadas de história dos coletivos de arquitetura, como pôde ser observado, houve uma ampla expansão numérica e geográfica (figuras 36 e 37), acompanhada ainda de uma conquista por espaço na mídia e dentro da própria profissão. No entanto, corroborando com o relato apresentado por Carpino, Chiappero chama atenção para o fato de, ainda que facilmente se reconheçam alguns tipos de ação predominantes, os contornos da prática permanecerem vagos.¹⁵⁸ É, portanto, pertinente questionar o que caracteriza esta forma de prática que temos designado de coletivos. A intenção com este subcapítulo é apresentar e discutir os aspectos predominantes na prática da maior parte dos grupos, o que foi realizado através do método de definição de um *tipo ideal*, já introduzido em *estrutura e método*.

Esta discussão será organizada com base nos tópicos: **expansão da atuação profissional da arquitetura; fazer junto e de baixo para cima; pequena escala; e subverter o modelo de produção urbana neoliberal**. Pontos estes que têm origem na análise das características dos coletivos de arquitetura apresentadas por Chiappero e Macaire. De acordo com o que é apresentado por ambos, o principal aspecto que caracteriza a prática destes coletivos parece ser o desenvolvimento de abordagens que expandem o campo de atuação e os métodos convencionais da profissão. Uma das razões principais sendo, como discutido anteriormente, a procura de uma posição crítica ao modelo de construção urbana neoliberal, tanto pelas reflexões e debates que procuram provocar quanto pelo seu *modus operandi*. Este, por sua vez, é marcado principalmente pela intenção de *fazer coletivamente* e de baixo para cima (*bottom-up*), através, por exemplo, de ações pedagógicas, de intervenções artísticas no espaço público, da autoconstrução e inúmeros outros métodos participativos. Além disto, ao analisar a prática de coletivos diversos, destaca-se a predominância da pequena escala, seja esta espacial ou temporal, característica que, assim como as anteriormente citadas, também se expressam nas práticas de grande parte dos grupos identificados ao longo da análise histórica. Contudo, é pertinente sublinhar que, tal como a própria construção deste tipo ideal, que não pretende encerrar em si a interpretação do que são coletivos de arquitetura, a divisão da análise em torno destes pontos e os debates que cada um engloba são uma sistematização artificial. Deste modo, em diversos casos podem ser observadas intersecções entre os pontos utilizados para organizar o conteúdo apresentado.

158 Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes’,” 46.

expansão da atuação profissional da arquitetura

Diante de uma prática disciplinar que convencionalmente opera em consonância com as dinâmicas, valores, progressos e crises do mercado capitalista, os coletivos de arquitetura buscam modos de operar orientados por outros valores, dinâmicas e ritmos. Conforme já observado, a prática destes coletivos muitas vezes é guiada por motivações éticas ou políticas. Porém, como chamam atenção Awan, Schneider e Till, vê-se um afastamento da ambição de reforma sociopolítica que orientava o modernismo, não apenas pela predominância de intervenções em uma escala consideravelmente menor, mas por uma associação entre pragmatismo e idealismo.¹⁵⁹ Donat-Cattin também distancia a prática dos coletivos da abordagem revolucionária-utópica de grupos vanguardistas como *Archizoom*, *Superstudio*, *UFO*, etc,¹⁶⁰ posição que o coletivo *Raumlabor* deixa bastante clara:

“Yes we do love the great ideas of the 60s 70s and the optimism which is inherent in changing the world at the stroke of a pen to the better. But we strongly believe that complexity is real and good and our society today does need a more substantial approach. Therefore our spacial proposals are small scale and deeply rooted in the local condition. ... BYE BYE UTOPIA!”¹⁶¹

Cada processo é então iniciado a partir da compreensão das limitações e dos potenciais do contexto específico para, com isso, traçar estratégias no intuito de transformar positivamente a vida da população local, sob a perspectiva de como o espaço e as relações sociais se impactam mutuamente. Ao priorizar valores externos aos referenciais do mercado, desenvolve-se uma prática cujo alvo de estudo/intervenção é o contexto dinâmico do espaço social, ao invés do estático objeto-arquitetônico, o que não significa dizer que há um abandono completo dos métodos, ferramentas e habilidades aplicadas ao design de edifícios, mas sim uma ampliação de suas aplicações. Da mesma forma, não se anula a possibilidade de que certos problemas espaciais sejam solucionados pela construção/reforma de um objeto-arquitetônico, no entanto, nestes casos a maioria dos coletivos estudados partem do princípio de que nem sempre a solução reside no ato de acrescentar algo físico ao mundo, havendo outras formas de fazer uma diferença espacial que podem ser englobadas no léxico profissional do arquiteto. Quando a solução adequada é a construção/reforma do objeto, entretanto, prioriza-se sua qualidade enquanto motor de dinâmicas sociais em detrimento de sua qualidade estética. Awan, Schneider e Till ilustram tal questão com as intervenções realizadas pelo grupo *Recetas Urbanas*, que abrem espaço para a ativação cidadã da cidade através da apropriação criativa da legislação.¹⁶² Um exemplo que pode ser observado neste âmbito é a solicitação de licença municipal para a ocupação da via pública com um contentor,

159 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, cap. 1.

160 Donat-Cattin, *Collective Processes*, 185.

161 “Statement,” About, Raumlabor, acessado em 01 de julho de 2022, <https://raumlabor.net/statement/>

162 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, cap. 1.



Figura 38:
Intervenção urbana, Recetas Urbanas,
1997, Sevilha
Recetas Urbanas, 1997, “KUVAS S.C.”,
<https://recetasurbanas.net/proyecto/kugas-s-c/> (modificada pela autora)

sendo este suporte para diversas instalações urbanas, como uma gangorra,¹⁶³ uma piscina e um palco para teatro¹⁶⁴ (figura 38).

Ademais, rompe-se com a delimitação profissional da disciplina ao envolver outros agentes (técnicos e não-técnicos) nos processos de projeto, ao interpretar a arquitetura não como fim, mas como meio de aprendizado e trocas entre cidadãos. Como afirma Macaire, este tipo de projeto, enquanto espaço intermédio, busca possibilitar vínculos comunitários e provocar debates coletivos. Frequentemente o processo tem primazia sobre o resultado, até porque este muitas vezes é a representação do processo. Nestes casos, documentos/intervenções produzidas registram os debates, marcam as diferentes etapas do trabalho e materializam uma memória do projeto, enquanto os arquitetos assumem o papel de intérpretes da demanda social, colaborando com a sua sistematização e, através dos projetos, abrindo espaços para que estas se expressem ou materializem. Desta forma, os coletivos “[p]lutôt que maîtres de l’oeuvre (comme produit achevé) ces architectes seraient donc maîtres du processus.”¹⁶⁵ Esta questão é igualmente explícita para o coletivo *Raumlabor*:

“Architecture is an experimental laboratory for a moment related to the participatory work practice in urban areas. Architecture is understood not as an object, but rather as history, a layer of the history of the place. As architects, artist we are more of activists, because we operate within the city. Architecture is a tool, in the search for a city of possibilities, the city of tomorrow!”¹⁶⁶

Este formato expandido de atuação, contudo, não significa a adoção de um outro modelo rígido, mas o constante questionamento e ajuste das posturas defendidas, do papel a ser ocupado profissionalmente e das ferramentas e métodos utilizados. Rollot aponta que esses coletivos de certa forma reinventam a disciplina em um movimento paradoxal, no qual há uma reapropriação da prática arquitetônica através de uma dissolução da mesma. A maioria dos coletivos estudados tem, de fato, uma predominância de integrantes com formação acadêmica em arquitetura.¹⁶⁷ Interessa, portanto, entender o percurso que os levou a abraçarem tal expansão disciplinar.

Através de entrevistas com alguns integrantes de coletivos de arquitetura franceses, Macaire reuniu informações que dão pistas acerca de variáveis na formação acadêmica que levaram arquitetos a procurar exercer esta prática ampliada. Partindo dos aspectos que guiaram a escolha do curso, a autora apresenta que diversos entrevistados apontaram uma decisão orientada tanto

163 O mesmo que *balancé*, em português de Portugal.

164 “Kugas S.C., Sevilha, 1997,” Espacio Público, Recetas Urbanas, acessado em 01 de julho de 2022, <https://recetasurbanas.net/proyecto/kugas-s-c/>

165 Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 196; 205-207. Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, cap. 1.

166 Raumlabor, “Statement.”

167 Cécile Diguët, “Urbanisme transitoire, programmation en action: une brèche pour le droit à la ville?” em *L’hypothèse collaborative*, ed. Rollot, 122. Rollot, “Éloge de l’improductivité de l’hypothèse collaborative,” 209.

pela interpretação da arquitetura enquanto serviço público, quanto por a disciplina oferecer uma formação que atravessa múltiplas áreas, abrangendo tanto conhecimentos artísticos, quanto científicos. Muitos dos integrantes dos coletivos indicaram que desde o início do curso se interessaram pela abertura de possibilidades profissionais que a disciplina abrange, bem como manifestam uma relação crítica com o ensino. Ao longo do percurso acadêmico, destaca-se o envolvimento em atividades extracurriculares, tais como viagens de estudo, cursos artísticos, cursos de ciências humanas e sobretudo atividades associativas ou políticas, de modo que conhecimentos e lições obtidas a partir destas complementam o estudo arquitetônico. Por sua vez, o trabalho de conclusão de curso se mostra como um momento com importante força simbólica, sendo uma oportunidade de apresentar um posicionamento profissional. Além disto, fora da esfera acadêmica, a maioria dos entrevistados herda da educação doméstica o empenho político, maioritariamente associado a ideias políticas de esquerda. Assim, procuram desenvolver práticas orientadas pelo valor da arquitetura enquanto serviço público, desenvolvendo, para tal, principalmente atuações participativas, de dimensão educativa e/ou politicamente engajadas.¹⁶⁸

Entretanto, ao serem introduzidos no mercado de trabalho, estes profissionais encontram uma cultura arquitetônica marcada pela exaltação de aspectos de natureza visual e construtiva do edificado, comumente suprimindo aspectos voláteis como o seu processo de construção, ocupação, manutenção, dentre outras dinâmicas que fogem ao controle e previsibilidade dos arquitetos. Além disso, como apontado no livro *Informal City* e citado em *Spatial Agency*, o vocabulário profissional da arquitetura nem sempre é capaz de compreender de forma adequada a complexidade de aspectos informais da vida urbana.¹⁶⁹ Corroborando a ideia de que por vezes estes arquitetos, ao entrarem na vida profissional, lidam com a necessidade de expandir os limites e ferramentas da arquitetura, Alex Axinte e Cristi Borcan, do *studioBASAR*, relatam:

“As so-called specialists in the built environment, fresh out of architecture school, we soon realized that we did not have adequate tools to understand what was going on in the city around us. The ‘classical’ professional tools that we were equipped with, such as the site analysis through historical plans, aerial views, street fronts or drawings and abstract models, namely, methods of objectifying urban phenomenon, were useless when one wanted to engage with people and the city’s life. We found that outside our discipline, in literature, cinema or contemporary art, for example, people were examining, documenting or directly recording the rhythms of the everyday. Urban anthropology and sociology too contributed new subjects and methods to understand the city.”¹⁷⁰

168 Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 143-146; 153.

169 Alfredo Brillembourg, Kristin Feireiss e Hubert Klumpner, *Informal City: Caracas case* (Munique: Prestel, 2005), 19, apud. Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, introdução.

170 Alex Axinte e Cristi Borcan, “In Action: Searching for the in-between city,” em *The Social (Re)production of Architecture*, ed. Petrescu e Trogal, 288.

Ademais, dá-se também um confronto com a forma como um projeto é usualmente iniciado no mercado profissional: a entrega de um *briefing*, formado pela indicação do terreno de intervenção com suas fronteiras físicas que não devem ser ultrapassados pela intervenção, pela apresentação do programa desejado e, por vezes, por um limite orçamental. Tal quadro, naturalmente, nem sempre é problemático, contudo, em algumas situações não é o ideal por priorizar demandas privadas ao invés do bem comum, visto que grande parte do poder de decisão reside nas mãos do cliente, que a contribuição que poderia ser oferecida pela inteligência arquitetônica do profissional não é explorada em seu máximo e que os demais agentes locais são excluídos das negociações.¹⁷¹

Desta forma, os coletivos muitas vezes trabalham a partir de autopropostas geradas de uma análise do contexto ou de opções debatidas com múltiplos agentes. Na ausência de um cliente proprietário do local de intervenção e a pagar pelo trabalho do arquiteto e pela concretização da proposta, por vezes a obtenção de financiamento para concretizar tais demandas e a negociação com o poder público são englobados enquanto partes do projeto traçado. Todavia, grupos entrevistados por Macaire afirmam que muitas vezes encaram dificuldades em processos como estes por serem percebidos como manifestantes, precisando despenderem algum tempo e esforço na conscientização de agentes públicos ou financiadores acerca da relevância das propostas.¹⁷² Da mesma forma, Jane Hall, integrante do coletivo *Assemble*, expõe que a dificuldade de explicar os valores que guiam a prática do grupo para alguns clientes traçam limitações às possibilidades de atuação:

“The question of value is important because, if we are thinking about how to do architecture differently or challenge the norms within the industry, why would organizing collectively be valuable or inherently part of that? Because it is hard work and sets itself up against being financially viable. As individuals, you take on burdens and risks. And it becomes difficult to explain your values to clients which would enable more permanent projects to happen. It is just not affordable.”¹⁷³

Diante deste quadro, a postura adotada por muitos coletivos de trabalhar com o que se tem por vezes torna possível a concretização de intervenções, sendo este aspecto frequentemente um dos pontos de partida de propostas. Neste *modus operandi*, englobam-se desde relações mais explícitas como a reutilização de materiais que haviam sido descartados até um trabalho a partir, por exemplo, da disponibilidade de espaços – geralmente espaços públicos, terrenos baldios e edifícios abandonados – e da disponibilidade de habilidades e de tempo dos agentes envolvidos. Assim, habitualmente desenvolvem processos de autoconstrução coletivas, absorvendo no projeto os outros saberes técnicos e saberes não-técnicos que possam enriquecer a construção do espaço. Trabalhar com base em tais aspectos, diante do que o *Collectif Etc* denomina de *economia da*

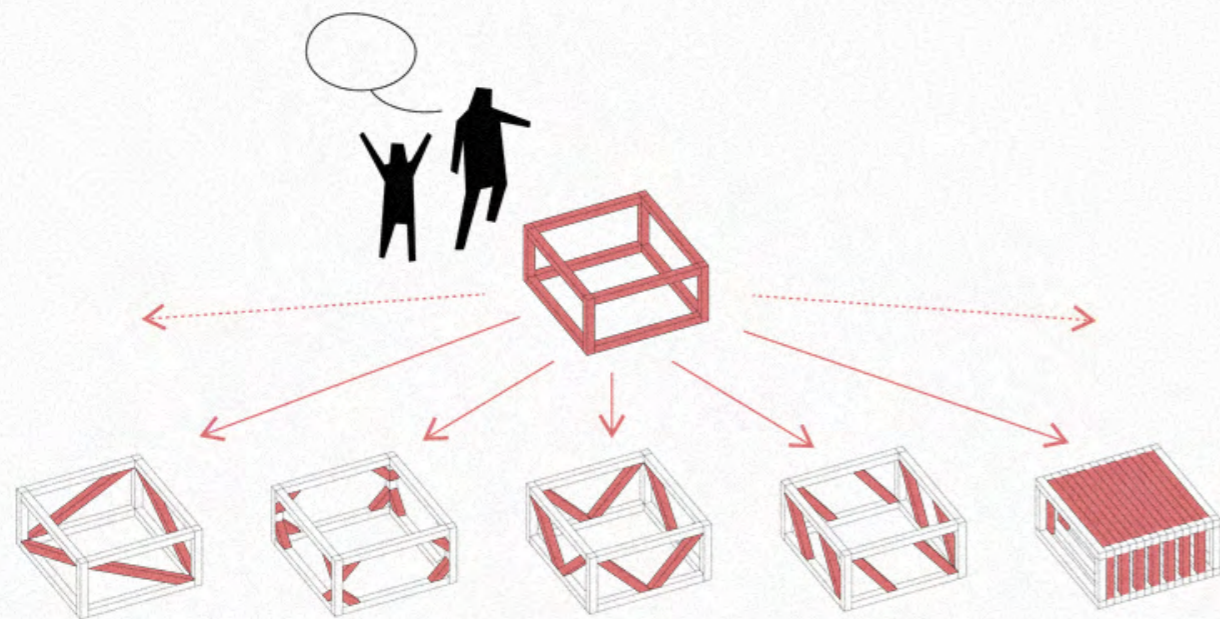
171 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, introdução.

172 Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 206.

173 Jane Hall, “How Do We Practice and Why Do We Practice?,” discussão coletiva com integrantes de outros coletivos moderada por Donat-Cattin, *Collective Processes*, 32-33.

Figuras 39 e 40:

Esquema da matriz construtiva (superior) e resultado com variações (inferior), Collectif Etc, 2012, Marselha
Collectif Etc, 2012, "Syndicat d'Initiatives Citoyennes",
<http://www.collectifetc.com/realisation/syndicat-initiatives-citoyennes/> (modificadas pela autora)



disponibilidade, possibilita tanto a introdução ou consolidação de uma economia circular, quanto o exercício da construção coletiva da cidade.¹⁷⁴

Sem partir então de um *briefing* pré-definido e englobando a negociação e os saberes de múltiplos agentes, em muitos casos a história do projeto compõe um método de trabalho dos coletivos e se revela essencial.¹⁷⁵ Como releva Nicola Delon, do coletivo *Encore Joyeux*, “tu es obligé de susciter ta propre commande, d’aller voir les gens, de formaliser ton projet et de travailler la chaîne de communication pour aller le raconter, le vendre et le faire advenir.”¹⁷⁶ Havendo inúmeras perspectivas através da qual uma história pode ser contada, monta-se uma narrativa a partir do encontro entre a perspectiva do arquiteto, a experiência que este observa e os relatos que lhe são contados pelos agentes locais, cujo objetivo não é construir o relato o mais fidedigno possível, baseado em fatos e provas, mas traçar uma narrativa capaz de ser apropriada pelos agentes diversos, engendrar dinâmicas que darão forma a proposta e estabelecer o sentido de uma experiência comum.¹⁷⁷ Como esclarece Pascal Nicolas-Le Strat, integrante do coletivo *atelier d’architecture autogérée*:

“Le récit d’expérience produit son œuvre. Un espace de parole s’est constitué et, au sein de cet espace, l’expérience existe désormais en tant qu’expérience commune, par l’entremise des multiples interprétations qui lui sont adressées et les nombreuses variations dont elle est l’objet. [...] Mais cette dépossession ne signe ni une perte ni un abandon. Au contraire, elle fraie la voie à de nombreux développements et maintient de la sorte l’expérience active et productive, présente et influente.”¹⁷⁸

Sob os mesmos princípios, Awan, Schneider e Till apresentam que agentes espaciais atuam a partir de uma intenção diretriz, sendo esta formada e reformada ao longo do processo pelas dinâmicas do contexto no qual se trabalha, numa estrutura que precisa ser flexível.¹⁷⁹ Para que seja possível trabalhar contando com a existência de tal flexibilidade, Chiappero defende que grande parte das vezes a prática dos coletivos de arquitetura são desenvolvidas a partir do estabelecimento de matrizes de diferentes naturezas, podendo estas coexistirem num mesmo projeto. Por vezes, é definida uma *matriz construtiva*, deixando espaço para escolhas individuais, mas estabelecendo um conjunto de regras que garantam um sistema comum, como exemplificado nas figuras 39 e 40. Outras, uma *matriz política*, com o estabelecimento de premissas relacionadas à participação cidadã na transformação urbana, visando o empoderamento dos agentes envolvidos. Por fim, cita a *matriz mitogênica*, quando é montada uma narrativa onírica, esta adaptável e geradora de debates e transformações espaciais, em consonância com o conceito de narrativa apresentado por Nicolas-Le Strat.¹⁸⁰

174 Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes,’” 75-78; 91.

175 Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 197.

176 Nicola Delon, “Encore Joyeux,” em *L’hypothèse collaborative*, ed. Rollot, 46.

177 Pascal Nicolas-Le Strat, *Expérimentations politiques* (s.l.: Fulenn, 2014 [2007]), cap. 8, ePub.

178 Idem, cap. 8.

179 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, introdução.

180 Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes,’” 113-115; 133-237.



Figura 41:
Canteiro Pedagógico, AtelierVivo,
2018, Recife

AtelierVivo, 2018, “Cubito”, <https://www.ateliervivo.com/projetos-galeria>
(modificada pela autora)

Ao serem desenvolvidas práticas flexíveis e dinâmicas, observa-se nestes coletivos uma maleabilidade incomum face ao urbanismo neoliberal e a prática convencional da arquitetura. Trabalhar de tal forma aberta requer que o projeto não represente um conjunto de regras rígidas que ditam exatamente como a proposta deve ser concretizada. Ao invés disto, estes coletivos desenham apenas parcialmente aquilo que desejam produzir, deixando parcelas suspensas para serem determinadas ao longo do processo.¹⁸¹ Como aponta Chiappero, deixam “la *main construisant* reprendre le dessus sur la *main représentante*.”¹⁸²

Ao falar sobre o design ativista, Crysler também aponta o foco na ação como característica transversal, rompendo com a divisão da produção historicamente estabelecida entre trabalho intelectual e trabalho manual já questionada por Ferro.¹⁸³ De modo que seja possível a participação de agentes sem experiência na construção, além das formações que, como já pontuado, em muitos casos partem do intuito de fornecer meios para uma colaboração horizontal, geralmente também se procura utilizar ferramentas de fácil manuseio. Estas dinâmicas estão ainda muitas vezes atreladas à prática de residência temporária que colabora com o estabelecimento de uma relação de confiança entre integrantes do coletivo e agentes locais, fundamental no processo de construção compartilhada.¹⁸⁴ Deste modo, o canteiro de obras é tido como um espaço de reunir as pessoas para fazer junto, como evidenciam alguns coletivos dentre tantos mais:

Quatorze: “Nous voulons construire, réaliser, apprendre comment les choses se font, pour apprendre à les dessiner. La distance entre l’architecte et la production est incroyable.”¹⁸⁵

constructLab: “Unlike the conventional architectural process in which the architect designs and the builder builds, in constructLab, the project’s conception and construction are brought together. The designer builds and continues to design on site.”¹⁸⁶

AtelierVivo: “A Pedagogia do Canteiro (ou Pedagogia da realidade) é a nossa metodologia para a produção de arquitetura baseada numa aproximação às questões e desafios reais a partir da imersão de pessoas de diferentes backgrounds em um canteiro de obras.”¹⁸⁷

181 Brenner, “Is ‘tactical urbanism’ an alternative to neoliberal urbanism?,” 115. Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, introdução. Edith Hallauer, “Vers une déprise d’œuvre,” em *L’hypothèse collaborative*, ed. Rollot, 36. Chiappero, “Du Collectif Etc aux ‘collectifs d’architectes’,” 110.

182 Chiappero, “Du Collectif Etc aux ‘collectifs d’architectes’,” 110.

183 Crysler, “The Paradoxes of Design Activism; Part Two.” Ferro, “O Canteiro e o Desenho,” 105-200.

184 Chiappero, “Du Collectif Etc aux ‘collectifs d’architectes’,” 70; 218. Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, introdução. Macaire, “L’architecture à l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 131; 203.

185 Damien, “Quatorze,” entrevistado por AtelierGeorges, em *L’hypothèse collaborative*, ed. Rollot, 66.

186 “About,” constructLab, acessado em 05 de julho de 2022, <https://constructlab.net/about/>

187 “A pedagogia do canteiro,” Ateliervivo, acessado em 05 de julho de 2022, <https://ateliervivo.com/>

Portanto, uma das principais características da expansão da atuação na disciplina que estes coletivos apresentam é a sua flexibilização, seja na definição dos limites da prática, da aplicação e inovação de métodos e ferramentas, seja na análise e transformação espacial, levando em consideração também aspectos da produção social do espaço muitas negligenciadas pela prática arquitetônica. Esta fluidez se mostra enquanto característica necessária diante da mobilização *bottom-up* e da premissa de que a cidade pode ser construída coletivamente, que será aprofundada a seguir. Para já, nesta seção foi possível observar algumas características relevantes que marcam a prática dos coletivos de arquitetura e que, portanto, compõem o tipo ideal, sendo estas: **a associação entre pragmatismo e idealismo; a priorização de outros valores que não de troca; a primazia do processo sobre o resultado; o foco na produção social do espaço; e a prática flexível.** Para tal, muitas vezes se faz pertinente a ampliação dos métodos, ferramentas e habilidades arquitetônicas, o envolvimento de agentes externos à disciplina e, com isto, o trabalho matricial, a priorização de demandas coletivas e, como forma de não trabalhar com base em um valor de troca, o embasar da prática numa *economia da disponibilidade*.

fazer junto e de baixo para cima

Antes de mais, é importante apontar que nem sempre a intenção de construir a cidade coletivamente envolve projetos participativos, às vezes é sobre estimular dinâmicas coletivas.¹⁸⁸ Contudo, sendo o fazer junto e de baixo para cima o meio para isto que foi predominantemente observado nos casos aqui em estudo, será o foco da seção. Este fazer junto, por sua vez, não ambiciona apenas envolver outros agentes nos processos, mas também englobar o conhecimento cidadão, promover o *know-how* arquitetônico e estimular a participação destes agentes na produção do espaço. Além disto, tais práticas surgem em contraponto à prática convencional da arquitetura que muitas vezes ocultam os diversos agentes envolvidos nos processos de produção espacial – arquitetos, engenheiros, construtores, servidores públicos, habitantes, financiadores, etc – e atribuem a autoria a uma figura profissional central.¹⁸⁹

Para traçar processos participativos é preciso reconhecer os limites da autoridade profissional, abandonando hierarquias comuns às relações profissionais e abraçando a contribuição dos demais agentes. Neste âmbito, ultrapassa-se a consulta pública – que se tornou frequente nos instrumentos de gestão territorial e programas comunitários a partir da década de 1990 – e englobam-se os múltiplos saberes dos agentes envolvidos, sejam estes técnicos, acadêmicos, um saber-fazer, um conhecimento acerca do local e por aí em diante, bem como suas demandas e desejos são colocadas na mesa de negociações.¹⁹⁰

188 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, cap. 3.

189 Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes’,” 118. Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 187; 207. Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, introdução; cap. 3. Chapel, “D’un urbanisme global à une pratique de situations spatiales?,” em *L’hypothèse collaborative*, ed. Rollot, 14.

190 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, introdução. Chapel, “D’un urbanisme global à une pratique de situations spatiales?,” 13.

A intenção de fazer junto é tão significativa no exercício de alguns dos grupos que inclusive molda seus discursos e práticas. Bader, do *Raumlabor*, por exemplo, apresenta que preferem o termo *urban practice* do que *architecture*, em parte por entenderem que a atuação do coletivo ultrapassa os limites da prática arquitetônica, mas também por considerarem uma expressão mais convidativa à participação de agentes externos a disciplina: “Architecture in many respects is associated with a certain expertise, and people sometimes do not feel invited to this kind of conversation and to action.”¹⁹¹ A questão da comunicação parece ter alguma importância. Para além da já aborda estratégia de construir uma matriz que possa facilmente ser apropriada, Awan, Schneider e Till chamam atenção para a difícil compreensão de uma comunicação feita a partir de um *vocabulário arquitetônico*, traçando meios explorados por agentes espaciais para a disseminação acessível de conhecimentos:

“One of the key tools for the dissemination of knowledges is through self-managed publishing, independent from the professionally endorsed routes, generating one-off papers, fanzines, more or less regular journals, books, websites, maps and so on. [...] Knowing becomes a tool of empowerment since it allows everyone to evaluate and critically judge the position within which they find themselves in the world, allowing them to question, to interrogate, to intervene, to challenge and to propose other ways.”¹⁹²

Neste âmbito, destaca-se também a intenção de tornar ferramentas utilizadas na disciplina – não só de construção, mas também de análise e projeto – acessíveis para um público mais alargado, identificando-as enquanto potenciais auxílios para a participação na transformação do espaço.¹⁹³ Assim, muitos dos arquitetos dos coletivos se veem numa posição de pedagogo,¹⁹⁴ sendo inclusive recorrente coletivos identificarem nas plataformas eixos de atuação relacionados com o campo educativo, seguindo-se alguns exemplos: *Atelier Approche.s!* fala sobre *sensibilisation à l’urbanisme*,¹⁹⁵ *Todo por la Praxis, pedagogía crítica*,¹⁹⁶ *Association Didattica, pédagogie du projet e projet pédagogique*,¹⁹⁷ *CTRL+Z, actividades divulgativas y docentes*,¹⁹⁸ *Instituto A Cidade Precisa de Você, educação urbana*,¹⁹⁹ este último desenvolvendo ainda a questão de implementar um vocabulário arquitetônico acessível:

“Para que os cidadãos participem da construção da cidade, é preciso conhecer os processos pelos quais ela é produzida e os caminhos de participação existentes e possíveis. Com

191 Bader, discussão coletiva com integrantes de outros coletivos, 44.

192 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, cap. 2.

193 Idem, cap. 2; cap. 3. Brenner, “Is ‘tactical urbanism’ an alternative to neoliberal urbanism?” 127.

194 Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 328.

195 “Que faisons-nous?” *Approche.s!*, acessado em 11 de julho de 2022, <https://atelierapproches.fr/>

196 “Todo por la Praxis,” *Todo por la Praxis*, acessado em 11 de julho de 2022, <https://todoporlapraxis.es/lineas-de-trabajo-2/>

197 “association,” *Didattica*, acessado em 11 de julho de 2022, <http://didattica-asso.com/-association->

198 “Acerca de Ctrl+Z,” *CTRL+Z*, acessado em 11 de julho de 2022, <http://ctrlz.net/abt-es/>

199 “Início,” *A Cidade Precisa de Você*, acessado em 11 de julho de 2022, <https://acidadeprecisa.org/>




Figura 41 e 42:
Ação de pedagogia urbana em escola,
Association ICI!, 2017, França
Association ICI!, 2017, “Rapport
d’activité 2017”, [https://issuu.com/
icilespetitsriens/docs/2017-rapport_d_
activit_s](https://issuu.com/icilespetitsriens/docs/2017-rapport_d_activit_s) (modificadas pela autora)

cursos, seminários e workshops sobre o direito à cidade e a cidadania ativa, buscamos traduzir conceitos urbanos complexos em uma linguagem simples e didática.”²⁰⁰

Neste âmbito, foi identificada na investigação a referência a duas vertentes de atuação: em alguns casos, procuram produzir conhecimentos e debater questões através da realização de atividades como seminários, aulas abertas e eventos diversos sobre arquitetura, cidade ou questões específicas sobre determinado local. Enquanto em outros casos são organizadas oficinas em que o conhecimento procura ser produzido a partir da experiência prática, usualmente associada a um projeto no qual o aprendizado dos participantes é tido como um dos objetivos centrais. Estas últimas práticas, por sua vez, dividem-se entre ações em dois contextos principais: 1) Com crianças, comumente na escola ou no bairro que se inserem, sendo estas muitas vezes tidas também como um espaço de pesquisa-ação acerca de aproximações entre educação e cidade, como exemplo nas figuras 41 e 42. 2) Em escolas de arquitetura, consideradas como um espaço para reforma profissional, tendo a capacidade de formar uma nova geração de arquitetos socialmente responsáveis a partir da dissolução entre teoria e prática e de situações que coloquem os alunos em contato com outras formas de fazer arquitetura e com realidades fora da privilegiada bolha acadêmica.²⁰¹

Em contextos fora de instituições de ensino, por sua vez, os agentes envolvidos tanto podem ser, por exemplo, profissionais de outras áreas – que trazem para esta dinâmica de conhecimento partilhado outras ferramentas, métodos e saberes – quanto, e sobretudo, agentes locais, visto que são estes quem melhor conhecem o território e para quem essencialmente a proposta servirá.²⁰² Para tal, o coletivo *BazarUrbain* aponta utilizar uma série de métodos que permitem, em um curto recorte temporal, abranger contribuições de diversos agentes, bem como mapas mentais, caminhadas comentadas, observações e pequenas entrevistas.²⁰³

Todavia, nem sempre é possível identificar tais agentes locais e, de uma forma mais aprofundada, os problemas a serem resolvidos, essencialmente devido aos limites incertos de alguns grupos comunitários e à exterioridade do profissional.²⁰⁴ Assim, Chiappero aponta a fixação no território da intervenção, por períodos mais ou menos longos, como uma das características centrais na prática dos coletivos de arquitetura, sendo esta essencial para dissolver a distância entre especialistas e agentes locais: “L’architecte devenant lui même *habitant*, il arrive ainsi à réconcilier la forme et l’usage, tout en ouvrant le champ à de nouveaux espaces de dialogue, de débat et de prise de

200 Idem.

201 Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 147-148; 184; 208. Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, cap. 1. Crysler, “The Paradoxes of Design Activism; Part Two.” Peter Aeschbacher e Michael Rios, “Claiming Public Space: The Case for Proactive, Democratic Design,” em *Expanding Architecture*, ed. Bell e Wakeford, 87.

202 Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 111. Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes’,” 118.

203 “Posture et méthodes,” BazarUrbain, acessado em 08 de julho de 2022, <http://bazarurbain.com/posture-et-methodes/>

204 Crysler, “The Paradoxes of Design Activism.”

décision.”²⁰⁵ Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, por sua vez, apesar de concordarem que a prática de permanência efetuada por estes arquitetos traz vantagens para os processos que desenvolvem, sublinham que também pode engendrar problemas na definição dos seus papéis. Ao vivenciarem o espaço, estes estabelecem sua própria percepção enquanto residentes, que possivelmente não será a mesma de muitos dos demais agentes e é capaz de influir na negociação entre os múltiplos pontos de vista e demandas.²⁰⁶

Diante do que Rory Hyde chama de *arquitetura comunitária* – grupo no qual faz sentido englobar a prática de grande parte dos coletivos –, emerge esta dinâmica na qual os arquitetos afastam suas próprias percepções e são guiados pelas demandas e desejos dos agentes envolvidos nos processos, “(i)t is the people who steer the pen, the professional merely holds it,” levantando as questões que propõe: “Must ‘public’ architecture be produced by the public themselves? What role, then, for the urban professionals? [...] what is lost when we ignore the training and experience of the architect?”²⁰⁷ A questão sobre o papel a ser ocupado por vezes se mostra enquanto uma inquietação dos próprios coletivos, como transparece Amélie Allieux, integrante do *Fil – Atelier & Collectif*:

“En tant qu’architectes, quelles compétences pouvons nous prétendre avoir? Ce jeu d’acteurs soulève beaucoup d’interrogations sur le rôle de chacun. Le rôle de l’architecte n’est pas évident, et il est à redéfinir continuellement, selon les projets, et selon les intervenants. La même formation ne définit pas forcément le même rôle.”²⁰⁸

Ao longo de um processo participativo, os arquitetos costumam ocupar papéis diversos, cuja validação pelos demais agentes depende do contexto e das ações realizadas. Assim, desenvolve-se uma prática ampliada, mas que, ao terem por base as ferramentas, métodos e habilidades próprias da disciplina, ainda circunscrita à arquitetura. Neste âmbito, sublinha-se a relevância de uma outra capacidade que tais profissionais possuem: por serem hábeis na resolução de questões entre práticas artísticas, urbanas, sociais e políticas, têm uma formação estratégica para ocuparem a posição de gerir tensões, de modo que muitas vezes ocupam um lugar de mediação nos processos que desenvolvem. Além disto, como já foi visto, cabe ao arquiteto também coordenar as demandas, determinar as matrizes do trabalho coletivo, montar a narrativa e, quando necessário, procurar meios de viabilizar financeiramente a concretização da intervenção, visto que a prática destes coletivos não se insere nas dinâmicas mercantis tradicionais do exercício da profissão. Tendo isto em consideração, o desenvolvimento de processos participativos por vezes parte também da necessidade de estabelecer relações de aliança que permitam a existência da prática.²⁰⁹

205 Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes,’” 61; 68; 91.

206 Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning,” 91.

207 Rory Hyde, “Ways to be public,” em *The Social (Re)production of Architecture*, ed. Petrescu e Trogal, 303-304.

208 Amélie Allieux, “Fil,” entrevistada por AtelierGeorges, em *L’hypothèse collaborative*, ed. Rollot, 109.

209 Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey

Ao se buscar o financiamento governamental, institucional ou privado, no entanto, pode então ocorrer o que Crysler denomina de, em tradução livre, *achatamento da participação*. O autor apresenta que, devido a existência usual de medidas regulatórias, muitas vezes estabelecidas para que seja possível inspecionar o desempenho da ação financiada, é preciso traçar uma delimitação clara e objetiva do problema a ser resolvido e, a seguir, do resultado obtido, bem como sistematizar os métodos aplicados, incluindo a determinação do perímetro da participação. Assim, corre-se o risco de que a prática adote uma racionalidade técnica à qual inicialmente buscava se opor, tal como que acabe por ser moldada de forma a servir antes aos interesses do financiador do que de um público mais abrangente. Uma alternativa então parece ser reunir o apoio de um grande número de pessoas sem especial poder político ou financeiro. Por mais que o poder de cada participante possa ser reduzido, juntos – através da colaboração com força de trabalho, recursos, apoio, dentre inúmeras outras formas de colaboração – podem ser capazes de engendrar ações/mudanças de força significativa, sendo o *crowdsourcing* um exemplo evidente disto.²¹⁰ Contudo, dois outros problemas emergem.

Primeiro, Crysler chama atenção para o fato de ações *bottom-up* deslocarem responsabilidades governamentais para os cidadãos. Esta questão parece ser corroborada por Harvey e Wachsmuth no que chamam de *pensamento neoliberal* – segundo os autores, presente na maioria das pessoas, quer queiram ou não –, o que muitas vezes as leva a atribuírem a si mesmas as culpas pelos seus fracassos ao invés de os identificarem enquanto consequência de um modelo que, como já visto, depende da existência de uma desigualdade social. Ao mesmo tempo, em um movimento paradoxal, o meio para engendrar mudanças sistêmicas, como também já analisado, necessita ser realizado de baixo para cima.²¹¹

Além desta questão, Crysler destaca o fato de tais processos participativos costumarem contar com uma mão-de-obra não remunerada ou recompensadas a partir da atribuição de capital simbólico, como com aprendizado reconhecimento – via publicações, eventos, premiações, dentre outras formas de alcançar visibilidade profissional – ou/e, no caso destes agentes voluntários serem os principais beneficiados com a intervenção, com o próprio produto desta. Nestes casos, o problema reside na linha tênue entre um trabalho voluntário e uma relação de exploração, podendo este tipo de prática abrir espaço para situações em que o mérito no final das contas é atribuído apenas a certos indivíduos ou que o aprendizado esperado não é concretizado, havendo unicamente uma exploração da força de trabalho, especialmente quando esta dinâmica é mascarada por atividades acadêmicas que as distanciam da esfera do trabalho e são tidas como ensino.²¹²

Zones' of Urban Development Planning," 82; 84. Macaire, "L'architecture a l'épreuve de Nouvelles pratiques," 92.

210 Crysler, "The Paradoxes of Design Activism." Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, cap. 3.

211 Crysler, "The Paradoxes of Design Activism; Part Two." Harvey e Wachsmuth, "What is to be done?," 271. Uitermark, "An actually existing just city?," 201. Chomsky, *Occupy*, 51.

212 Crysler, "The Paradoxes of Design Activism; Part Two."

Figura 43:
Uma das casas reformadas pelo
Assemble, 2015, Liverpool
Assemble, 2015, “10 Houses
on Cairns Street”, [https://
assemblestudio.co.uk/projects/10-
houses](https://assemblestudio.co.uk/projects/10-houses) (modificada pela autora)



Estes riscos e movimentos paradoxais, por sua vez, serão ainda aprofundados a seguir ao discorrer acerca do papel da prática dos coletivos de arquitetura na subversão de um modelo de urbanização neoliberal. Antes disto, no entanto, é necessário compreender como a pequena escala define a prática destes coletivos, tanto entendendo as dinâmicas que ela permite estabelecer – identificando seus potenciais – quanto às restrições que ela impõe. Para já, pontuam-se características que podem ser somadas às identificadas na seção anterior, agregando a construção do tipo ideal: **o compartilhamento da autoria; o estímulo à participação cidadã na construção urbana;** a associação entre pragmatismo e idealismo; a priorização de outros valores que não de troca; a primazia do processo sobre o resultado; o foco na produção social do espaço; e a prática flexível. Estas duas características centrais trazidas na seção, por sua vez, são concretizadas através da ocupação de papéis diversos nos processos, de modo que torne viável a tomada de decisões a partir de negociações coletivas, o envolvimento de múltiplos agentes, bem como a disseminação acessível de conhecimentos, métodos e ferramentas que possam ser úteis para uma participação cidadã ativa na construção da cidade.

pequena escala

Tanto Chiappero quanto Macaire atribuem a pequena escala como um dos aspectos que compõe o imaginário do que é um coletivo de arquitetura. Contudo, enquanto o primeiro autor fala sobre efemeridade, a segunda fala sobre escala física das intervenções, de modo que esta seção será subdividida entre **escala temporal** e **escala espacial**.²¹³ Antes de mais, vale ressaltar que, por mais que a pequena escala prevaleça na prática de coletivos de arquitetura, não é exclusiva, havendo trabalhos tanto mais permanentes como em maiores dimensões, como é possível observar através, por exemplo, de uma série de ações/intervenções realizadas pelo *Assemble* em Toxteth, Liverpool, dentre as quais faz parte a reforma de 10 casas (figura 43), procedendo do culminar de 20 anos de luta dos moradores locais contra a demolição dos edifícios, que após reforma passaram a dar lugar a habitações a custos acessíveis.²¹⁴ Com isto em vista, segue-se para a reflexão acerca da pequena escala temporal e espacial, entendendo-as enquanto componentes do tipo ideal pelo seu aspecto predominante no exercício profissional dos coletivos.

213 Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes,’” 92. Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 11.

214 “10 Houses on Cairns Street – 2015,” Projects, Assemble, acessado em 14 de julho de 2022, <https://assemblestudio.co.uk/projects/10-houses>

“**raumlabor, Bader:** [...] Our position at the moment [to offer any kind of *countercapitalism*] is to allow for this counterarchitecture, to create situations of making otherwise and invite people in. This is probably why many of the situations in which we work are temporary, because we never found a way to make them last more or to accumulate more momentum. Indeed, we understand them as a window of opportunity into another potential reality.

Donat-Cattin: Markus, did you see temporariness as something you needed to give up in the process? To pursue your values, you had to give up on permanence?

raumlabor, Bader: No [...]. It was about learning that things that are fluid and temporary can be extremely valuable in themselves.”²¹⁵

Este trecho da conversa entre Bader e Donat-Cattin deixa diversas pistas sobre os múltiplos aspectos envolvidos no fazer arquitetônico de pequena escala temporal. Primeiro, sublinhando esta característica também como um meio de procurar agir fora das lógicas capitalistas de (re)produção, depois seu caráter de subversão de lógicas disseminadas no exercício profissional convencional e, por fim, pelo potencial inscrito a esta temporalidade. Corroborando com o apresentado, Chapel, ao falar acerca do que denomina de *práticas de situações espaciais*, aponta que, sendo o foco a produção social do espaço, a durabilidade da arquitetura não é uma grande preocupação destes arquitetos. Ao invés disto, o foco são as relações sociais que engendra e a inserção de ações cuja escala corresponde ao tempo das atividades cotidianas da vida urbana.²¹⁶ Como expõe Hall, do *Assemble*, ações de curta duração permitem “making something visible and seeing changes happen,” de modo que o coletivo tem preferência por adotar tal escala temporal com base no intuito de possibilitar que os agentes envolvidos acompanhem todo o processo e, com isto, estabeleçam uma relação de familiaridade com o produto da ação.²¹⁷

Quanto ao tempo da ação, Chiappero expõe que, quando observamos o espaço através não da leitura dos objetos arquitetônicos em si, mas da leitura do ambiente em que estes estão inscritos e das dinâmicas que geram, percebe-se que as cidades são feitas de uma contínua sucessão de eventos, sendo as intervenções de curta duração entendidas enquanto parte da composição deste quadro, podendo, por sua vez, durar de algumas horas a alguns anos. Dizer que estas ações-eventos se inserem neste compasso das atividades cotidianas da vida urbana, contudo, não significa que não rompam com a rotina, expondo novas possibilidades de dinâmicas que o espaço intervencionado poderia comportar, provocando assim reflexões sobre a sua organização social e a dimensão política de sua ocupação.²¹⁸

215 Bader e Donat-Cattin, discussão coletiva com integrantes de outros coletivos, 32.

216 Chapel, “D’un urbanisme global à une pratique de situations spatiales?” 12.

217 Hall, discussão coletiva com integrantes de outros coletivos, 45.

218 Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes,” 89; 156. Chapel, “D’un urbanisme global à une pratique de situations spatiales?” 12. Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 176. Axinte e Borcan, “In

Além da sua mais-valia enquanto instrumento de provocação de dinâmicas e reflexões, grande parte do potencial destas intervenções efêmeras reside na sua natureza experimental, possível devido à reversibilidade que pressupõe. Assim, a partir de ocupações temporárias de edifícios, terrenos baldios ou espaços públicos subutilizados, momentos festivos ou construções reversíveis, estabelecem-se intervenções pensadas com base nas potencialidades dos aspectos locais preexistentes que criam espaços não englobados pelo planejamento urbano de grande escala e rigidez, podendo estas, em muitos casos, não cumprirem certos requisitos legais que seriam necessários caso fossem de maior permanência. Assim, são potenciais fontes de inovação urbana, muitas vezes possibilitando a combinação de diferentes usos que pode ser previamente testada, evitando, desta forma, conflitos mais profundos que poderiam ser gerados pela incompatibilidade dos usos comportados por uma vizinhança.²¹⁹

Soma-se ainda ao caráter experimental da ocupação temporária de espaços, realizada de forma legal ou ilegal, a possibilidade de criar locais de exceção que sanem disfunções do mercado imobiliário, estabelecendo então, por exemplo, espaços para produção e divulgação artística, habitações acessíveis em áreas mais valorizadas da cidade, espaço para atividades orientadas por princípios de uma economia circular, locais de trabalho para pequenos empreendedores, etc. A prática, ao mesmo tempo, quando feita por meios legais, apresenta uma série de vantagens para o dono da propriedade, que terá custos tributários e de manutenção reduzidos ou anulados e, em alguns casos, assistirá a uma valorização do território ou do imóvel ao ser alvo de reformas e comportar atividades de cunho social e/ou cívico, lhe atribuindo um valor simbólico. No entanto, esta valorização simbólica acarreta uma valorização financeira, como já observado no primeiro capítulo da dissertação, por vezes despertando ou acelerando processos de gentrificação. Desta forma, apresenta-se uma dupla vertente: enquanto por um lado este tipo de prática pode ser capaz de colaborar com a construção de uma cidade mais inclusiva e orientada antes pelo valor de uso do que pelo valor de troca, por outro pode ser instrumento do urbanismo neoliberal, configurando-se como motor da segregação socioespacial. Assim, para assegurar a continuidade das dinâmicas criadas no processo, pode ser necessário associar as ocupações temporárias a ferramentas legais, como aponta Diguet, introduzindo o exemplo do grupo Terre de Liens, que compra terras para depois arrendar por um valor acessível a agricultores que desenvolvam produções ecológicas e responsáveis.²²⁰ Sob a mesma premissa, o coletivo Communa, que trabalha com planejamento urbano transitório, sublinha a necessidade de tais ações temporárias serem acompanhadas de ações de impacto longínquo:

Action,” 290.

219 Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes,’” 78; 87-89. Diguet, “Urbanisme transitoire, programmation en action,” 123-124.

220 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, cap. 3. Diguet, “Urbanisme transitoire, programmation en action,” 125-129. “Un mouvement, trois piliers,” Terre de Liens, acessado em 11 de julho de 2022, <https://terredeliens.org/-un-mouvement-trois-piliers-.html>




Figura 44:
The Letter Bench, studioBASAR,
2009, Bucareste
studioBASAR, 2010, “The Letter Bench”,
<http://studiobasar.ro/?p=1828&lang=en>
(modificada pela autora)

“Temporary occupation, an ephemeral but indispensable means
In the form of an agreement, temporary occupation allows an owner to entrust the management of their unused property to another person. The practice makes it possible to respond to urban needs within timeframes that the public authorities cannot accommodate. While temporary in nature, these solutions must be accompanied by structural changes to resolve the housing crisis and structural inequalities in our cities.”²²¹

Fora deste âmbito do urbanismo transitório e das ações experimentais, a curta duração temporal permite a possibilidade para dar respostas rápidas a problemas emergentes, como desastres naturais e/ou humanitários, através de estratégias sem grande planejamento prévio e com propostas feitas para durar curtos períodos. Contudo, é válido ressaltar que a elaboração de propostas efêmeras nem sempre é o culminar de um processo de mesma temporalidade. Como já foi visto, muitas vezes os coletivos de arquitetura precisam englobar tarefas como negociar com outros agentes, arrecadar fundos e convencer instituições da pertinência das suas propostas, dinâmicas que podem levar anos em certos casos. Em outras situações, é a própria complexidade da dimensão social do espaço ou do problema que requer análises e negociações mais aprofundadas sob forma de engendrar soluções com impactos mais duradouros.²²²

Integrantes do *studioBASAR* apresentam ainda, a partir de exemplos práticos, outras possibilidades que sublinham a linha tênue entre o efêmero e o permanente. Primeiro, expõem o caso da intervenção *The Letter Bench* (figura 44), um banco num espaço público subutilizado de Bucareste elaborado para o festival *Street Delivery*, mas que, ao ser apropriado pela população local, que tratou do seu cuidado e manutenção, teve a permanência estendida. Percebendo-se disto, o coletivo adicionou uma camada de impermeabilização que permitisse sua maior longevidade, de modo que, na altura em que relataram o episódio, o banco já resistia por seis anos, estabelecendo uma nova vivência para o espaço que havia vindo para ficar. O segundo caso apresentado, por sua vez, trata-se de uma série de pequenas ações realizadas na cidade de Sinaia. Estas tiveram início a partir de uma série de eventos que foram convidados a realizar no local para a cerimônia anual da ordem dos arquitetos romena, levando-os a entrar em contato com diversos agentes locais e formar uma parceria que culminou na organização de outras ações ao longo dos anos. Neste caso, cada um destas intervenções pode ser caracterizada como temporária, no entanto, é possível identificar um processo de longa duração que procura, pouco a pouco, promover melhorias locais.²²³

221 “Our Mission,” Communa, acessado em 11 de julho de 2022, <https://communa.be/en/our-mission/>

222 Crysler, “The Paradoxes of Design Activism.” Axinte e Borcan, “In Action,” 291.

223 Axinte e Borcan, “In Action,” 292-297.

escala espacial

A predominância da prática em pequena escala, não só no exercício de coletivos de arquitetura, mas no design ativista de um modo geral, é apontada por Crysler como decorrência de um ceticismo em relação à prática convencional e aos extensos e ambiciosos planos de planejamento urbano, estabelecidos sobretudo a partir de uma série de resultados adversos de projetos modernistas na década de 1960. Neste âmbito, a atuação em pequena escala, considerando a realidade específica de determinado bairro ou comunidade, apresenta-se como alternativa ao considerado enquanto burocrático e impessoal. Assim, foi adotada por diversos programas nos anos 1990s e continua a ser empregada até os dias de hoje por uma série de grupos que procuram exercer uma arquitetura engajada socialmente.²²⁴

Assim, os coletivos predominantemente buscam se afastar da maior escala comum à prática convencional da arquitetura, entendendo a escala micro das exposições, mobiliários e instalações urbanas como um meio também de tornar mais acessível a participação de outros agentes, questão relacionada principalmente com o exercício de construir coletivamente. Tal dimensão muitas vezes viabiliza ainda a execução das ações/intervenções, visto que o intuito de projetar e construir as propostas fora das lógicas do mercado dominante impõe restrições quanto à escala.²²⁵

“[...] the question of how projects are funded, who is paid (and on what terms) is inseparable from attempts to reimagine social relations outside the normative logic of capitalism. In such cases, small scale is either an opening onto a different model of political economy, or a way of entering the one we already have in a different way.”²²⁶

Ademais, em consonância com o que já foi apresentado acerca do achatamento da participação, um risco existente ao procurar enquadrar as propostas às medidas regulatórias de financiadores, em relação à escala é comum que seja necessário delimitar bem os contornos da atuação. No entanto, esta delimitação de escala, para além de traçar o espaço concreto de intervenção e abrir possibilidades de atuação, define o que é e o que não é incluído na leitura do espaço (social) a ser trabalhado, por vezes operando em oposição às intenções políticas pretendidas. Como defendido por Crysler, “When we think of it beyond the disciplinary concepts of measurement or spatial extent, the concept of scale quickly ceases to designate a quantifiable condition imposed on the social world in a neutral manner,” completando mais à frente que “scale is not given but socially produced: the physical extent of these projects is only one aspect of their scale relations.”²²⁷

Indo além da dimensão física das ações/intervenções, identifica-se na prática dos coletivos a recorrente dependência da disponibilidade e participação de recursos locais (agentes, materiais,

224 Crysler, “The Paradoxes of Design Activism; Part Two.”

225 Idem. Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 217. Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes,’” 233.

226 Crysler, “The Paradoxes of Design Activism; Part Two.”

227 Idem. Crysler, “The Paradoxes of Design Activism.”

parcerias, etc), bem como a leitura do contexto a partir também da pequena escala, entendendo sobretudo as dinâmicas, relações, comunidades e espaços do local delimitado. Entretanto, este contexto não pode ser lido isoladamente, visto que está situado numa rede de relações globais,²²⁸ composta, por exemplo, por fluxos migratórios, de capital, cultura, cadeias de produção mundial, sistemas de poder e tudo mais apontado ao longo do primeiro capítulo da dissertação.

Esta questão tem uma importância essencial. Como apontam Horst Rittel e Melvin Webber, problemas²²⁹ de planejamento são naturalmente *wicked* (*perversos*, em tradução livre), o que significa que não é possível defini-los objetivamente devido ao emaranhado de questões a eles associadas. O problema da criminalidade, por exemplo, pode ser relacionado com a desigualdade social, com a educação, com a escassez de policiamento, bem como com inúmeras outras questões. Assim, um problema só pode ser definido ao ser simplificado, sendo o modo que este é definido determinante na solução escolhida. Da mesma forma, por não existirem métodos claros para verificar a eficácia da solução, nunca será possível determinar qual a solução ideal. Voltando ao caso da criminalidade, como averiguar com precisão se o problema foi resolvido ou amenizado? Um aumento no número de prisões, por exemplo, pode significar uma redução do número de criminosos na rua e, portanto, a validade da solução aplicada. Contudo, levantando-se a hipótese de que a proporção de criminosos soltos e retidos foi mantida, significaria que houve mais detenções por haver mais criminosos, ou seja, na realidade o problema teria sido acentuado. Além disto, cada problema perverso pode ser considerado um sintoma de outro problema do emaranhado em que se encontra, configurando o que os autores chamam de *'higher level' problem*, de forma que, quanto mais alto este nível, mais complexo e difícil seria resolvê-lo, porém, mais potencialmente efetiva seria a solução.²³⁰

Trazendo tal debate para o âmbito do design ativismo, Crysler aponta que encarar os problemas arquitetônicos como problemas perversos tanto abre as possibilidades de atuação, visto que uma questão inicialmente colocada como do âmbito arquitetônico pode acabar por precisar ser abordada com métodos e soluções fora dos limites da disciplina. Neste aspecto, a expansão da atuação proposta pelos coletivos apresenta uma mais-valia. Contudo, como também sugerido pelo autor, entendendo que a delimitação do problema molda a solução, o foco passa a ser “how problems are framed, rather than how they are solved.”²³¹

Diante disto, a prática em pequena escala espacial faz com que os aspectos a serem abrangidos pelas propostas não possam ser compreendidos em toda sua complexidade através de um exercício profissional concentrado exclusivamente na dimensão do local, correndo-se o risco de não serem identificados os níveis mais elevados dos problemas – aspectos sistêmicos e/ou globais – e, portanto, que se estabeleçam apenas melhorias superficiais. A esperança que move este tipo de abordagem é a de, a partir de pequenas mudanças, aos poucos engendrar uma melhoria do quadro geral. No

228 Crysler, “The Paradoxes of Design Activism; Part Two.”

229 Neste âmbito, *problemas* é definido como a discrepância entre o estado atual das coisas e o estado que deveriam estar.

230 Horst Rittel e Melvin Webber, “Dilemmas in a General Theory of Planning,” *Policy Sciences* 4, 1973, 155-169.

231 Crysler, “The Paradoxes of Design Activism.”

entanto, é preciso ter atenção para o fato que a investida em problemas de níveis muito baixos pode acabar por dificultar a resolução de questões maiores ao mascararem suas expressões a escala local ou tornarem mais dispendioso ou difícil aplicar soluções para problemas de níveis mais elevados.²³² Esta transversalidade entre escalas é expressa como uma das preocupações do *atelier d'architecture autogérée* (aaa), expressa por Petrescu (integrante do coletivo) em conversa com Katherine Gibson:

“**Petrescu:** [...] On the one hand, we [aaa] are prizing the local, but at the same time we were working a lot with this notion of trans-local, as a way of scaling-up. We considered this might be a way of being connected or of creating networks that go beyond the local in which what is local is recognised and preserved, all the specificity of what's happening in a place. Yet at the same time there are other things that could be mutualised at a larger scale, which could be tools that could be shared, knowledge can be shared.

Gibson: Yes, [...] every local is itself global, if you start to do the 'diverse economy inventory', you'll see how one place has got relations connecting it all around the world [...]. Yet it needs the involvement of policy frameworks that can recognise what's being done and set up the regulatory frameworks that will allow it to spread.

Petrescu: These are networks to be created and maintained, it won't spread naturally. It needs to be done in a kind of continual negotiation between the scales, for which you need facilitators.”²³³

Assim, para os coletivos solucionarem questões mais sistêmicas e efetivamente oferecerem uma alternativa ao urbanismo neoliberal parece ser necessário ampliar a escala de atuação ou trabalhar transversalmente entre escalas. Contudo, propostas de maiores dimensões dependem de meios e recursos que, como já foi observado, não costumam ser acessíveis ou desejados.²³⁴ Com isto, estabelece-se um paradoxo no que se trata da subversão ao modelo de produção urbana neoliberal pretendido por uma série de coletivos, analisada mais a fundo na seção a seguir. Antes de passar para isto, contudo, é importante sublinhar que, por esta seção tratar da análise de aspectos já muito objetivos do tipo ideal, não incrementa a lista de características para além dos itens: **a predominância de ações/intervenções efêmeras; enfoque na escala local;** o compartilhamento da autoria; o estímulo à participação cidadã na construção urbana; a associação entre pragmatismo e idealismo; a priorização de outros valores que não de troca; a primazia do processo sobre o resultado; o foco na produção social do espaço; e a prática flexível.

232 Rittel e Webber, “Dilemmas in a General Theory of Planning,” 165.

233 Doina Petrescu, “Diverse Economies, Space and Architecture: An Interview with Katherine Gibson,” junto com Kim Trogal entrevistando Katherine Gibson, em *The Social (Re)production of Architecture*, ed. Petrescu e Trogal, 153.

234 Brenner, “Is ‘tactical urbanism’ an alternative to neoliberal urbanism?,” 121-127. Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 217. Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes’,” 154.

subverter o modelo de produção urbana neoliberal

Tal como é possível perceber na análise apresentada até aqui, a intenção dos coletivos de traçar uma prática orientada por outros valores, procurando fugir das amarras da atuação liberal, é constantemente atravessada pela dificuldade de garantir a sustentabilidade econômica do exercício profissional pretendido, questão que ainda se soma ao paradoxo da escala abordado anteriormente. Nesta seção serão então desenvolvidos mais aprofundadamente os aspectos da prática destes coletivos em relação a subversão pretendida ao modelo de produção urbana neoliberal, para isto, partindo de questões quanto ao financiamento do trabalho dos grupos para que seja possível compreender melhor as limitações e os desafios enfrentados. Estes são aspectos cruciais na análise da prática dos coletivos de arquitetura, afinal, como aponta Crysler:

“The question of financial viability is merged with systematic problem solving from below, or community-based versions of technical rationality, forms what I described as the practical and epistemological context for today’s design activism.”²³⁵

Enquanto o princípio da história do design ativista – marcado principalmente por programas comunitários – foi desenvolvido em meio ao keynesianismo, tendo por base fundos fornecidos por agências estatais ou instituições públicas, os coletivos de arquitetura surgem já em um cenário neoliberal, no qual o financiamento deste gênero de prática vem sobretudo de fontes privadas, principalmente instituições culturais ou acadêmicas, forçando o design ativista a incutir certo grau de empreendedorismo. Com isto, é imperativo considerar a origem do financiamento e os requisitos a ela associados como parte do processo de projeto e não simplesmente como uma questão independente a este que precisa ser resolvida de antemão, especialmente diante do entendimento da perversidade dos problemas de planejamento. Assim, a partir do momento que a fonte do capital abre algumas possibilidades, restringe outras. Como já exposto brevemente em seções anteriores, esta se torna parte crucial na delimitação artificial do problema e, atrelado a isto, na escolha da solução apresentada, bem como abre espaço para possíveis desvios quanto aos intuítos inicialmente traçados pelo grupo financiado.²³⁶

Macaire aponta que, tendo em vistas questões desta natureza, muitos dos integrantes de coletivos de arquitetura entrevistados por si (todos franceses) apresentam receios de que o trabalho que desenvolvem sejam instrumentos para fins não previamente declarados e que não vão de encontro com as premissas do grupo, os fazendo manter certo distanciamento do financiamento por meio de instituições ou patrocinadores.²³⁷ Exemplificando um caso de frustração com a parceria com uma instituição pública, expõe o relato apresentado por um arquiteto do coletivo *Echelle Inconnue* cujo nome não cita:

235 Crysler, “The Paradoxes of Design Activism; Part Two.”

236 Idem. Crysler, “The Paradoxes of Design Activism.”

237 Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 190-193.

“[...] il n’y a jamais la garantie de la non instrumentalisation’ de ce qui a été produit. Car, selon lui [l’architecte d’ *Echelle Inconnue*], les changements dans l’organisation de la maîtrise d’ouvrage provoquent des ruptures dans la continuité des projets et les fragilisent. Il pense également que des projets peuvent être réutilisés à d’autres fins que celles annoncées initialement. Cet architecte préfère ainsi rester maintenant dans une relation de défiance par rapports aux institutions. Pour lui, ‘la parole’ peut aussi ‘exister en dehors du projet d’urbanisme’. Il estime en quelque sorte qu’il est mieux d’agir en dehors des dispositifs de participation par d’autres formes d’actions. C’est ‘la méthode du franc-tireur’ qui lui permet de ‘préservé l’indépendance’.”²³⁸

Deste modo, o funcionamento destes coletivos muitas vezes depende do trabalho voluntário – especialmente por ainda ir de encontro com as premissas de construir a cidade coletivamente e de baixo para cima – e da manutenção de redes e alianças, não descartando por completo o apoio institucional, público ou privado, que frequentemente, apesar dos receios, possibilitam o financiamento das ações/intervenções.²³⁹ Dentre algumas parcerias relatadas para Macaire nas entrevistas que realizou, são citados coletivos de artistas, redes de educação ambiental, associações de desempregados, redes de pesquisadores e associações de moradores, sendo estas parcerias que possibilitam a partilha de recursos, intercâmbio de práticas, divulgação das ações, etc. A parceria com outros coletivos de arquitetura também pode ser identificada, contudo em uma menor assiduidade, aspecto que a autora relata estar relacionado principalmente com a distância geográfica entre grupos. Assim, indica que “Un segment professionnel paraît ainsi en cours de constitution mais avec des difficultés pour financer ses activités et pour capitaliser les expériences. Pour cela, semblent encore manquer les alliances au sein de la profession et le soutien matériel et symbolique de l’Etat nécessaire.”²⁴⁰

Diante de todas as dificuldades e paradoxos pontuados até aqui, observa-se que as intenções e premissas que guiam o trabalho dos coletivos não podem ser consideradas unicamente em um campo hipotético ou discursivo. Em alternativa, têm de ser entendidas numa análise conjugada com os impasses e implicações que enfrentam ao serem desenvolvidas na realidade concreta, sendo que suas práticas precisam ser economicamente viáveis, que precisam ser realizadas através de negociações e parcerias com agentes diversos que nem sempre possuem as mesmas intenções que o coletivo, dentre tantos outros desafios que foram sendo identificados ao longo do subcapítulo. Neste âmbito, Brenner sublinha que nem sempre a subversão ao modelo de produção urbana corrente de fato se concretiza como esperado, apontando cinco tipos de cenários que podem se estabelecer nesta relação entre um urbanismo tático e um urbanismo neoliberal.²⁴¹

238 Idem, 192.

239 Idem, 161. Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning,” 84.

240 Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 154-155.

241 Brenner, “Is ‘tactical urbanism’ an alternative to neoliberal urbanism?,” 116.

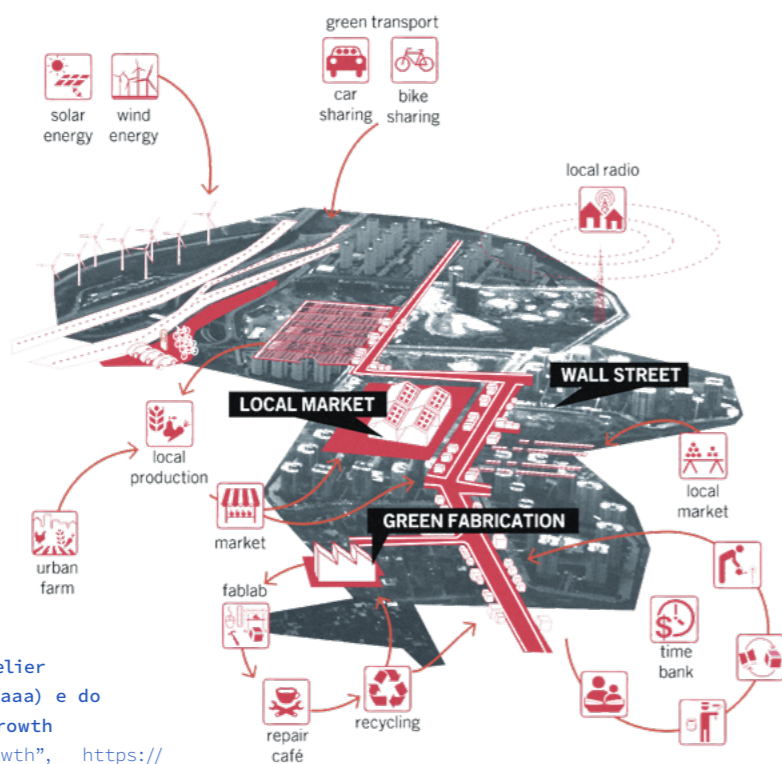


Figura 45:
Parcela da proposta do atelier d'architecture autogérée (aaa) e do Superpool para o Uneven Growth
aaa, s.d., "Uneven Growth", <https://urbantactics.org/dissemination/uneven-growth-tactical-urbanisms-for-expanding-megacities/> (modificada pela autora)

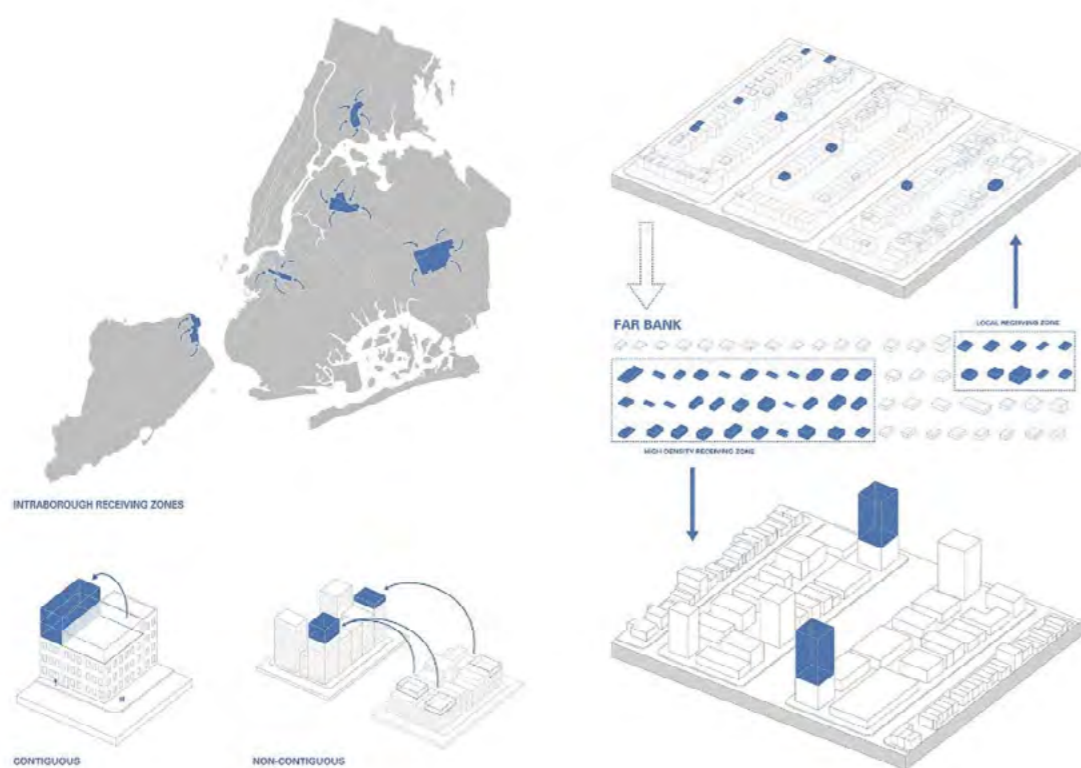


Figura 46:
Parcela da proposta do CohStra e do Situ Studio para o Uneven Growth
Situ Studio, s.d., "Invisible New York", <https://situ.nyc/research/projects/museum-of-modern-art-invisible-new-york> (modificada pela autora)

“1. *Subversion*. Tactical urbanism interrupts the logics of growth-first, market-oriented urban governance and points towards alternative urban futures based on grassroots democracy and social justice.

2. *Reinforcement*. Tactical urbanism alleviates some of the governance failures and disruptive consequences of neoliberal urbanism, but without threatening its grip on the regulatory framework governing urban development.

3. *Entrenchment*. Tactical urbanism internalizes a neoliberal agenda (for instance, related to a diminished role for public institutions and/or an extension of market forces) and thus contributes to the entrenchment of neoliberal urbanism.

4. *Neutrality*. Tactical urbanism emerges in interstitial spaces that are neither functional to, nor disruptive of, the neoliberal project. It thus co-exists with neoliberal urbanism in a relationship that is neither symbiotic, parasitic nor destructive.

5. *Contingency*. Tactical urbanism opens up a space of regulatory experimentation that, under certain conditions, contributes to the subversion of neoliberal programs. But, in other contexts, with many of the same conditions present, this does not occur. The impacts of tactical urbanism on neoliberal urbanism are thus contingent; they hinge upon factors extrinsic to it.”²⁴²

Dentre tais possíveis cenários, apenas na subversão (*subversion*) e na contingência (*contingency*) seria possível provocar alguma mudança na contramão do urbanismo neoliberal. No reforço (*reinforcement*) e no entrenchamento (*entrenchment*) o oposto acontece, há então um auxílio ao urbanismo neoliberal, enquanto no cenário da neutralidade (*neutrality*), como o nome já sugere, não se observa um impacto positivo nem negativo. Ao analisar o potencial de impactar negativamente o urbanismo neoliberal das seis propostas de urbanismo tático apresentadas na exposição *Uneven Growth*, que esteve no MoMA entre 2014 e 2015, Brenner destaca as realizadas pelo atelier d'architecture autogérée com o Superpool²⁴³ (figura 45) e pelo CohStra com o Situ Studio²⁴⁴ (figura 46) enquanto possíveis caminhos para uma subversão ou contingência. Aponta que parte do potencial que têm reside no fato de que em um momento inicial constituem um enclave de proteção para populações mais vulneráveis, propostas através de modelos de atuação que poderiam ser estendidos a toda cidade, configurando

242 Idem, 117.

243 Para mais informações sobre a proposta da equipe, consultar: “Uneven Growth: Tactiques Urbaines pour des Villes en Croissance,” Expositions, Atelier d'Architecture Autogérée, <https://urbantactics.org/dissemination/uneven-growth-tactical-urbanisms-for-expanding-megacities/> “KITO versus TOKI: Tactics for Resilient Post-Urban Development,” Work, Superpool, <https://superpool.org/work/kito-uneven-growth>

244 Para mais informações sobre a proposta da equipe, consultar: “Uneven Growth / Museum of Modern Art,” Projects, CohStra, <http://cohstra.org/?portfolio=uneven-growth> “Museum of Modern Art: Invisible New York,” Projects, Work, SITU Studio, <https://situ.nyc/research/projects/museum-of-modern-art-invisible-new-york>

uma alternativa a um urbanismo orientado pelo valor de troca e no qual a desapropriação tem sido instrumento para uma desigualdade socioespacial. Ademais, identifica-as enquanto propostas politicamente combativas e socialmente engajadas, que provocam os profissionais da arquitetura a abrangerem tópicos que costumam estar fora do âmbito da disciplina.²⁴⁵ Porém, ao mesmo tempo que reconhece estas potencialidades nas propostas, questiona:

“How can this vision of the commons (and of *commoning* practices) be realized when the dominant class interests in each megacity continue to promote a profit-oriented, speculation-driven growth model? Where are the social forces and political coalitions that could counteract that model, and would they really opt for the level of collective coordination and communal sharing proposed by these design teams?”²⁴⁶

Indica então que a resposta para estas perguntas não poderia ser encontrada num diálogo inscrito exclusivamente à arquitetura. Sendo questões de âmbito urbano, precisam ser levadas para o debate público e para a esfera política. Contudo, a passagem deste gênero de propostas para uma discussão e aplicação ampliada tornaria imperativo o estabelecimento de “longer-term coordination; stabilized, enforceable, collectively binding rules; and some kind of personnel assigned to the tasks of territorial management – in other words, *planning*,” bem como um engajamento institucional. Só assim a prática dos coletivos poderia engendrar mudanças sistêmicas, mas simultaneamente teria que abandonar muitas de suas características traçadas com o objetivo de configurar uma alternativa ao urbanismo neoliberal e a construir a cidade coletivamente, passando a estar enquadrada na esfera da política pública e do planejamento urbano em grande escala, delineando mais um paradoxo.²⁴⁷

Enquanto Macaire relata a rejeição por parte de integrantes de coletivos de qualquer forma de institucionalização, dinâmica que pudesse levar o grupo a uma prática executada a partir de uma estrutura hierárquica ou que pudesse ser utilizada para fins políticos partidários, Chapel aponta a incompatibilidade entre este gênero de prática e sua instrumentalização por planejadores ou autoridades públicas.²⁴⁸ Em contrapartida, Julia Tournaire chama atenção para o risco de, ao não se buscar uma fuga concreta da relação harmônica com o urbanismo neoliberal, a prática dos coletivos acabar por ocupar exclusivamente o papel de experiências culturais e divertidas que atuam como um espetáculo para cidadãos “en overdose d’ordre” ou ainda como um “*décor fictionnel d’un monde socialement plus responsable aux dirigeants éthiquement plus engagés.*”²⁴⁹ Na busca por uma saída para este dilema, Brenner levanta a hipótese:

245 Brenner, “Is ‘tactical urbanism’ an alternative to neoliberal urbanism?,” 116-117; 121-126.

246 Idem, 125.

247 Idem, 119; 125-127.

248 Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 327-328. Chapel, “D’un urbanisme global à une pratique de situations spatiales?,” 12.

249 Julia Tournaire, “De la Fantaisie à la Fantasmagorie: l’Univers spectaculaire de l’Hypothèse Collaborative,” em *L’hypothèse collaborative*, ed. Rollot, 271.

“Perhaps the radical potential of tactical urbanism lies less in its role as an all-purpose method for designing urban futures, than as a radically democratic counterweight to institutional systems, whether state-driven or market-dominated.”²⁵⁰

Crysler, por sua vez, reconhece a hipótese de que os designers ativistas assumam um papel concentrado em solucionar problemas limitados, cuja resposta seja possível diante das ferramentas e métodos a eles acessíveis.²⁵¹ Neste cenário, assume-se então que não são engendradas mudanças sistêmicas e que os problemas que Rittel e Webber enquadram como de nível mais elevado permanecem sem solução.²⁵² Esta alternativa, que à primeira vista pode parecer insuficiente diante de tamanhos problemas engendrados pelo modelo de produção urbana neoliberal, numa análise mais aprofundada se mostra repleta de potenciais. Dentre estes, encontra-se, por exemplo, o potencial de estimular reflexões e debates acerca da organização e ocupação de espaços, como já observado anteriormente, bem como tornar visível estruturas sociais, econômicas e políticas que compõem a cidade, especialmente diante de um mundo com dinâmicas transnacionais cada vez mais complexas. Enquanto estas estruturas permanecerem essencialmente invisíveis, dificilmente serão alvo de questionamentos e reivindicações, de modo que coletivos têm um papel crucial neste processo de tornar visível as relações de poder envolvidas na produção social do espaço.²⁵³ Para além de inúmeras ações/intervenções de grupos que, de forma mais ou menos direta, atuam neste sentido, destacam-se os mapeamentos elaborados pelo coletivo *Hackitectura.net*, que fazia estas exposições de modo explícito.²⁵⁴

Um outro potencial que pode ser identificado é a atuação em prol da formação e empoderamento de indivíduos e comunidades. Grande parte das vezes, inclusive, a intenção de impactar a experiência urbana de cada cidadão ou grupo de cidadãos é apresentada enquanto motivação central neste gênero de prática, mantendo a intenção de engendrar mudanças sistêmicas em segundo plano. Neste âmbito, inserem-se ações/intervenções cujo o objetivo é compartilhar ferramentas, métodos e conhecimentos que empodere os agentes envolvidos e os possibilite participar mais ativamente na transformação do espaço, tal como apresentado em seção anterior, assim como para equipar e fortalecer estratégias locais e lutas preexistentes.²⁵⁵ Em outro exemplo, diante da intenção de promover formações e empoderamento, apresentado por Zetlaoui-Léger, Macaire e Tchekassky acerca do processo participativo desenvolvido pela *Association ICI!* com a comunidade de escola na Île-Saint-Denis, ficam claras mais possibilidades de impactos que coletivos podem engendrar:

250 Brenner, “Is ‘tactical urbanism’ an alternative to neoliberal urbanism?” 127.

251 Chrysler, “The Paradoxes of Design Activism.”

252 Brenner, “Is ‘tactical urbanism’ an alternative to neoliberal urbanism?” 127. Chrysler, “The Paradoxes of Design Activism.” Rittel e Webber, “Dilemmas in a General Theory of Planning,” 165.

253 Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 150. Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, cap. 3.

254 Estes mapeamentos e suas respectivas memórias descritivas podem ser consultados em: “Cartographies,” *hackitectura.net*, acessado em 17 de julho de 2022, <https://hackitectura.net/en/category/cartographies/>

255 Chapel, “D’un urbanisme global à une pratique de situations spatiales?” 13. Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, cap. 2; cap.3. Brenner, “Is ‘tactical urbanism’ an alternative to neoliberal urbanism?” 127. Hyperville, “Note de l’Éditeur: l’Évidence Collaborative,” em *L’hypothèse collaborative*, ed. Rollot, 280.

“[...] the kids who had participated in the workshops with the architects started improving their grades in subjects tested in the workshops, such as life and earth science, maths, geometry, technology.”²⁵⁶

“Observation shows that the story of the ICI collective’s actions in the neighborhood and at the school is just as important as the physical imprint left by the objects built there [...]. After the end of the construction site, the storytelling continued and was repeated and appropriated beyond the initial participating group. It was the starting point of a new communal culture in the neighborhood with the school’s reputation at its center.”²⁵⁷

Soma-se ainda aos potenciais apontados, a mais-valia dos coletivos conseguirem retratar, através da forma de construir cidade que exercem, um cenário alternativo que, embora fantasioso e incapaz de engendrar mudanças sistêmicas, apresenta uma hipótese a ser considerada. Esta hipótese, dentre outras coisas, pode ainda expor aos cidadãos outras possibilidades de ocupação do espaço, a viabilidade de participarem ativamente na sua transformação, bem como podem agir como uma forma de protesto ou resistência ao modelo de produção urbana vigente.²⁵⁸

Apesar de não ser possível falar em mudanças sistêmicas, os coletivos de arquitetura parecem estar a se consolidar profissionalmente e, apesar dos inúmeros desafios enfrentados e paradoxos que atravessam suas práticas, demonstram ser uma alternativa, mesmo que simbólica, ao urbanismo neoliberal e carregar um amplo potencial de impactar positivamente a construção das cidades e a experiência urbana de seus habitantes. Com isto, as questões levantadas nesta seção colaboram na procura por responder alguns objetivos inicialmente traçados, todavia, não propõem novas características para a composição do tipo ideal proposto. Assim, o tipo permanece resumido aos seguintes pontos:

Predominância de ações/intervenções efêmeras; enfoque na escala local; o compartilhamento da autoria; o estímulo à participação na construção urbana; a associação entre pragmatismo e idealismo; a priorização de outros valores que não de troca; a primazia do processo sobre o resultado; o foco na produção social do espaço; e a prática flexível.

Vale reiterar que tal tipo ideal não se trata de um conjunto de características transversais a qualquer coletivo de arquitetura, mas sim de aspectos que estão presentes em muitos dos grupos. Estes, por sua vez, destacaram-se no estado da arte acerca da prática dos coletivos de arquitetura, cabendo a seguir a análise mais aproximada da prática de alguns grupos. Deste modo, espera-se averiguar se a presença de tais aspectos é manifestada e, caso seja, qual a sua real relevância para o entendimento do papel que estes coletivos ocupam num exercício em prol de uma construção coletiva da cidade.

256 Zetlaoui-Léger, Macaire e Tcherkassky, “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning,” 83.

257 Idem, 89.

258 Tournaire, “De la Fantaisie à la Fantasmagorie,” em *L’hypothèse collaborative*, ed. Rollot, 278. Doina Petrescu e Kim Trogal, “Introduction: The Social (Re)production of Architecture in ‘Crisis-Riddled Times,” em *The Social (Re)production of Architecture*, ed. Petrescu e Trogal, 12-13.

aprendendo com quem atua em prol de uma construção coletiva da cidade

Para uma melhor compreensão da prática de coletivos de arquitetura, este capítulo apresenta uma análise mais aprofundada de alguns grupos, realizada através de documentos e mídias publicadas por estes e, predominantemente, de conversas semi-estruturadas com um de seus membros. Foi discutido em que contexto e sob que motivações formaram o coletivo, os potenciais desafios da atuação que desenvolvem, as ferramentas e métodos que utilizam, como financiam seu trabalho e quais os resultados esperados e obtidos. Procurou-se selecionar coletivos com pelo menos um arquiteto na equipe e com diferentes posições para este profissional, bem como com diferentes abordagens, estruturas, métodos e em diferentes geografias sociopolíticas. Assim, as conversas foram realizadas com grupos brasileiros (*Coletivo Massapé* e *Trans.LAB. URB*), portugueses (*Colectivo Warehouse* e *Trabalhar com os 99%*), belgas (*City3* e *Oiseaux Sans Tête*) e com um coletivo que trabalha em rede numa dinâmica internacional (*constructLab*).

apresentação dos coletivos de arquitetura selecionados

Antes de seguir para a apreciação dos conteúdos discutidos nas conversas com os integrantes dos coletivos selecionados, faz-se pertinente uma breve apresentação de cada um dos grupos para contextualizar o leitor. São introduzidos a seguir tanto aspectos relativos à realização e registro da conversa, quanto características centrais dos coletivos.

Coletivo Massapê

A conversa, realizada virtualmente e gravada, foi feita com Marina Mergulhão, arquiteta e urbanista cofundadora. Ocorreu em 9 de junho de 2021, ainda no âmbito do Projeto de Tese, e foi complementada com curtas conversas posteriores via mensagens de áudio e texto ao longo do primeiro semestre de 2022.

O *Coletivo Massapê* foi fundado no final de 2016 em Recife, Brasil, e é formado exclusivamente por arquitetos e urbanistas. A atuação do grupo é orientada sobretudo pela vontade de colaborar com o estabelecimento de cidades “mais justas, democráticas, saudáveis e vivas,” para tal, tem como foco a realização de intervenções em espaços públicos e o fomento de “diálogo entre os diferentes atores urbanos” e o desenvolvimento de “projetos de inovação social por meio de metodologias de experimentação e prática.”²⁵⁹

TransLAB.URB

A conversa, realizada virtualmente e gravada, ocorreu em 10 de agosto de 2022 com Leonardo Brawl, arquiteto e urbanista cofundador.

O *TransLAB.URB* é um coletivo que surge em meados de 2014 em Porto Alegre, Brasil, e que é formado por uma equipe transdisciplinar. Apresentam em seu site quatro linhas principais de trabalho: a criação, teste, sistematização e difusão de **metodologias**; a realização de **laboratórios cidadãos/cívicos**, “espaços (físicos e/ou virtuais) nos quais são promovidos processos de participação cidadã estimulando a colaboração, experimentação e a articulação em rede, por meio da inovação social aberta”; **projetos permanentes**, ou seja, projetos com características comuns que acontecem recorrentemente; e, por fim, os demais **projetos**.²⁶⁰

259 Coletivo Massapê (@coletivomassape), “O Massapê é [...]” legenda de post no Instagram, 18 de fevereiro de 2019, <https://instagram.com/p/BuCdvFYHN1S/> “Início,” Coletivo Massapê, acessado em 20 de agosto de 2022, <https://massapecoletivo.org/>

260 “Equipe,” TransLAB.URB, acessado em 20 de agosto de 2022, <https://translaburb.cc/Equipe> “Metodologias,” TransLAB.URB, acessado em 20 de agosto de 2022, <https://translaburb.cc/Metodologias> “Laboratórios,” TransLAB.URB, acessado em 20 de agosto de 2022, <https://translaburb.cc/Laboratorios> “Projetos Permanentes,” TransLAB.URB, acessado em 20 de agosto de 2022, <https://translaburb.cc/Projetos-Permanentes> “Projetos,” TransLAB.URB,

Colectivo Warehouse

A conversa foi realizada com Monica Di Eugenio – arquiteta que integrou o grupo em 2019 –, em 26 de outubro de 2021 e presencialmente no Atelier da Penha (espaço físico do coletivo). Devido ao seu caráter mais descontraído, esta não foi gravada, contudo foram efetuados apontamentos, bem como foi feito um registro por áudio imediatamente a seguir ao encontro, de modo que o conteúdo da conversa não fosse esquecido. Tal conversa foi complementada ainda por conteúdos debatidos com Rúben Teodoro, arquiteto cofundador,²⁶¹ em aula aberta realizada em 6 de julho de 2022 no Departamento de Arquitetura de Universidade de Coimbra no âmbito do workshop CASA.

O *Colectivo Warehouse* surge em 2013 na cidade de Lisboa, Portugal, e é formado exclusivamente por arquitetos que possuem também a capacidade de construir seus próprios projetos. Procuram, através da prática, identificar qual o papel do arquiteto e da arquitetura nos dias de hoje e “fundamenta[m] a sua praxis arquitectónica através do desenho, experimentação, processos de mediação, participação cívica, colaboração e intervenção prática.”²⁶²

Trabalhar com os 99%

A conversa, realizada virtualmente e gravada, ocorreu em 29 de setembro de 2021 com Ana Catarino, antropóloga integrante da equipe do *ateliermob* desde 2014 e dirigente da cooperativa.²⁶³

O *Trabalhar com os 99%* é uma cooperativa que tem origem em 2016 no âmbito do *ateliermob*, um gabinete de arquitetura em Lisboa, Portugal. O grupo é transdisciplinar e procura “colocar as perguntas certas para construir as melhores respostas,” bem como expandir os limites da prática arquitetônica. Trabalham sobretudo com realização de “intervenção, desenvolvimento de processos participativos e cooperativos, de desenho e produção de políticas públicas e de desenvolvimento estratégico.”²⁶⁴

City3

A conversa, feita com Jorg De Vriese, planejador urbano e historiador²⁶⁵ cofundador do coletivo, foi realizada presencialmente e gravada no dia 25 de novembro de 2021, tendo acontecido no Cafe Maison du Peuple, visto que o coletivo não tem sede física.

acessado em 20 de agosto de 2022, <https://translaburb.cc/Projetos>

261 “Sobre,” Colectivo Warehouse, acessado em 20 de agosto de 2022, <http://warehouse.pt/about/?lang=pt-pt>

262 Idem.

263 “Sobre,” ateliermob/Trabalhar com os 99%, acessado em 20 de agosto de 2022, <https://ateliermob.com/versao-pt/sobre>

264 Idem. “Início,” ateliermob/Trabalhar com os 99%, acessado em 20 de agosto de 2022, <https://ateliermob.com/>

265 “About,” City3, acessado em 20 de agosto de 2022, <http://city3.be/?about>

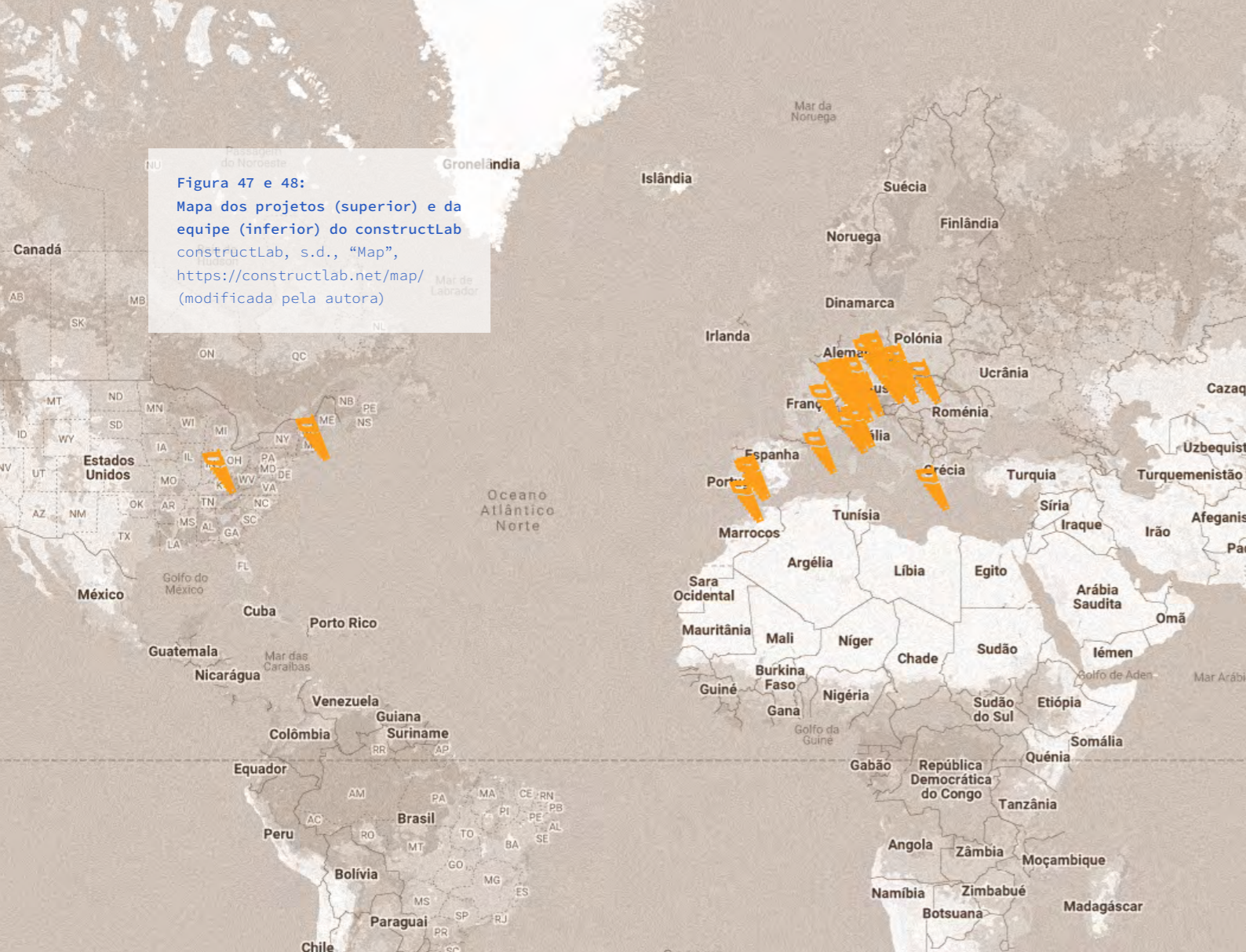
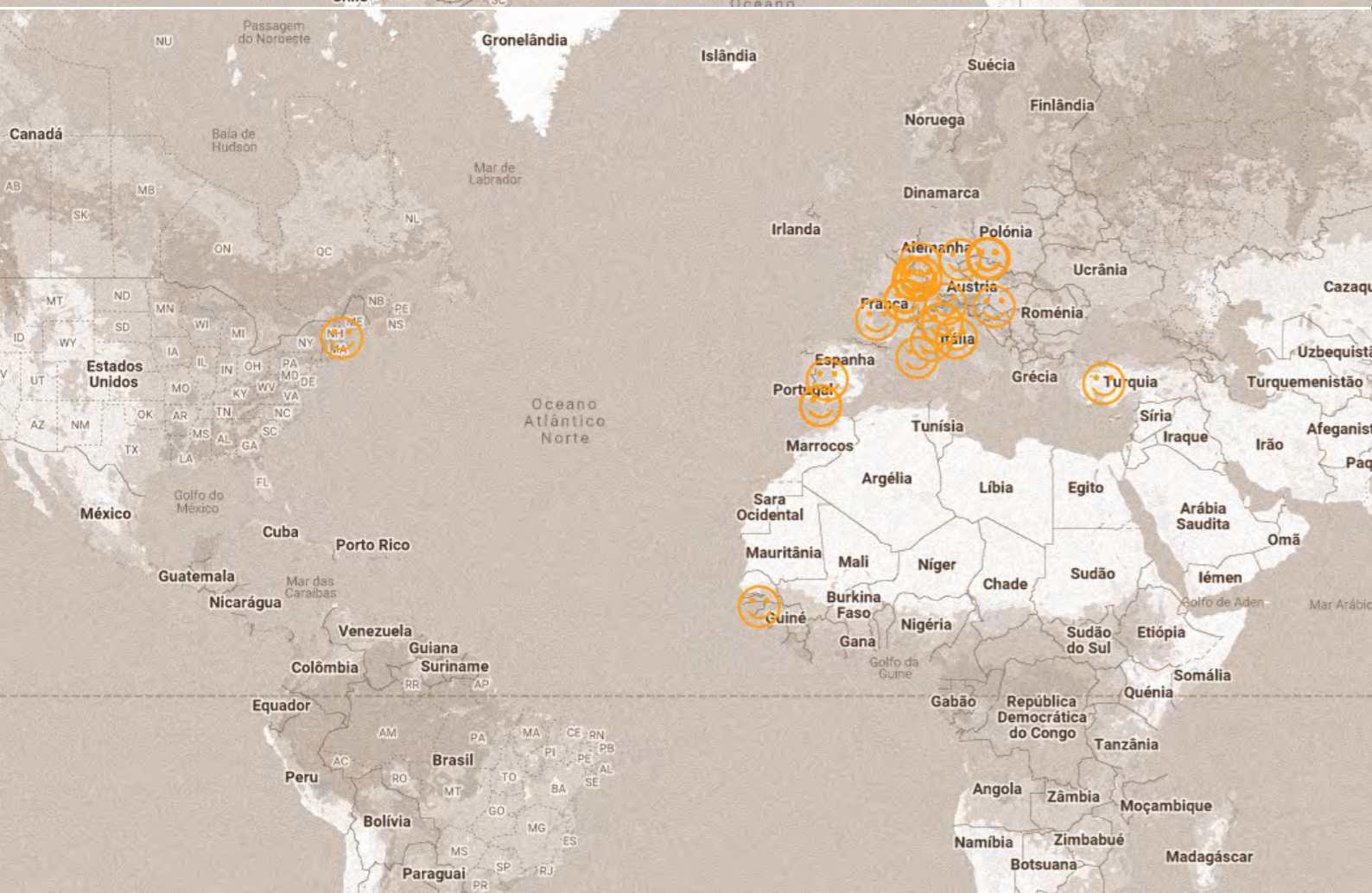


Figura 47 e 48:
Mapa dos projetos (superior) e da equipe (inferior) do constructLab
constructLab, s.d., “Map”,
<https://constructlab.net/map/>
(modificada pela autora)



O *City3* foi fundado em 2013 na cidade de Bruxelas, Bélgica, e é composto por uma equipe transdisciplinar. Apresentam-se enquanto um “laboratory for socio-spatial reflection, research, experiment and intervention.” Suas ações/intervenções abrangem a realização de palestras, workshops, exposições, projetos de pesquisa e instalações artísticas, sobretudo em espaços de uso coletivo, e visam explorar as polivalências dos campos disciplinares da arquitetura e do urbanismo.²⁶⁶

Oiseaux Sans Tête (O.S.T.)

A conversa, feita no dia 25 de novembro de 2021, foi gravada e realizada presencialmente na residência do integrante do coletivo Benoît Lorent, visto que o grupo não possui sede física. Benoît é fotógrafo e pedagogo, cofundador do coletivo.²⁶⁷

O *O.S.T.* foi fundado em 2009 na cidade de Bruxelas, Bélgica, mas, por cerca de 10 anos, muitos de seus integrantes eram também membros do *Studio Public*, um coletivo com sede em Paris, França. Desde 2020 os dois grupos assumiram sua união e reuniram o trabalho realizado por ambas as estruturas no site do *O.S.T.*, de modo que o *Studio Public* é também incorporado na conversa. O grupo é transdisciplinar, formado majoritariamente por fotógrafos, havendo apenas um arquiteto. Atuam sobretudo na construção urbana através de instalações, performances, exposições e publicações, no intuito de, tendo habilidades artísticas como principal ferramenta, fomentar transformações individuais e sociais.²⁶⁸

constructLab

A conversa, realizada virtualmente e gravada, foi feita com Patrick Hubmann, designer e artesão,²⁶⁹ no dia 4 de novembro de 2021.

O *constructLab* foi fundado por volta de 2012 e, como já mencionado, é uma rede internacional, com projetos e equipe por diversos países do globo (figuras 47 e 48). Contudo, foi explicado na conversa que recentemente foram montadas algumas associações locais que gerem os projetos naquele país, sendo estes Bélgica, Suíça, França e Alemanha.²⁷⁰ A rede é transdisciplinar e inclui

266 Idem.

267 “Qui et Quoi,” O.S.T., acessado em 21 de agosto de 2022, <https://ostcollective.org/qui-et-quoi/>

268 Idem. Oiseaux Sans Tête ASBL (O.S.T.), “Sobre,” LinkedIn, <https://linkedin.com/company/ostcollective/about/> Studio Public, “New Site,” legenda de post no Facebook, 19 de junho de 2020, <https://facebook.com/StudioPublic1901/photos/a.1628913147329556/2785559611664898>

269 “Patrick Hubmann,” constructLab, acessado em 21 de agosto de 2022, <https://constructlab.net/team/patrick-hubmann/>

270 Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021. Hubmann explicou que estas associações “são pessoas que se juntaram depois de um projeto, ou se conhecem num projeto, e depois fazem amizade, dizem ‘ah, era fixe continuarmos a fazer projetos deste gênero’ e também eles têm muita autonomia.” Contou ainda que tinham também uma associação em Portugal, mas que “esta situação foi para um outro caminho.” Contudo, relatou a hipótese de em breve haver uma outra associação no país.

também outros coletivos, dentre os quais se encontra o *Colectivo Warehouse*. A principal abordagem do coletivo é a de projetar ao longo do processo de construção, objetivando que os processos fomentem a participação e estimulem o estabelecimento de novas dinâmicas sociais. “Throughout its projects, constructLab binds the creative and the practical, thinking and making, and sets the project within a social, environmental and temporal context.”²⁷¹

Estando os coletivos, os integrantes com quem se dialogou e o contexto das conversas e dos registros previamente apresentados, segue-se então para a apreciação dos aspectos debatidos.

motivações e contextos que levam a origem do coletivo

A conversa com praticamente todos os grupos começou com a pergunta: “Como surge o coletivo? Em que contexto, quando e sob que motivações?” Neste âmbito, foram manifestados maioritariamente inquietações que surgiram através de experiências compartilhadas entre os membros do que viria a ser o coletivo. No caso do *Coletivo Massapé*, por exemplo, sua fundação ocorre um pouco depois do *Ocupe Estelita*, uma importante luta pelo direito à cidade no Recife que, segundo Marina Mergulhão, “foi um movimento aqui que mudou muita coisa nesse processo de construção da cidade do Recife.”²⁷² Além disto, o coletivo surge em meio a um período de crise política devido à aprovação da PEC 55, uma Proposta de Emenda Constitucional com o objetivo de congelar por 20 anos o teto dos gastos públicos com saúde e educação, de modo que estes fossem reajustados apenas pela inflação ao invés de continuarem acompanhando o crescimento da receita nacional. Efetivamente, esta proposta constitucional travou o combate à desigualdade de acesso à saúde e educação no Brasil.²⁷³

Segundo Mergulhão, o *Massapé* surge em 2016, num período em que os futuros membros do coletivo eram estudantes e enquanto estavam acontecendo ocupações de universidades e escolas públicas por causa da aprovação da PEC. Neste contexto, tanto a suspensão das atividades acadêmicas na universidade onde estudavam, que durou cerca de quatro meses, quanto as inquietações que tal momento político fomentava, os estimulou a questionar ainda mais acerca da distância entre o que aprendiam no curso e as demandas reais da cidade. Em meio a isto, acabaram por se juntar numa pesquisa que estava decorrendo em Santa Luzia, uma comunidade recifense de baixa renda e com pouco acesso aos recursos públicos urbanos, onde as primeiras dinâmicas do coletivo foram se formando.

271 constructLab, “About.” Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021. constructLab (@hello_constructlab), biografia no Instagram, 21 de agosto de 2022, https://instagram.com/hello_constructlab/

272 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

273 Idem. Gil Alessi, “Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida,” *El País Brasil*, 13 de dezembro de 2016, https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html

“A gente não fazia ideia do que estava sendo construído ali, mas a gente estava se questionando, se provocando, aproveitando esse momento também de efervescência política pra tá procurando outros espaços que não fosse só a universidade.”²⁷⁴ Mais à frente na conversa, Mergulhão complementa ainda ao relatar como se sentiram a partir desta primeira experiência fora da universidade:

“Foi um choque imenso. Primeiro de perceber a precariedade das coisas. O *Massapé* é um grupo pouco heterogêneo, somos todos brancos, classe média, sempre moramos em bairros nobres, então temos um contato totalmente diferente com a cidade, e aí Santa Luzia foi esse primeiro espaço que a gente teve um contato mais próximo com como é a vida das pessoas em territórios de vulnerabilidade social [...]. Mas acho que o principal choque mesmo foi perceber o que a gente queria fazer para a nossa vida, sabe? Que não era reproduzir aquele modelo que a gente estava estudando, que a gente tava aprendendo, que a gente tava construindo, de estar fazendo projetos de arquitetura e urbanismo para uma minoria da população. [...] tínhamos esse entendimento de que as pessoas precisam de arquitetos e urbanistas, têm direito a isso já desde 2008,²⁷⁵ e elas não têm acesso, não sabem nem o que é, tratam ainda como uma coisa muito distante.”²⁷⁶

Este desânimo e confronto com o ensino e a prática convencional da arquitetura foi um ponto comum em todos os coletivos brasileiros e portugueses entrevistados, mas não surgiu nas conversas com os coletivos belgas ou com o *constructLab*. O fato de o Brasil e Portugal serem países com maiores desigualdades socioespaciais poderá justificar isto. Esse aspecto aparece também a partir do impacto sentido pela crise econômica de 2008. Ambos os integrantes dos coletivos da Bélgica, ao serem questionados sobre isto, sendo que os coletivos foram fundados nos anos seguintes à crise, negaram haver qualquer relação entre os dois acontecimentos, visto que relatam não ter havido grandes impactos na economia belga.²⁷⁷ Enquanto isto, o *Trabalhar com os 99%* e o *Warehouse*, realçaram a relevância da crise para as suas práticas.

Apesar de apenas ter ingressado no *Warehouse* em 2019, Monica Di Eugenio relatou o que ouviu de seus colegas acerca da criação do coletivo, contando que isto se deu num momento em que Portugal atravessava os impactos da crise econômica mundial.²⁷⁸ A recessão se deu em dois momentos. Primeiro, num rápido ricochete da crise estadunidense do *subprime*, entre 2008 e 2009, e depois, de forma ainda mais

274 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

275 Aqui Mergulhão se refere à Lei 11.888/2008, que “institui a Assistência Técnica e regulamenta o acesso gratuito de todas as famílias com renda de até 3 salários mínimos aos serviços profissionais de arquitetura para a construção, reforma e ampliação de suas residências,” informação disponível, juntamente com um maior detalhamento acerca da aplicação da Lei, em: Instituto de Arquitetos do Brasil, *Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social* (s.l.: Tecnodata educacional, s.d.).

276 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

277 Jorg De Vriese, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021. Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

278 Monica Di Eugenio, conversa presencial com a autora, 26 de outubro de 2021.

intensa, entre 2010 e 2013. Entre quedas do PIB, estratégias de recuperação que envolveram o aumento dos gastos públicos em investimentos, investidores aversos ao risco e o resgate através de pacotes de financiamentos externos, a dívida pública esteve acima dos 120% do PIB por alguns anos, o consumo das famílias caiu mais de 10% e o desemprego ultrapassou os 17%.²⁷⁹ Neste contexto, Di Eugenio contou que se tornou comum que os recém formados saíssem do país à procura de emprego, mas que os estudantes de arquitetura que viriam a compor o Warehouse desejavam permanecer em Portugal. Assim, e somando-se ainda outras inquietações levantadas pela crise, decidiram procurar outros moldes para estabelecer uma prática profissional que permitisse não estarem tão dependentes das dinâmicas econômicas e que tornasse possível a permanência no país. Formaram, então, o coletivo, que teve por base a premissa de que eles construiriam suas próprias obras. Outra importante premissa de fundação foi o entendimento de que não há respostas preestabelecidas que garantam bons resultados, bem como de que não existe certo ou errado em arquitetura, sendo fundamental o diálogo com os agentes locais para entender as necessidades no território, aprender a partir de trocas de conhecimentos e construir coletivamente um novo cenário.²⁸⁰

A crise econômica no país foi mencionada também como um fator-chave na configuração do *Trabalhar com os 99%*. Este surge enquanto um eixo de trabalho do *ateliermob* e vai ganhando presença dentro do atelier até que se decida oficializar a distinção.²⁸¹

“A distinção é basicamente: projetos na cooperativa não são da arquitetura do ponto de vista convencional de projeto e, portanto, serão mais os projetos participados e de pesquisa, etc, e também que trabalham com populações ou bairros que normalmente, pelas suas condições econômicas, não teriam acesso aos arquitetos [...]; e no *ateliermob* ficou o trabalho convencional da arquitetura, basicamente foi isso que se fez. E o *ateliermob* faz parte da cooperativa de qualquer modo, mas como fundador. Mas genericamente a divisão do trabalho é esta.”²⁸²

A crise de 2008 não se inseriu diretamente na narrativa que expõe a origem do coletivo, contudo, face à questão da relação do nome com o lema do *Occupy Wall Street* (“We are the 99%”)²⁸³: “aquilo que nós queríamos efetivamente fazer era trabalhar para os 99% que normalmente não têm acesso à arquitetura.”²⁸⁴ Além disto, Ana Catarino acrescentou um outro acontecimento que justificou a

279 José Varejão, “2008-2009: Filha da crise financeira internacional,” *Fundação Francisco Manuel dos Santos*, acessado em 22 de agosto de 2022, <https://ffms.pt/crises-na-economia-portuguesa/5046/filha-da-crise-financeira-internacional#> Luís Aguiar-Conraria, “2010-2013: A mais longa e severa das crises,” *Fundação Francisco Manuel dos Santos*, acessado em 22 de agosto de 2022, <https://ffms.pt/crises-na-economia-portuguesa/5047/a-mais-longa-e-severa-das-crises>

280 Monica Di Eugenio, conversa presencial com a autora, 26 de outubro de 2021.

281 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

282 Idem.

283 Noam Chomsky, *Occupy*, 54-56.

284 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

escolha do nome:

“[...] quando foi em 2008, e depois [20]10, [20]11, por aí, a certa altura foram saindo uma série de entrevistas aqui em Portugal do Siza, Souto Moura, etc, que dizia qualquer coisa como isto: ‘neste cenário de crise, deixa de haver trabalho pra os arquitetos, fica sempre melhor emigrarem...’. E nós achamos que não, que pelo contrário, continua a haver muito trabalho para arquiteto, [...], o que talvez não houvesse era só formas de financiar esse trabalho. Portanto, é ver como é que se financiava esse trabalho, porque precisamente o trabalho que se calhar faltava fazer, e continua a faltar fazer em muitos casos, não é o trabalho convencional [...]. [Começamos por um projeto] de dois bairros aqui em Lisboa, os *Prodacs*,²⁸⁵ que são dois bairros da autoconstrução autorizada um bocadinho antes [da Revolução] de 25 de abril. E que o projeto, nosso projeto ali naquele bairro, começou por simplesmente fazer o que nós chamamos de o *bilhete de identidade* de cada casa, porque faltava regularizar as casas. Tinha sido autorizada a construção, mas as casas nunca tinham sido regularizadas, portanto as pessoas na verdade não tinham a posse das suas casas. Este é um trabalho de arquiteto, não pressupõe é construção [...], mas é trabalho de arquitetura, pensar até espacialmente aquele bairro e etc. Portanto, o nome surge precisamente na mesma altura do [*Occupy*] *Wall Street*, e surge também uma espécie de transposição deste *slogan* pra nossa prática.”²⁸⁶

A relação do nome com premissas da prática pôde ser observada também nas conversas com outros grupos, em alguns casos numa associação mais evidente, como ocorre com o *Trabalhar com os 99%*, em outros de uma forma mais metafórica, como manifestou Benoît Lorent, do *Oiseaux Sans Tête (O.S.T.)*, nome que, em tradução livre, corresponderia a *pássaros sem cabeça*. Ao ser questionado acerca do significado do nome, Lorent explicou que, antes de mais, ele surgiu da necessidade de atribuir uma identificação ao grupo, visto que cada um dos integrantes desenvolve, e já desenvolvia antes do coletivo ser formado, suas próprias práticas profissionais e foram se juntando em parcerias que acabaram por dar origem ao coletivo. O nome escolhido então partiu do nome de um prato belga que se assemelha a pássaros sem cabeça, de modo que Lorent explicou que traz “a little bit of belgian humor,”²⁸⁷ mas que abrange ainda outras camadas de significado que manifestam algumas importantes premissas do grupo:

“Each one of us have our own practice, when we come into the collective, we are collective. [...] So, on paper we are 10 people, [...] but when we are working as a collective, we don’t

285 Para saber mais, consultar: “Prodac Norte: espaços exteriores comuns,” Projectos, ateliermob/Trabalhar com os 99%, <https://ateliermob.com/projects/prodac-norte-espacos-exteriores-comuns> “Prodac Sul: laboratório de participação,” Projectos, ateliermob/Trabalhar com os 99%, <https://ateliermob.com/projects/prodac-sul-laboratorio-de-participacao>

286 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

287 Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

go by our names. So without heads, it's more about anonymity. And also, without head, it's a more horizontal level of decision, there's no head, there's no chief.”²⁸⁸

Em relação à estrutura horizontal, esclareceu ainda que, apesar de não haver chefia, é inevitável que haja pessoas dentro do grupo que estão mais envolvidas e que acabam por assumir um papel de liderança. Ademais, Lorent trouxe ainda à conversa a explicação do nome do *Studio Public*, o *coletivo irmão siamês* do *O.S.T.*,²⁸⁹ como os próprios o apelidam em seu site. Neste caso, a referência é mais direta, tendo a ver com o fato de terem a esfera pública da cidade como principal alvo de estudo e intervenção.²⁹⁰

No caso do *City3*, por sua vez, a relação entre o nome e as premissas do grupo não parece tão evidente, contudo, manifesta um pouco do tom que a prática do coletivo apresenta. Jorg De Vriese, o integrante com quem se conversou, relatou que em 2012, quando o *City3* é criado, estava trabalhando no *Flanders Architecture Institute*, onde organizava exposições e eventos públicos, desenvolvia pesquisa, era planejador urbano e estava envolvido em alguns projetos comunitários, mas que estava interessado em explorar mais uma atuação na esfera artística e cultural da arquitetura, mais experimental e que envolvesse um público mais amplo. Contou ainda que na época Bruxelas apresentava uma série de problemas urbanos, de modo que se juntou com mais dois amigos com interesses comuns para testar formas mais criativas de intervir na cidade. Pelo que explicou, a prática do grupo tem por base um criticismo expresso de forma positiva e divertida:²⁹¹

“We often take a critical stand on things that happen in Brussels, but instead of being like activism, being against it or being defensive, we just try to find creative ways of pinpointing, pointing out the problem or bringing it into the public debates. And that's a bit the general approach, to bring positive criticism to things that are happening in Brussels [...]. I think you can inspire all people as well, and if you do it in a negative way, you might not really connect with other people either, if you do it in a positive way, there's always more openness to actually listen about what you have to say.”²⁹²

No mesmo tom leve e divertido, o nome surgiu como uma brincadeira com o nome de um centro comercial que existia em Bruxelas na altura, o *City2*. Assim, trocam o 2 pelo 3, mantendo uma associação clara, mas, ao invés de ser um lugar onde se vendiam produtos, era suposto ser uma espécie de espaço onde oferecem novas ideias e formas de fazer cidade.²⁹³ Deste modo, apesar do nome não está tão diretamente associado às premissas do coletivo, mas é revelador da postura profissional, manifestando uma das principais estratégias adotadas para alcançar mais afetivamente um público amplo e, com isto,

288 Idem.

289 O.S.T., “Qui et Quoi.”

290 Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

291 Jorg De Vriese, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

292 Idem.

293 Idem.

conseguir os envolver em debates e experimentações relacionadas à construção urbana.

Ainda no âmbito do que o nome e a história da formação do coletivo manifestam sobre as motivações que orientam suas práticas, tanto o membro do *constructLab*, quanto o do *TransLAB.URB* relataram uma trajetória similar. Em ambos os casos, o coletivo surge como uma fragmentação de um coletivo mais amplo, que abrangia outras esferas de atuação para além das relativas à arquitetura e ao urbanismo, sendo que esta bifurcação partiu do anseio de alguns integrantes por uma especialização da prática.²⁹⁴ No caso do *constructLab*, sua origem remonta ao *EXYZT*, um coletivo interdisciplinar baseado em Paris, França, mas com atuação e integrantes internacionais, dentre os quais inclusive fez parte a fotógrafa Julie Guiches,²⁹⁵ cofundadora do *O.S.T.* e do *Studio Public*.²⁹⁶

“*constructLab* nasce na França, no interior do coletivo *EXYZT* [...], [que era] composto por pessoas com interesses muito variados. Alguns trabalhavam com software, outros com gráfica, outros com música e depois houve pessoas que tiveram mais a paixão pela construção e então chamaram, por brincadeira, estas pessoas de *constructLab* [...]. E depois, 2012 em Guimarães, [...] eu participei nesta construção [*Casa do Vapor*] que era ainda feita como *EXYZT*, mas lá houve esta grande discussão, houve este grupo de construtores que quiseram alargar e fazer entrar mais pessoas, criar mais participação, e outras que fecharam um pouquinho esta possibilidade. [...] a solução foi que o *constructLab* ganhasse mais independência do *EXYZT*.”²⁹⁷

O *constructLab* já surgiu então com este funcionamento em rede internacional, algo que herda do *EXYZT* que, por mais que tivesse sede na França, possuía uma série de integrantes e projetos espalhados pelo mundo. Hubmann relatou ainda que qualquer integrante do *constructLab* tem autonomia para aceitar e liderar processos – questão mais aprofundada na seção a seguir –, sendo o único pré-requisito respeitar os princípios do coletivo.²⁹⁸

“[...] a parte importante [dos princípios do *constructLab*] é que o sítio da construção é ao mesmo tempo o sítio de desenho. Desenhamos muito pouco antes de começar a construir e desenhamos o máximo possível quando já estamos a construir. Isso não é falta de preparação, mas é para dar mais possibilidades a todas as pessoas que participem neste projeto. Chegar com umas poucas ideias e influenciar o projeto, porque se está tudo desenhado antes, tudo também já está decidido.”²⁹⁹

O *TransLAB.URB*, por sua vez, surgiu dentro do *Instituto de Pesquisa e Inovação Social TransLAB*.

294 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022. Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

295 “EXYZT,” *constructLab*, acessado em 23 de agosto de 2022, <https://constructlab.net/team/exyz/>

296 “Julie Guiches,” *constructLab*, acessado em 23 de agosto de 2022, <http://constructlab.dreamhosters.com/team/julie-guiches/>

297 Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

298 Idem.

299 Idem.

Como explicou Leonardo Brawl, o *Trans* era referência à “transdisciplinaridade, transgeracionalidade e transgressão,” enquanto o *LAB* tinha a ver com o método, com “fazer o que acontece num laboratório: hipótese, testar, registrar...,” questões que foram levadas também para o *TransLAB.URB*. Este, por fim, adiciona o *URB*, “que é de todos os fenômenos que têm na cidade,” um eixo de atuação que surge no *TransLAB* e dá origem ao coletivo de arquitetura.³⁰⁰ Como Brawl foi também cofundador da primeira estrutura, relatou um pouco desta história que acaba por ser determinante no entendimento da segunda estrutura.

“No contexto da capital, Rio Grande do Sul, depois de Bolonha, na Itália, foi o lugar que por mais tempo teve o governo de esquerda [...] e isso criou um monte de coisa, o *Orçamento Participativo*, um monte de política super avançada [...], de alguns pioneirismos de tudo que acontecia, teve os Fóruns Sociais Mundiais aqui também. Nesse universo, eu era militante da questão estudantil [...]. Através da Regional Sul [da *Federação Nacional de Arquitetura e Urbanismo*], a gente se misturou muito com a organização dos primeiros projetos nesse universo dos Fóruns Sociais Mundiais [...], ali enquanto estudante, mas isso aproximou muita gente que começou a botar em prática essas questões dos conceitos dos bens comuns – que são até hoje as coisas que a gente trabalha –, horizontalidade, rede e tal [...]. Nesse meio tempo, surge em Porto Alegre, 2010, o *Instituto de Pesquisa e Inovação Social TransLAB* [...]. Nesse ecossistema tinham várias linhas de trabalho, [...] era um lugar onde as pessoas não seriam passivas numa programação oferecida, as pessoas iam lá para provocar e terem a infra[estrutura] necessária [...] para proporem atividades [...]. Nesse meio tempo, a gente cria uma linha de trabalho para organizar um pouco porque tinha muita coisa de território [...]. Daí surge o *TransLAB.URB*, neste ecossistema.”³⁰¹

Estas histórias de fundação resgatam aspectos apresentados no capítulo anterior, acerca da trajetória pessoal que leva arquitetos a optarem por atuar profissionalmente através de coletivos de arquitetura. Dentre os quais, destaca-se o envolvimento em associações estudantis ao longo da formação acadêmica, bem como o envolvimento ainda em outras atividades,³⁰² o que não aparece nos trechos selecionados, mas que também foi manifestado por Brawl, que tem em paralelo uma carreira em produção musical. Ele expõe que tal carreira colaborou com a formação de percepções acerca da disciplina ainda antes de ingressar na faculdade: “nesse universo aí [da produção musical], comecei a entender o território e as camadas de informações que tinham em cima, isso pouco antes eu de fato entrar no universo da arquitetura e urbanismo.”³⁰³ É também de salientar a manutenção

300 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022. Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

301 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022.

302 Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 143-146; 153.

303 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022. Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

de certa flexibilidade nos processos de concepção, o que permite um envolvimento mais ativo dos participantes, como mencionado por Hubmann, e da inexistência de data evidente de fundação, mencionada por todos os grupos, com exceção do *City3* e do *Warehouse*. Essa questão tem ainda a ver com a existência de um período de construção de moldes próprios de prática profissional, o que diz respeito ao fato de não existir um único jeito de atuar enquanto coletivo de arquitetura.

Mergulhão menciona que desde o princípio identificavam uma vontade de trabalhar em coletivo, apesar de não saber ao certo o que isto significava. Assim, o primeiro biênio do *Massapé* foi um período sobretudo de testar dinâmicas de atuação diversas.³⁰⁴ Brawl relata uma trajetória similar, explica que “por ter essa lógica de laboratório e horizontal, não tem hierarquia, não tem cargo, a gente tem mais flexibilidade que uma empresa.”³⁰⁵ Deixa claro, contudo, que apesar da existência de tal flexibilidade por vezes parecer estar associada com uma certa informalidade, identificam a importância de atuar com seriedade, “nós somos responsáveis por essa *outra forma de fazer*. Por que que o profissional é só empresa?”³⁰⁶

Neste âmbito de afastamento do informal, a necessidade de oficializar a existência do coletivo do ponto de vista legal foi mencionada pela maioria dos coletivos. Como apresentado no capítulo anterior, Chiappero e Macaire expõem que, não sendo a organização em coletivo correspondente a uma estrutura jurídica, grupos que atuam através deste gênero de prática por vezes precisam recorrer a formações legais como associação, cooperativa, etc.³⁰⁷ Ainda sobre o caso do *TransLAB.URB*, Brawl citou tal necessidade sobretudo para que pudessem concorrer em editais.³⁰⁸ No caso do *Trabalhar com os 99%*, acerca da decisão de oficializar a divisão do trabalho entre o atelier e a cooperativa em duas estruturas jurídicas independentes, Catarino manifestou que, para além do desejo de separar o que era um trabalho mais ou menos convencional de arquitetura, a decisão também teve um aspecto burocrático:³⁰⁹

“O *ateliermob* é uma empresa e, portanto, há determinados trabalhos que não conseguia fazer da mesma maneira. E a cooperativa tem a vantagem que, mesmo que seja temporariamente, dirigentes de associações de moradores podem entrar durante o projeto em que estamos a fazer com eles, não há pagamento de IVA, por exemplo, quando há lugar a pagamentos. Então também é uma questão burocrática.”³¹⁰

304 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

305 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022. Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

306 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022.

307 Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes’,” 52. Macaire, “L’architecture a l’épreuve de Nouvelles pratiques,” 130-131.

308 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022. Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

309 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

310 Idem.

Uma dinâmica similar foi apontada também por Lorent acerca da decisão de separar a atuação entre Bélgica (*O.S.T.*) e França (*Studio Public*) em duas estruturas jurídicas, questão que se manteve até meados de 2021, quando deixou de ser economicamente sustentável pagar taxas bancárias e outros custos associados nos dois países, devido a questões pessoais dos integrantes e ao impacto da pandemia COVID-19.³¹¹

“We had two structures, legal structures. For going to grab some money for some type of project, we need to have an accounting structure in France, because we did a lot of projects there. And we had one here because we also need to structure an association in Belgium [...]. But it's just a legal title, to be able to start to open an account and give her to organize our business.”³¹²

Além disto, Lorent apontou que a ideia inicial era permanecer como um grupo informal, afinal cada um deles tinha sua própria prática profissional e só se agrupavam pontualmente para fazer projetos juntos. Contudo, sentiram a necessidade de ter uma estrutura jurídica para passar confiança aos financiadores: “At some point we have to professionalize ourselves. If you want to make, create bigger projects, nobody's going to handle you an envelope of money and say ‘so long!’.”³¹³

Como é possível perceber, há questões sobre a fundação e funcionamento dos coletivos que se relacionam com o financiamento ao mesmo tempo que, em outros casos aqui apresentados, já determina alguns aspectos do método e assim por diante. Deste modo, algumas das motivações aqui apresentadas serão retomadas ou clarificadas na explicação de dinâmicas das práticas dos coletivos nas seções seguintes.

formas de trabalho, ferramentas e métodos

Os coletivos estudados utilizam variadas ferramentas e métodos, muitas vezes alterando as formas de trabalho adotadas a cada processo. Estas variações se expressam, antes de mais, pela organização que apresentam relativamente à divisão de tarefas, interdisciplinaridade, realização de parcerias, etc. No caso do *O.S.T.* + *Studio Public*, por exemplo, ao longo da conversa ficou claro que, apesar de se apresentarem em seu site como um coletivo multidisciplinar, e de fato muito da sua prática ser desenvolvida na interseção entre disciplinas variadas,³¹⁴ os membros mais ativos atualmente são fotógrafos, sendo que o arquiteto do grupo participa pontualmente quando há trabalhos mais diretamente relacionados com o ato de construir objetos físicos no

311 Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

312 Idem.

313 Idem.

314 “O.S.T.,” O.S.T., acessado em 26 de agosto de 2022, <https://ostcollective.org/>

espaço.³¹⁵ Enquanto isto, o *Trabalhar com os 99%* – no qual Catarino é o único membro efetivo que não se graduou em arquitetura, sendo esta antropóloga³¹⁶ – apresenta uma divisão do trabalho distinta da do *O.S.T. + Studio Public*, delegando tarefas sem que estas correspondam diretamente com a formação profissional dos integrantes.

“[...] não há uma divisão evidente [do trabalho entre os integrantes da cooperativa], depende do projeto, depende do que que o projeto precisa, das pessoas que precisam, do que que cada um de nós vai fazer naquele projeto em concreto. [...], a questão aqui é convocarmos, a cada momento, as ferramentas que cada um tem [...]. Quem é arquiteto muitas vezes é convocado a pensar sobre o território, como é que as suas ferramentas entram ali e contrastam com, por exemplo, o que os moradores te dizem [...]. Quer mesmo para mim, como antropóloga, obviamente que, trabalhando com arquitetos, me obriga a pensar outras coisas que normalmente não estariam no meu horizonte... [...] Portanto, sim, estás sempre a usar as ferramentas que tens de base, mas a adaptá-las conforme o que o projeto te pede.”³¹⁷

Contudo, os integrantes de ambos os coletivos relataram um ponto comum neste aspecto: frequentemente traçam parcerias com outros coletivos. Tal questão é mencionada também na conversa com os demais coletivos. No caso do *Trabalhar com os 99%* e do *Warehouse*, os membros de ambos os grupos mencionaram que a parceria é recorrente e se baseia em explorar as principais habilidades de cada prática. Assim, o *Trabalhar com os 99%* normalmente realiza a aproximação com o local e seus agentes de uma forma mais intensa, enquanto o *Warehouse* costuma ser o principal responsável pelas construções. Em um âmbito mais amplo, Di Eugenio relatou que os coletivos, de um modo geral, se organizam um pouco em rede, fazendo parcerias e se apoiando, numa lógica mais de cooperação do que de competição. Enquanto Brawl sublinha a importância de se organizarem desta forma, tanto para se apoiarem mutuamente, quanto para reunirem dados e visibilidade para que este gênero de atuação seja reconhecida enquanto prática profissional.³¹⁸

Para além da parceria com outros coletivos, Di Eugenio expôs que por vezes sentem também a necessidade de colaborar com profissionais de outras áreas, sendo que os membros do *Warehouse*, apesar de terem pontos de vista consideravelmente distintos, serem todos arquitetos.³¹⁹ Esta

315 Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

316 ateliermob/Trabalhar com os 99% , “Sobre.”

317 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

318 Idem. Monica Di Eugenio, conversa presencial com a autora, 26 de outubro de 2021. Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021. Jorg De Vriese, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021. Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022. Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021. Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

319 Monica Di Eugenio, conversa presencial com a autora, 26 de outubro de 2021.

questão foi mencionada também por Mergulhão em relação ao *Massapé*, que também é formado exclusivamente por arquitetos-urbanistas. É acrescentado ainda a necessidade que sentem de envolver outros agentes vai além de uma questão interdisciplinar.³²⁰

“Já que a gente não consegue trazer ninguém para esse núcleo rígido [do coletivo], que são dessas oito pessoas, então a gente [tenta], pelo menos nos projetos, incluir pessoas de diversidade tanto de gênero, de raça, de profissão... a depender do que o projeto pede, de quais são essas demandas. [...] e no ano passado a gente definiu que todas essas pessoas convidadas a gente ia fazer a partir de chamadas [públicas]. Até então a gente fazia ‘ah, conheço uma pessoa’ e chamava ela para fazer, geralmente já era uma pessoa conhecida, mas a gente percebeu que assim a gente não estava ampliando essa nossa rede de contatos.”³²¹

Enquanto isto, neste aspecto o *TransLAB.URB* parece caminhar na direção contrária ao *Massapé*. O grupo que compõe o *TransLAB.URB* é estruturado em três camadas de envolvimento: o núcleo (os quatro membros que assumem a responsabilidade de uma forma constante, dos quais três são arquitetos-urbanistas e um da área de comunicação), o núcleo expandido (membros que não colaboram sempre, mas ainda com alguma frequência) e a órbita (parceiros da rede que contribuem de forma mais pontual). Assim, Brawl explica que sempre que em um processo surge uma necessidade de uma colaboração específica que pode ser respondida por alguém que orbita o coletivo, preferem que assim seja, numa lógica de fortalecer esta rede.³²² Ademais, dentro do núcleo procuram não acomodar a divisão de tarefas só a partir das aptidões dos integrantes. Muitas vezes são então estabelecidos grupos de trabalho para que uma pessoa possa ajudar a outra com alguma tarefa que é mais proficiente ao mesmo tempo que, também esta, melhora suas habilidades no processo.

Quanto à organização interna do trabalho, o *constructLab*, por sua vez, apresenta uma dinâmica um pouco diferente dos demais por se tratar de uma rede internacional. Apesar das premissas bases serem muito semelhantes a apresentada pelos outros coletivos estudados: horizontalidade, compartilhar conhecimentos, trabalhar coletivamente, etc; a dimensão do grupo e a dispersão de seus integrantes por vários países torna a experiência apresentada um pouco mais particular.

“Normalmente um projeto precisa de uma pessoa que tome a responsabilidade para o projeto. [...] Mas a diferença de gabinetes de arquitetura é que nós somos cinquenta pessoas, mais ou menos, e potencialmente cada um de nós pode tomar esta responsabilidade. Se alguém me perguntar se quero fazer este projeto como *constructLab*, eu tenho um contato, tenho um financiamento, então, se me interessa, digo ‘sim’. Faço isso, tomo a responsabilidade para o projeto e depois comunico isso com a minha rede de contatos do

320 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

321 Idem.

322 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022.

constructLab e vejo quem está interessado em participar e quem pode fazer o quê. E isso, potencialmente, cada um de nós faz. Obviamente [que] há algumas pessoas que fazem isso mais frequentemente, outras menos, outras nunca [...]. Ninguém tem que pedir autorização a ninguém, basta, e é importante, respeitar mais ou menos os princípios do *constructLab*.³²³

Com isto, Hubmann já deixou pistas acerca da origem dos projetos, ficando claro que normalmente são encomendas externas que cada um dos integrantes vai levando para o coletivo. Especifica que normalmente partem de instituições culturais que procuram ampliar seu público ou de municipalidades, havendo ainda, de forma menos recorrente, a participação em convocatórias.³²⁴ Assim, citou quase todas as fontes que são mencionadas pelos coletivos com quem se conversou que costumam trabalhar a partir de encomendas externas. Mergulhão, que também afirma que os projetos do *Massapé* normalmente partem de encomendas, relata que nem sempre foi assim. Nos dois primeiros anos de atuação costumavam fazer autopropostas, coisa que pretendem voltar a fazer em um outro formato:³²⁵

“A gente tem um mapeamento de demandas, uma coisa que nunca está finalizada, mas que a gente está tentando [...]. Então a gente tem um pequeno mapeamento disso, mas é um projeto que a gente quer muito fazer [...] para que facilite essa articulação de destinar recursos, de conseguir mobilizar e executar esses projetos. Mas, por enquanto, a gente só tem feito [projetos] por demanda solicitada mesmo, as pessoas procuram a gente.”³²⁶

Esta gestão entre encomendas externas e autopropostas que o *Massapé* ambiciona estabelecer, foi mencionada por Catarino. Ela afirmou que a origem dos projetos do *Trabalhar com os 99%* varia muito, citando o exemplo dos *Prodacs*. O contato inicial com o local se deu após um convite por parte da vereadora do município, mas depois foram desenvolvendo outros projetos no local de forma mais autônoma.³²⁷ De Vriese, por sua vez, relatou que houveram apenas duas situações em que o *City3* desenvolveu processos que partiram de uma encomenda externa, mas que ambos os casos não correram muito bem. No primeiro, por sentirem que a atuação do grupo foi muito restringida pelo contrato estabelecido; no segundo, por sentirem que foram instrumentalizados para fins que não estavam de acordo. Preferem então manter alguma autonomia.³²⁸ Essa questão é trazida ainda por Brawl, que disse que o *TransLAB.URB* faz processos através de encomendas, mas que se limitar a isto não deixaria de ser também uma forma de ficar refém das demandas do mercado.³²⁹

323 Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

324 Idem.

325 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

326 Idem.

327 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

328 Jorg De Vriese, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

329 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022.

“A maior parte das pessoas fica à mercê do comportamento e demanda de mercado [...]. A gente tem três eixos [de atuação], que é: *cocriação e participação*, onde estão os trabalhos geralmente mais complexos e mais longos [...]. Daí tem os projetos de *pedagogia urbana*, que muitas vezes não é tão territorializado, às vezes são projetos sobre uma causa, sobre um movimento, um exemplo seria mobilidade ativa, primeira infância... aí [é] como, através da pedagogia urbana, facilitar o encontro de todo o tipo de pessoas com esse conhecimento [...]. E, por último, está a *ativação urbana*, que são os projetos que costumam ser mais rápidos, pontuais, mais experimentais também e autorais. São os que nós fazemos por iniciativa [própria], inclusive às vezes a gente paga para alguns projetos.”³³⁰

Brawl deixa então clara a dificuldade de, através de autopropostas, fazer processos mais complexos ou de maiores dimensões, destacando assim a importância de também existirem processos encomendados e financiados por terceiros. Neste âmbito, pontuou a importância de entretanto não lidar com estas encomendas de forma passiva, relatando que normalmente procuram complementar os programas que recebem – geralmente referentes apenas às funções que o espaço deve albergar – com um outro programa, “que aí é o programa dessa parte da escuta ativa da população.” Sublinhou ainda que é preciso ter sempre atenção às intenções reais das encomendas, âmbito sobre o qual comentou acerca da existência de situações em que coletivos são instrumentalizados na ativação de determinada área da cidade como parte em um processo de gentrificação, os “*inocentes úteis*”, como chama. Assim, é preciso ter atenção ao fluxo dos lugares, às práticas de quem está fazendo a encomenda, é preciso “complexificar o processo para entender se tem cordinhas de marionetes.”³³¹ Lorent também chamou atenção para isto, explicando, inclusive, que atualmente o *O.S.T. + Studio Public* evita fazer processos participativos de arquitetura por normalmente não serem apresentados a todo o cenário do local de intervenção.³³²

“[...] we don’t do much more construction lately, we are more on poetic and not building things. [...] building stuff in a neighborhood, most of the time, at least the times we got called, the people asked us to intervene in those territory, hide us the social or how the situation was complicated on the ground [...], and so, you navigate in between without knowing much about it and you start a new project and you find out, and you have like a dark clouds of political bullshit that’s going over you.”³³³

Acerca de tal questão, Lorent expôs algumas experiências em que tiveram este tipo de problema. Pelo que relatou, já vivenciaram mais de uma vez a questão pontuada por Brawl, em que os processos participativos são na realidade um passo integrante de um processo de gentrificação. Nestes casos,

330 Idem.

331 Idem.

332 Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

333 Idem.

APROXIMAÇÃO

O ciclo de aproximação é o primeiro contato com a comunidade local, onde tem-se como objetivo construir um processo de diálogo e trocas entre os atores envolvidos, a fim de realizar um diagnóstico coletivo que irá subsidiar as intervenções futuras. Assim, esta etapa busca desenvolver um processo pedagógico para democratizar o acesso sobre questões urbanas e ambientais no empoderamento da sociedade sobre temas urbanos.

FAZENDO LUGARES JUNTOS

Este ciclo objetiva traçar alternativas criativas para o fomento do uso e ocupação do espaço urbano e do sentimento de coletividade, através da revitalização de espaços públicos comunitários e da construção de novas perspectivas no que diz respeito ao cuidado e ao comprometimento coletivo com o ambiente em que vivemos.

VISÃO DE FUTURO

Além de contar com um processo de análise e aprendizado sobre o processo, o ciclo Visão de Futuro objetiva a pactuação e a concretização dos diálogos produzidos durante todo o processo, a partir do engajamento das lideranças locais e do incentivo à participação ativa dos moradores na gestão compartilhada do espaço e nas recomendações para a gestão pública.

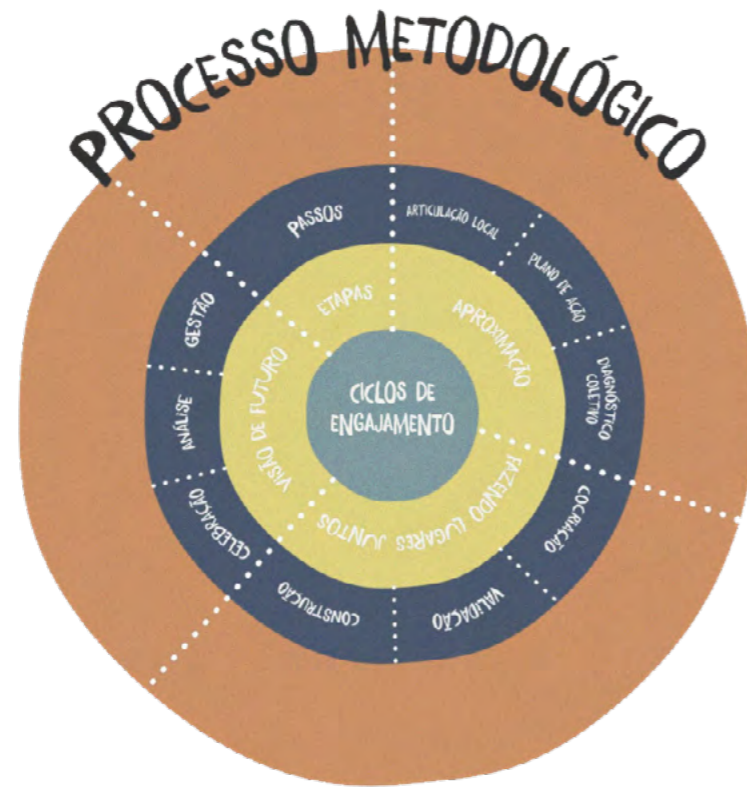


Figura 49: Sistematização do método do Massapé. Massapé, 2020, “Caderno de Projeto: Pulsa Bairro”, https://issuu.com/coletivomassape/docs/caderno_pulsa_bairro_separado (modificada pela autora)

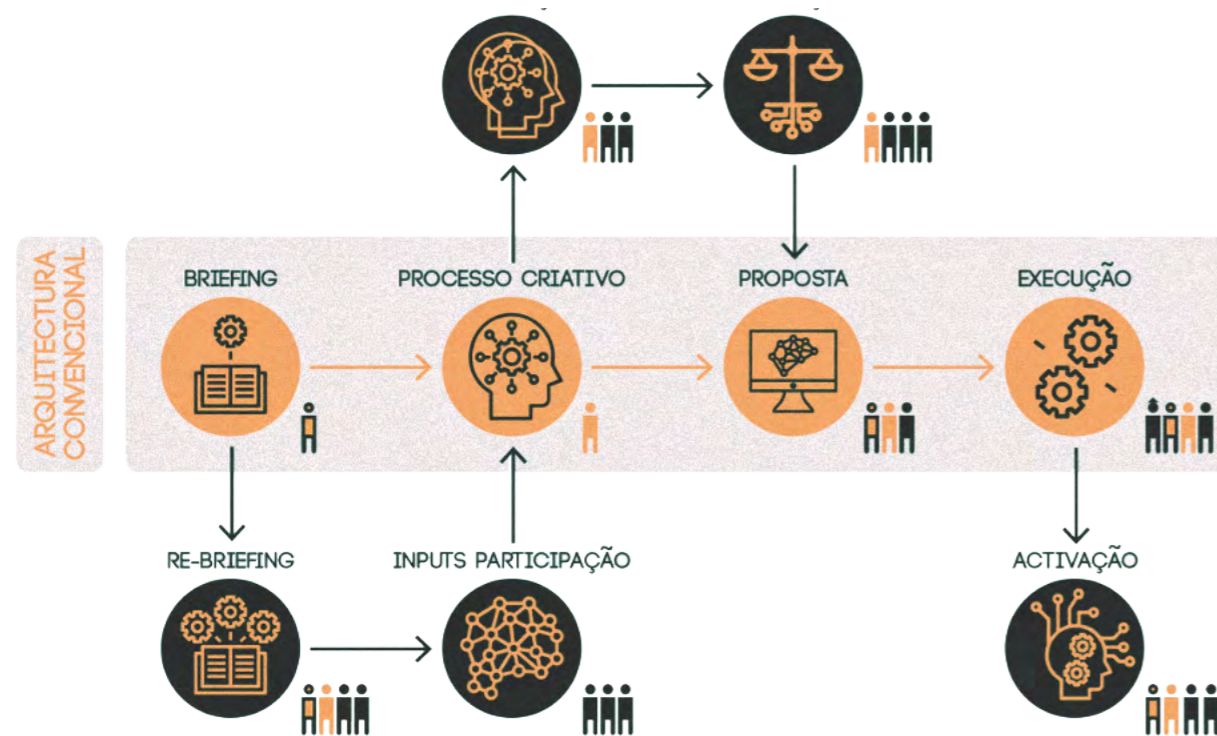


Figura 50: Sistematização do método do Warehouse. Warehouse, s.d., “O Processo Warehouse”, <http://warehouse.pt/what-we-do/?lang=pt-pt> (modificada pela autora)

sentiram que o trabalho do grupo estava sendo utilizado como ferramenta de marketing para mostrar que a mudança que estava por vir era positiva para a população local, que se empenhava em colaborar com a confecção de intervenções temporárias, sendo que “three or four months later and bulldozers are coming, because the projects are already on paper, like long before you start.” Sobre uma outra experiência, relatou que foi desenvolvido um jardim comunitário no quintal dos edifícios da vizinhança, mas que não havia sido esclarecido inicialmente que o terreno era privado, de modo que posteriormente o proprietário trancou o acesso ao local. Por fim, expôs uma experiência de conflito com traficantes locais: “[...] we got abducted by dealers in their cars and they said ‘you cannot do it and be here’,” assim, foi preciso negociar e fazer uma intervenção com um tom mais lúdico e divertido. Deste modo, aconselhou os jovens arquitetos a, quando se depararem com este gênero de encomendas, procurarem entender exatamente qual o cenário do local de intervenção, e, caso não consigam entender ou sintam que não estão sendo completamente sinceros convosco, não aceitar a encomenda.³³⁴

Com a demanda definida, passa-se então ao desenrolar dos processos. Alguns coletivos vão os desenvolvendo de forma mais espontânea, sem determinar muito de antemão. Outros, contudo, apesar de ainda deixarem espaço para desvios do percurso, trabalham com base em um método mais ou menos preestabelecido, dentre os coletivos estudados, é o caso do relatado pelos integrantes do *Massapé*, do *TransLAB.URB* e do *Warehouse*. Quanto ao *Massapé*, Mergulhão explicou o método do coletivo, que eles chamam de *ciclo de engajamento*, contudo, aconselhou a consulta do relatório do projeto *Pulsa Bairro*, disponível no Issuu do grupo, onde o processo está explicado de forma mais sintética e acompanhada de um diagrama, ambos apresentados na figura 49. Foi explicado ainda que cada uma das fases conta com o uso de ferramentas diversas e que variam muito de acordo com o contexto em que se encontram a trabalhar.³³⁵

Enquanto isto, o *TransLAB.URB* não vai ter um único método sistematizado, mas uma série deles, inclusive todos disponíveis no site do coletivo. Cada um foi elaborado a partir de métodos alheios e da experiência prática do próprio grupo e estão divididos de acordo com seus objetivos, sendo estes *Cocriação de Diretrizes para Territórios de Interesse Público*, *Criando Comunidade para a Horta* e *As Tarefas para Atuar com Placemaking*.³³⁶ Brawl, contudo, deixou claro que utilizam tais métodos como uma base para os processos, mas que não é completamente rígido, “o processo também vai moldando.”³³⁷

O *Warehouse*, em seu site, apresenta um esquema denominado de *O Processo Warehouse*³³⁸ (figura 50), todavia, Di Eugenio mencionou que o método varia muito de acordo com cada processo. Normalmente começam por tentar estipular qual a abordagem mais adequada para aquele cenário, para abordar aquela população, etc, montando, a partir disto, um plano de trabalho. Porém, afirmou que ao iniciar o processo quase sempre percebem que aquilo que tinham imaginado não é

334 Idem.

335 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

336 TransLAB.URB, “Metodologias.”

337 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022.

338 “O que fazemos,” Warehouse, acessado em 29 de agosto de 2022, <http://warehouse.pt/what-we-do/?lang=pt-pt>

inteiramente verdade, de modo que vão tentando adaptar o método.³³⁹

Os integrantes do *O.S.T. + Studio Public*, do *City3*, do *Trabalhar com os 99%* e do *constructLab* também apresentaram a necessidade destas adaptações, deixando claro que uma coisa que funciona em um contexto não necessariamente vai funcionar em outro.³⁴⁰ No caso dos dois grupos belgas, foi mencionado ainda que o trabalho e a abordagem à população vão acontecendo bastante na base da empatia.³⁴¹ Assim, todos os coletivos, mesmo os que partem de um método preestabelecido, referiram a necessidade de ir moldando o trabalho a partir das variáveis de cada processo, exercendo um trabalho que tem por base a existência de certo grau de flexibilidade. Na conversa com Hubmann, sendo o *constructLab* uma rede que atua em diversos países, foi dado especial destaque à questão:

“[...] tem muita diferença entre um país e outro. E isso é também uma coisa interessante, porque nunca sei se uma proposta que faço numa cidade, num país, e que funcionou lá, se faço a mesma proposta numa outra cidade, não automaticamente funciona também. Pode correr muito mal a mesma coisa que correu bem numa outra, é um desafio. [...] claro que há zonas, há países, onde talvez o Estado social não é tão forte, e então as pessoas estão habituadas a auto-organizar-se, porque se não se organizam, ninguém faz nada. Então, nestes contextos é talvez mais fácil, porque as pessoas já são mais ativas, mas isto não é sempre assim.”³⁴²

Neste âmbito, Hubmann apontou que o *constructLab*, para driblar a falta de conhecimento mais aprofundado sobre os diferentes contextos, adotam a estratégia de ouvir e estar aberto a aprender com os agentes locais.³⁴³ Mesmo que diante de trabalhos em um único país, o *Trabalhar com os 99%*, para conhecer mais a fundo o local de estudo/intervenção e engajar a população no processo a ser desenvolvido, em alguns casos implanta o que chama de *gabinete técnico local*. Este consiste em, por um certo período de tempo, “transferir uma parte da equipa para o sítio específico onde se está a fazer um projeto.”³⁴⁴

“[...] é muito diferente tu estares cotidianamente no sítio e, portanto, não só estás muito mais próximo para ir discutindo com os moradores, como tu próprio estás lá, portanto, tu próprio experimentas o espaço, tu próprio tens questões sobre aquele espaço.”³⁴⁵

339 Monica Di Eugenio, conversa presencial com a autora, 26 de outubro de 2021.

340 Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021. Jorg De Vriese, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021. Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021. Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

341 Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021. Jorg De Vriese, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

342 Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

343 Idem.

344 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

345 Idem.

	Nº 001	Self-Portrait		Nº 016	Windows
	Nº 002	Altire		Nº 017	Facades
	Nº 003	The content of my bag		Nº 018	Outside seen from the inside
	Nº 004	Place meaningful in my life	Home	Nº 019	Access
	Nº 005	Important figure in my life		Nº 020	Significant local artist
	Nº 006	Shadow		Nº 021	Significant local writer
Identity	Nº 007	Personal archive		Nº 022	Significant local political figure
	Nº 008	Food		Nº 023	Significant historical location
	Nº 009	Transports		Nº 024	Language
	Nº 010	Communication		Nº 025	Music
	Nº 011	Places to be		Nº 026	Typical Handycraft
	Nº 012	Touristic point of view		Nº 027	Borders and history
	Nº 013	Image of the future		Nº 028	Local sickness remedy
	Nº 014	Glimpse of the past		Nº 029	Religion
Collective contemporary identity	Nº 015	Prohibition signs	Collective memory	Nº 030	Personal notes

Figura 51:
Sumário de livro de registros, O.S.T.
O.S.T., 2010, “Log Book: Presentation”,
https://issuu.com/ost.collective/docs/log_book (modificada pela autora)

Figura 52:
Foto tirada por morador para
representar coisas que gosta
O.S.T., 2011, “LOGBOOK #TZIGANES”,
<https://www.ostcollective.org/experience/logbook-tziganes/>
(modificada pela autora)

No caso do *O.S.T. + Studio Public*, não há esta permanência tão intensiva, mas foi referido que estar no espaço onde o processo vai se realizar e já ir construindo alguma primeira intervenção num dinâmica descontraída é uma estratégia que utilizam para chamar a atenção e reunir as pessoas que vivenciam aquele espaço. Para tal, criam uma espécie de “*little event*,” de modo que “even people passing by in the streets are going to stop and [...] that’s when you’re going to grab them and see if they want to take part.” Outra estratégia que muitas vezes utilizam neste âmbito é dar ferramentas para as pessoas se expressarem, normalmente distribuindo câmeras descartáveis junto a um livro de registro com uma listagem de tarefas a serem preenchidas (figuras 51), assim conseguem recolher pontos de vistas do cotidiano da população. Para ir ganhando a confiança das pessoas, começam com tarefas simples, como tirar foto de uma coisa que você gosta (figura 52), ou da sua sombra, e aos poucos vão passando para questões mais profundas sobre o território.³⁴⁶ Acerca da abordagem participativa, por sua vez, mencionou que vão perguntando a opinião dos agentes envolvidos e colocando contrapontos práticos. Por vezes também realizam coletivamente pequenos testes para permitir que a própria população chegue à conclusão do que pode melhor funcionar naquele local³⁴⁷ Exemplificou com uma intervenção que seria no jardim comunitário que fizeram:

— So, you wanna a soccer field, let’s try to play soccer here and then you would see. They would one fight and would destroy a little bit everything.
— Well, can we keep the soccer field with...?
— No, no, no.
— Okay.
— So I will want a swimming pool!
— The swimming pool is already dirty after 30 minutes, so does somebody want to clean up the swimming pool?
— No, no, no.
[...] It was like a learning experience of ‘okay, the practice and what you want won’t be able to interact with what’s that the grown up want’.”³⁴⁸

Neste domínio, Mergulhão chamou a atenção para que se procure entender o que molda os desejos dos participantes. Visto que o *Massapé* atua sobretudo em territórios de vulnerabilidade social, relatou que algumas comunidades não se mostram muito criteriosas com o que estão recebendo por partirem do entendimento que, o que quer que vá ser feito, já vai melhorar este cenário e, portanto, já está ótimo. Assim, é preciso trabalhar isso com elas para que os seus desejos sejam realmente colocados na mesa.³⁴⁹ Brawl trouxe uma questão semelhante ao sublinhar que não adianta simplesmente perguntar

346 Alguns exemplos podem ser checados no Issuu do coletivo: O.S.T. Collective, “Publications,” Issuu, <https://issuu.com/ost.collective/docs>

347 Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

348 Idem.

349 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

a opinião para quem não está habituado a participar. A ideia do *TransLAB.URB* é “convidar as pessoas para formularem as perguntas que elas vão responder” e não apenas as consultar sobre questões pré-formuladas. Para tal, expôs ser necessário *preparar o terreno* e perceber que ferramentas funcionam em cada caso e, por vezes, cruzar diversas ferramentas para ouvir diferentes agentes.³⁵⁰

“[...] tem várias técnicas: tem formulários; tem, por exemplo, as rodadas de cocriação que é com desenho [...]; tem umas caminhadas temáticas que tu vai captando, tem o papel de quem está nessa captação estar sempre atenta até às conversas informais, estar sempre tentando captar alguma coisa, porque quando tem a pressão da pergunta ou do exercício, às vezes, as pessoas vão para algo mais validado, por *n* motivos [...]. Enfim, tem várias formas de captar, entendendo que, às vezes, de maneira anônima as pessoas falam outra coisa.”³⁵¹

Condições como o machismo estrutural e as várias formas de hierarquias sociais são ainda alguns dos fatores que impedem que todos se expressem em dinâmicas coletivas, questão apontada também por Di Eugenio. Assim, na conversa sobre o *Warehouse* também foi sublinhada a importância de que a escuta ativa seja feita ao longo de todo o processo, sendo que as conversas informais ao longo de outras atividades muitas vezes revelam aspectos cruciais para o entendimento daquele contexto.³⁵²

Para além do desafio de tentar de fato ouvir a opinião do grupo e não apenas de uma parcela dele, foi trazido para a conversa o desafio de gerir os desejos e as opiniões dos múltiplos agentes envolvidos nos processos participativos. Catarino expôs que o *Trabalhar com os 99%* não trabalha muito a partir do consenso, ao invés disso, preferem trabalhar com uma “compatibilização de dissenso,” ou seja, “assumir que as pessoas têm posições diferentes e que tu não queres que nenhuma delas saia vencedora ou vencida, a questão não é vencedora ou vencida, é o que que a gente propõe aqui.”³⁵³ O *Massapé*, numa postura similar, para gerir as diferentes opiniões e interesses dos múltiplos agentes envolvidos nos processos participativos procura incutir uma consciência coletiva nos participantes.³⁵⁴

“[...] faz parte do nosso método ter um espaço individual, das pessoas conseguirem falar, colocar ali tudo o que elas identificam e depois tentar fazer um processo coletivo. Nem sempre tem sucesso esse processo coletivo, porque às vezes as pessoas só estão interessadas no interesse delas mesmo. [...] Mas o que a gente tenta trabalhar é que esse processo de diagnóstico, de cocriação, de tudo isso, seja muito pensado a partir da perspectiva coletiva e não a partir da perspectiva individual, dos desejos de cada pessoa [...]. Mas, de uma forma geral, as pessoas têm esse entendimento do coletivo.”³⁵⁵

350 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022.

351 Idem.

352 Idem. Monica Di Eugenio, conversa presencial com a autora, 26 de outubro de 2021.

353 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

354 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

355 Idem.

Figura 53:
Mont Réel, constructLab, 2017, Montreal
constructLab, 2017, “Mont Réel”,
<https://www.constructlab.net/projects/mont-reel/> (modificada pela autora)

No envolvimento de outros agentes no processo da construção, por sua vez, Hubmann relatou que o *constructLab*, para além de deixar espaço para que a intervenção seja desenhada coletivamente no decorrer da obra, como apresentado anteriormente, costuma procurar que sejam utilizadas técnicas e ferramentas simples de aprender. “[...] isso facilita que pessoas com pouca experiência ou que cheguem assim num projeto [em andamento] possam participar.” Acerca deste processo, Hubmann foi questionado na conversa sobre como é feita a gestão das diferentes ideias que vão surgindo na construção, sobre o que manifestou que parte do planeamento prévio que é feito pelo grupo consiste em montar uma narrativa orientadora da proposta.³⁵⁶

“[...] muitas vezes ajuda não ter um desenho, mas ter uma narrativa. Ter uma narrativa, por exemplo, pode ser: em Montreal, no Canadá, construímos um monte, ou um *Mont Réel*, não um Montreal, mas um *Mont Réel*³⁵⁷ [figura 53]. Mas a construção é a construção de um monte, então a narrativa é tudo que tem a ver com uma montanha, com escalada da montanha, subir a montanha, encontrar-se em cima da montanha... tudo o que cabe naquela narrativa é bom, se não cabe, então não interessa muito [...]. As narrativas são inspirações que partem do lugar: Montreal é uma cidade que tem o nome de um monte [...] [que] é muito importante para a cidade, por isso todas as pessoas de Montreal têm uma relação com este monte. Por isso, falar do monte já toca uma tecla que as pessoas percebem e acham engraçado construir um segundo monte ao lado deste monte [...]. A narrativa ajuda. Se todos se identificam com esse tema, depois é bastante fácil. Obviamente pode sempre haver conflitos, pode sempre haver diferenças de ideias, mas isso faz parte, o conflito também faz parte do processo.”³⁵⁸

A estratégia de montar uma narrativa como base do processo foi também manifestada em uma das intervenções do *O.S.T. + Studio Public* que Lorent apresentou. Sendo a narrativa uma da matriz mitogênica, como defendido por Chiappero, este tópico parece confirmar a teoria acerca do trabalho matricial dos coletivos elaborada pelo autor³⁵⁹ e apresentada no capítulo anterior. Contudo, há um contato direto entre o *constructLab* e o *O.S.T. + Studio Public*, como já exposto, e a intervenção deste último em que a narrativa se fez pertinente foi elaborada em parceria com o *Collectif Etc*,³⁶⁰ grupo em que Chiappero é membro.³⁶¹ Deste modo, é difícil constatar se o trabalho matricial é uma característica compartilhada maioritariamente por coletivos europeus que estão inseridos numa mesma rede de contatos ou se de fato é uma questão transversal.

Para além do conversado com os grupos acerca de dinâmicas participativas num entendimento mais convencional de participação, tanto De Vriese quanto Catarino sublinharam que participar não é apenas

356 Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

357 Para saber mais sobre este projeto, consultar: “Mont Réel,” Projects, constructLab, <https://constructlab.net/projects/mont-reel/>

358 Idem.

359 Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes,’” 97-258.

360 Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

361 Chiappero, “Du *Collectif Etc* aux ‘collectifs d’architectes,’” 7.

sobre construir junto.³⁶² De Vriese explicou que, no sentido mais convencional do termo *participação*, o *City3* não costuma fazer processos participativos, contudo, procuram colaborar numa construção coletiva da cidade através, sobretudo, do fomento de debates e questionamentos. Relatou, nesta esfera, uma série de conferências que organizaram em espaços de uso coletivo que não são públicos, como centros comerciais e estações de comboio. Com isto, o objetivo não era necessariamente envolver as pessoas que estavam nestes locais, mas causar certo estranhamento por estarem ali ocupando o local como se aquilo fosse um espaço genuinamente público. Neste caso, a colaboração com a construção urbana se dá ao engendrar inquietações com ações que fogem às dinâmicas cotidianas da cidade.³⁶³

Catarino, por sua vez, afirmou que “a participação pode ser de variadíssimas maneiras e o objeto, se for o caso de teres um objeto construído, podes chegar ao objeto de várias formas e ele não deixa de ser coconstruído, ainda que não tenha sido nem fisicamente construído, nem, se calhar, do ponto de vista de desenho.” Mesmo partindo deste entendimento de que a participação pode se dar de múltiplas formas, sublinhou que nem sempre é viável que o processo seja participativo, como é o caso de situações em que há urgência. Nesses casos, o que por vezes é chamado de participação é, na realidade, apenas uma consulta à população.³⁶⁴

Diante de todos esses aspectos de como se faz coletivamente uma construção urbana, surge a questão: **Em meio às várias opiniões e colaborações, mais ou menos diretas, qual é o papel que os integrantes dos coletivos ocupam nos processos?** Hubmann afirmou que varia muito de caso para caso, podendo, inclusive, por vezes ser só mediação. “[A]lguns projetos são só mediação, já isso aconteceu, sem construir nada.”³⁶⁵ Deste modo, dá a entender que, havendo construção, não há como haver apenas mediação. Lorent, por sua vez, os colocou na posição de facilitadores dos processos, numa perspectiva maioritariamente relacionada com dar aos demais agentes as ferramentas necessárias para desenvolver a intervenção.³⁶⁶ O *TransLAB.URB* normalmente adota a postura de *orquestrar* e *mediar*. Como explicou Brawl, fazer exclusivamente uma mediação só funciona quando já existe uma organização e um conhecimento de como se dá um momento a ser mediado, o que, diante do fato que muitas vezes as pessoas não estão habituadas a participarem ativamente, pode não ser suficiente. Assim, procuram mais orquestrar, ou seja, a partir dos conhecimentos já existentes dos agentes locais, coadunar o processo.³⁶⁷ Di Eugenio, por sua vez, mencionou que normalmente assumem o papel de mediadores, procurando, para que isto fique claro para os demais agentes, sempre chegar ao local já com uma postura de ouvir ao invés de levar soluções prontas. Afirmou, contudo, que há casos em que algum dos participantes, mais falante e simpático, assume este papel de mediador, de modo

362 Jorg De Vriese, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021. Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

363 Para mais informações acerca da ação, acessar: “Mediating [Infra] Structures,” City3, <http://city3.be/?load=projects/mediating-infra-structures>

364 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

365 Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

366 Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

367 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022.

Figura 54:
Cozinha Comunitária das Terras da Costa,
ateliermob e Warehouse, 2014
Fernando Guerra, 2014, “Cozinha Comunitária
das Terras da Costa”, <https://ateliermob.com/projects/cozinha-comunitaria-terras-da-costa> (modificada pela autora)



que eles vão mais repassando tarefas enquanto a pessoa vai organizando o processo e articulando os demais agentes.³⁶⁸ O termo *mediação* surgiu ainda na conversa com Mergulhão, que mencionou que utilizam muito tanto o termo *mediador* quanto *facilitador*. Tal postura parte sobretudo do entendimento de que o papel deles não é o de trazer soluções, mas sim identificar o que recebem do contexto e seus agentes e “traduzir em novas possibilidades.” Para consolidar tais papéis, relata ser necessário uma constante negociação com os demais agentes e deixar claro qual o escopo de atuação do coletivo.³⁶⁹

“Cada ator aquele processo ele vai ter uma responsabilidade. A gente vai ter uma responsabilidade, os moradores vão ter uma responsabilidade, a prefeitura vai ter uma responsabilidade. E as intervenções espaciais que a gente faz elas estão no limite da nossa responsabilidade, então se tem outras coisas como, por exemplo, botar iluminação, resolver uma calçada, alguma coisa nesse sentido, a gente tenta criar espaços de diálogo com a prefeitura para poder enviar essas recomendações.”³⁷⁰

Na mesma linha de pensamento, Catarino manifestou que estão “todos [os agentes] sentados na mesma mesa,” contudo cada um tem a sua tarefa, de modo que considera que integrantes do coletivo não estão ali simplesmente como mais um cidadão, mas como “mais um cidadão com um papel específico.” Isto porque, enquanto cidadãos, também possuem as próprias perspectivas críticas sobre a realidade, mas ao mesmo tempo possuem um conhecimento técnico que é diferente do conhecimento dos demais agentes. Assim, cabe-lhes o papel de sinalizar se “aquilo que está a resultar da discussão é um disparate do ponto de vista técnico,” de dar opiniões e de trazer para a discussão propostas de soluções. Através de uma experiência do *Trabalhar com os 99%* que foi relatada, fica claro ainda que os limites das tarefas pelas quais cada um dos agentes é responsável não são completamente rígidos. Resgatando o que havia sido mencionado por Mergulhão, o fornecimento de algumas infraestruturas é responsabilidade do poder público, de modo que, diante deste entendimento, Catarino relatou que ficaram um pouco confusos ao ouvirem de um morador de Terras da Costa³⁷¹ que gostaria que o coletivo colaborasse com a resolução da falta de acesso à água canalizada.³⁷²

“Aquilo foi um bocadinho confuso. O que que a gente pode fazer enquanto arquitetos? No meio de conversas percebemos, através de uma moradora, Ana Vitória, que é um hábito do bairro fazer refeições coletivas, juntarem-se, fazerem um assado, fazerem uma cachupada, enfim, então pensamos na ideia de uma cozinha [figura 54]. A cozinha precisa

368 Monica Di Eugenio, conversa presencial com a autora, 26 de outubro de 2021.

369 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

370 Idem.

371 Para saber mais sobre o projeto, consultar uma das seguintes fontes: ateliermob/*Trabalhar com os 99%* e Colectivo Warehouse, *Terras da Costa* (Lisboa: Livraria Tigre de Papel, 2022). “Cozinha Comunitária Terras da Costa,” Projectos, ateliermob/*Trabalhar com os 99%*, <https://ateliermob.com/projects/cozinha-comunitaria-terras-da-costa> “Cozinha Comunitária Terras da Costa [Almada],” Projectos, Colectivo Warehouse, <http://warehouse.pt/projectos/cozinha-comunitaria-das-terras-da-costa-almada/?lang=pt-pt>

372 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

Figura 55:
Rota com ovelhas no PeriFeria Festival,
City3, 2017
Paul Smith, 2017, "PeriFeria - D/J8 -
Dilbeek >Breicabine", [https://facebook.com/
PeriFeriaFestival/photos/714134715443052](https://facebook.com/PeriFeriaFestival/photos/714134715443052)
(modificada pela autora)



de água, logo era uma desculpa para se poder levar água, é o objeto que nos permite arranjar a desculpa para pôr a Câmara a levar água. É um projeto também muito específico, porque na altura o município comprou a ideia, se o município não tivesse comprado a ideia, aquele objeto não existia, porque o município é que fez a ligação da água.”³⁷³

Deste modo, e tendo por base o entendimento da teoria dos *problemas perversos* de Rittel e Webber,³⁷⁴ fica claro como a delimitação de um problema de planeamento molda a sua solução. O problema do abastecimento de água, que num primeiro momento parecia nada ter a ver com arquitetura, pôde ser solucionado através deste âmbito. Claro que tal solução, como a própria Catarino esclareceu, não poderia ser consumada sem a colaboração do município, bem como é evidente que os problemas que fazem com que o acesso à água não seja uma realidade global ficam por resolver. Todavia, o coletivo deixa a lição de que a arquitetura também pode ser utilizada enquanto ferramenta para outros fins que não responder a problemas mais concretamente arquitetónicos.

Em contraponto com a experiência de Terras da Costa, que teve apoio da Câmara, Catarino relata uma situação em que um projeto não foi para a frente porque a proposta não foi aprovada pela gestão pública.³⁷⁵ Para não correrem este risco, Mergulhão e Brawl compartilharam que os respectivos coletivos que são membros não costumam pedir autorização para implantar intervenções no espaço público e que, de um modo geral, não enfrentam problemas por conta disto. O *City3*, por sua vez, faz questão de que pelo menos o mínimo seja pré-conversado com as autoridades para que não haja problemas, mas De Vriese relata que também é preciso ser criativo quanto a isto. Para conseguirem cruzar uma importante via de trânsito com ovelhas (figura 55), por exemplo, foram pedindo autorizações para a polícia de cada municipalidade onde a rota passava, explicando que fariam um projeto no município seguinte e que precisariam passar umas ovelhas por ali, possivelmente atrapalhando um pouco o trânsito. Desta forma, conseguiram autorizações para cada parte do trajeto que, provavelmente se fosse apresentado em sua totalidade, não seria aprovado. Uma outra estratégia relatada foi a de argumentar bem, mostrando as vantagens que aquela proposta pode trazer. Com este mesmo exemplo, contou que poderia ser explicado que o objetivo era conscientizar acerca da relevância da agricultura desenvolvida nas periferias de Bruxelas. Ademais, destacaria a relação desta com a cidade e com a sua urbanização através da sinalização de ruas cujo nome tinha a ver com a passagem de ovelhas para a produção de lã outrora crucial no comércio da cidade, ação que ajudaria a trazer visibilidade para a agricultura local.³⁷⁶

Quanto ao fim dos processos, por sua vez, Catarino relatou não serem sempre visíveis de antemão, “é um projeto que tu comesças e não sabes quando é que acaba, vai tendo momentos, muitos destes bairros nós já trabalhamos neles há muitos anos [...], na verdade é um grande projeto

373 Idem.

374 Rittel e Webber, “Dilemmas in a General Theory of Planning,” 155-169.

375 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

376 Jorg De Vriese, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

que vai tendo etapas, vai tendo momentos diferentes.³⁷⁷ Isto reitera a linha tênue entre o efêmero e o permanente apresentada no capítulo anterior, sendo, por vezes, um processo de longa escala temporal formado por uma série de projetos de curta escala.³⁷⁸ Neste sentido, vale a pena sublinhar a diferença entre processos e projeto, aspecto que parece cruzar com a questão da escala temporal da atuação dos coletivos de arquitetura. Como afirmou Brawl:

“O *TransLAB.URB* não faz projeto, faz processos. Pode ter vários mini projetos ao longo de um processo, porque é no processo que as pessoas aprendem [...], é muito difícil mudar algo com um projeto [...]. [A gente tenta] trabalhar com a perspectiva de médio prazo, porque o imediatismo é uma coisa que, principalmente no urbano, não cabe, porque a cidade é viva, mas ela é um órgão meio gelatinoso, ele não é veloz.”³⁷⁹

Dando seguimento a esta questão, argumentou que a ideia de processo está muito relacionada com a questão da experiência dos participantes não ser algo tão pontual, sendo também que esta abordagem repercute depois na manutenção dos resultados: “praça que acorda [construída] do dia para a noite ninguém se sente parte, a própria comunidade já vandaliza, e onde tem processo a galera não deixa vandalizar.”³⁸⁰ Esta questão foi trazida também pelo *Warehouse* que, junto com o *Massapé*, sublinham ainda a necessidade de conscientizar e ajudar a fazer com que os agentes locais se organizem numa dinâmica de cogestão. Ainda na perspectiva de efetuar um encerramento da participação do coletivo no processo ali desenvolvido, Lorent mencionou que acabam sempre com uma festa, com comida e música, destacando inclusive que “maybe the secret of participation is food, party or music.”³⁸¹ Este momento, que Hubmann chamou de “*ativação da intervenção*”, foi apresentada também como uma etapa fundamental da atuação do *construILab*, dando exemplos de como ela pode ser feita para além da realização de festas e sinalizando que isto também compõe parte da prática do grupo.³⁸²

“Nós não dizemos só ‘pronto, está construído, vamos embora’, não, tem sempre que ter também ações de ativação, de viver esta construção ou este espaço. Nós muitas vezes também dormimos e vivemos e cozinhamos lá, como uma forma de ativar esta construção. E, por isso, dentro de uma construção um pouco temporária e experimental, há também muito lugar para outras pessoas, para workshops sobre temas completamente diferentes: gráfica, cozinha, jardinagem... pode acontecer tudo lá dentro, não é só a construção, mas são também outras coisas.”³⁸³

377 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

378 Axinte e Borcan, “In Action,” 292-297.

379 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022.

380 Idem.

381 Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

382 Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

383 Idem.

Assim, tendo sido analisadas dinâmicas que vão desde a encomenda ou autoproposta ter sido efetuada até o momento de finalização dos processos desenvolvidos pelos coletivos, fica claro que cada fase do trabalho é encarada com seriedade e atenção. Simultaneamente, é deixado espaço para a adaptação a partir da participação de múltiplos agentes. Isto, por sua vez, deve ser feito com uma profundidade que vai além de ouvir quem se sente mais confortável para se manifestar, o que passa por entender o que molda os primeiros imputes colocados na mesa. Este quadro só não é encontrado na prática do *City3*, no qual a participação se dá majoritariamente através do estímulo a um debate coletivo e do despertar de inquietações acerca da construção da cidade. De um modo ou de outro, os integrantes dos coletivos parecem se colocar num papel de, a partir dos conhecimentos e dinâmicas preexistentes no local, colaborar enquanto mediador, orquestrador ou facilitador com esta construção coletiva, que, por sua vez, depois passa a estar nas mãos dos demais agentes quando o grupo sai dos processos.

financiamento

Ao longo das conversas foram citadas diversas fontes de financiamentos, dentre as quais se destacam instituições públicas, organizações sociais ou culturais e o poder público, bem como todos os coletivos afirmaram que o financiamento varia de trabalho a trabalho.³⁸⁴ Para além destes aspectos comuns, a maioria dos coletivos lida com a questão monetária de formas distintas, havendo, entretanto, uma série de características compartilhadas por mais de um grupo.

Do ponto de vista do sustento dos integrantes, quanto ao *Massapé*, Mergulhão contou que começaram pagando para trabalhar, visto que atuavam a partir da vontade de explorar outras valências da prática arquitetônica e de ajudar populações em situação de vulnerabilidade social, mas sem terem por trás qualquer tipo de financiamento. Contudo, nos dias de hoje já conseguem se sustentar exclusivamente através do trabalho no coletivo, havendo integrantes que possuem trabalhos paralelos, mas por uma questão de opção individual.³⁸⁵ Lorent, também afirmou que a atuação que desenvolvem no *O.S.T. + Studio Public* é a carreira profissional dos integrantes, mas que, da mesma forma, nem sempre foi assim. Quando começaram a atuar, por vezes continuavam um processo mesmo após o dinheiro para o mesmo ter esgotado, bem como muitas vezes trabalhavam com uma remuneração que hoje entendem como insuficiente. De um modo geral, atualmente procuram aceitar apenas os trabalhos com uma remuneração justa, mas ainda, ou por acreditarem muito na causa ou por estarem precisando do dinheiro, por vezes aceitam trabalhos com uma

384 Monica Di Eugenio, conversa presencial com a autora, 26 de outubro de 2021. Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021. Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021. Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021. Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022. Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021. Jorg De Vriese, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

385 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

Figuras 55 e 57:
Carpintaria compartilhada (superior) e
sala de entrada (inferior) do Ateliers de
Penha, Warehouse, Lisboa

Warehouse, 2019, "Ateliers da Penha",
<http://warehouse.pt/projectos/ateliers-da-penha/?lang=pt-pt> (modificadas pela autora)



remuneração muito reduzida. Todavia, relata que já possuem uma maior maturidade para saber identificar o que é possível fazer dentro do orçamento disponível.³⁸⁶

Numa mesma linha de argumentação, Hubmann e Catarino deixaram claro que o fato daquilo ser o meio de sustento dos integrantes molda a atuação realizada, afastando-a de uma lógica ativista e a aproximando de uma lógica de prestação de serviço. Apesar de não atuarem em consonância com uma hierarquia em que o conhecimento técnico tem mais valor do que conhecimentos empíricos, estão ali para colaborar com a identificação e resolução de problemas através do saber profissional que detêm.³⁸⁷ Ainda no mesmo sentido, Di Eugenio mencionou que o espaço compartilhado que montaram para trabalhar (o Atelier da Penha, figuras 56 e 57), apesar de estar de acordo com as intenções do coletivo ao permitir um constante intercâmbio de conhecimentos entre diferentes agentes, surgiu como um modo de viabilizar economicamente o estabelecimento de um espaço físico em Lisboa.³⁸⁸

De Vriese, por sua vez, se posicionou no sentido contrário. Enquanto o trajeto dos demais grupos vai num sentido de tornar viável o sustento através do exercício profissional do coletivo, este disse que a ideia inicial era esta, mas que acabaram optando por manter a atuação do grupo como uma ocupação profissional secundária. Assim, conseguem levar uma vida com maior conforto financeiro ao mesmo tempo que têm mais liberdade para determinar que estudos/intervenções serão desenvolvidos na atuação do coletivo.³⁸⁹

“I don’t think you can live from doing these projects. It’s something that you can do for a certain time in your life, but then you have to come up with other solutions before you become an organization that really does projects for people who commission projects [...]. The only way that they [other collectives as *constructLab*] can continue working is there’s always young people coming in to work for not too much money [...], because you never have this solid income to do this as you would have when you do a more standardized job. [...] most people that I know [who used to work in collectives] go more towards at some point and doing more solid jobs. And then you can still do things aside in a completely independent way, which is a bit what we are doing now. [...] we just use the money we get for the project, that’s also a way of just continuing doing these things.”³⁹⁰

386 Benoit Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

387 Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021. Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

388 Monica Di Eugenio, conversa presencial com a autora, 26 de outubro de 2021.

389 Jorg De Vriese, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

390 Idem.

Assim, De Vriese sugere haver uma incompatibilidade entre terem como ocupação profissional central a prática nestes moldes de atuação coletiva e terem uma vida financeira confortável e estável, a menos que trabalhassem quase que exclusivamente a partir da resposta a encomendas, contudo, correndo então o risco de acabar por exercer arquitetura numa dinâmica que se aproxima das de uma prática convencional. Neste sentido, contou ainda que na Bélgica há a possibilidade de pequenas organizações se candidatarem para um financiamento que tem como alvo as organizações em si e não projetos específicos, garantindo um subsídio pelo período de dois ou três anos, contudo, sendo necessário justificar o uso da verba com as atividades realizadas. Assim, consideram que tal possibilidade também acaba por limitar a flexibilidade e criatividade do trabalho, para além da candidatura envolver um processo longo e burocrático, o que para o *City3* não consideravam fazer sentido. O mesmo é relatado por Lorent, que compartilhou que no *O.S.T.+ Studio Public* preferem manter certa liberdade, buscando financiamento de projeto a projeto.³⁹¹

Estas preocupações foram manifestadas também pelo *TransLAB.URB*, que, como já apresentado, utiliza a estratégia de mesclar uma prática mais independente, por vezes financiada pelos próprios integrantes, com projetos de financiamento externo que garantam o sustento dos membros. Brawl falou ainda da importância de, quando se trabalha com orçamentos menores, deixar isto claro desde o princípio para os agentes locais não criarem expectativas muito defasadas do que será concretamente possível fazer com a verba disponível. Ademais, chamou atenção para o risco de ficar refém do programa aprovado pelos financiadores, relatando que, como a participação e o urbanismo tático estão se popularizando, por vezes grandes empresas os adotam como estratégia de marketing, sem estarem realmente interessados em disponibilizar fundos para melhorias mais profundas do local. Contudo, admite que, por vezes, para conseguir concretizar trabalhos maiores, é preciso saber driblar esta questão, dando como exemplo o que alguns coletivos no México têm feito para tal. Com o dinheiro de grandes e controversas empresas, têm feito muito projeto bom por lá. A estratégia passa por “pegar um orçamento super caro de mercado, aprovar, mas chegar na hora e fazer com um mais barato ou fazer até com mutirão,” utilizando o restante do dinheiro que seria destinado para fazer apenas uma pintura, por exemplo, em “um monte de outras coisas permanentes.”³⁹²

“Tem lugar que nunca teve quadra poliesportiva e passa a ter, e o projeto original era a pintura. Eles constroem a quadra e pintam depois. Ou seja, tem gente que tá conseguindo fazer isso. Tem que usar e não ser usado.”³⁹³

Esta questão de saber gerir para não se tornar refém das intenções de quem provê a verba para a realização do trabalho, entretanto, não é uma questão transversal a todos os coletivos com quem se conversou. Mergulhão, por exemplo, afirmou que, com exceção dos projetos que realizam com fundos da *Bernard van Leer*, que são voltados especificamente para a primeira infância, a maior

391 Idem. Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

392 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022.

393 Idem.

Figura 58:
Rota da madeira:
Construir Juntos, EXYZT, 2012
EXYZT, 2012, “Construir Juntos”, <https://constructlab.net/projects/construir-juntos/> (modificada pela autora)

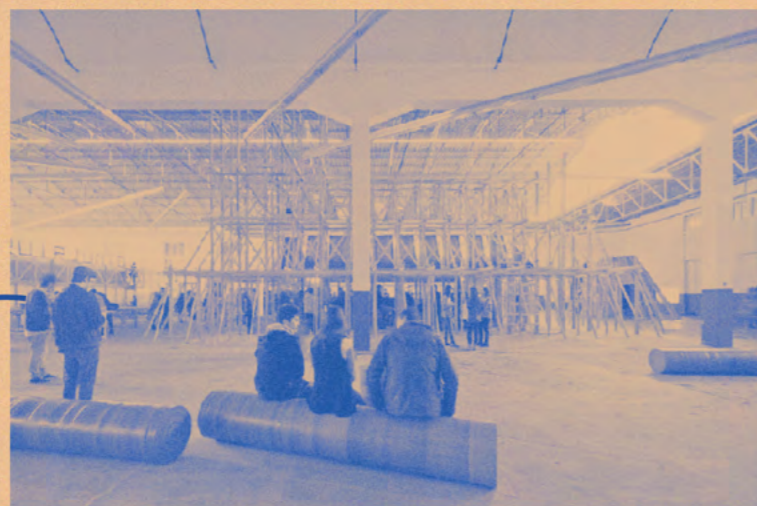


Figura 59:
Rota da madeira:
Casa do Vapor, EXYZT, 2013
EXYZT, 2013, “Casa do Vapor”, <https://constructlab.net/projects/casa-do-vapor/> (modificada pela autora)



Figura 60:
Rota da madeira: Cozinha Comunitária das Terras da Costa, ateliermob e Warehouse, 2014
Fernando Guerra, 2014, “Cozinha Comunitária das Terras da Costa”, <https://ateliermob.com/projects/cozinha-comunitaria-terras-da-costa> (modificada pela autora)

parte dos financiadores, quase sempre também os responsáveis pelas encomendas, não traçam grandes restrições para os processos. Esclareceu ainda que entendem que nem sempre o local onde vão desenvolver um processo com fundos da *Bernard van Leer*, ou quando o foco é a melhoria do espaço público – que declarou como o escopo de atuação do coletivo –, vai ter como demanda mais urgente um projeto voltado para a primeira infância ou para o espaço público, mas que consideram também que uma necessidade não anula a outra.³⁹⁴

“Se você for colocar numa ordem de classificação, sim, vai ser mais urgente você ter água em casa, você ter uma casa adequada, do que você ter um espaço público qualificado. Mas eu acho que nesse processo de entendimento de qual é o nosso papel, o que a gente está fazendo ali, o que está sendo construído, de qual contexto que isso vem, o que está por trás de tudo isso, as pessoas vão sendo imersas nesse processo, conseguindo distinguir realmente que não é porque não ter água que não vai fazer um projeto para o espaço público, porque são coisas que estão em instâncias diferentes.”³⁹⁵

Neste âmbito, Hubmann expressou que o *constructLab* é financiado por fundos de origem muito diversas: “centros culturais, museus, municipalidades ou capitais europeias da cultura ou coisas assim.” Contudo, grande parte dos projetos fora da Europa são subsidiados pelo *Goethe Institut*, cuja missão é levar artistas alemães para todo o mundo, mas sempre incluindo também artistas locais ou de outras partes do globo para que haja uma “situação de contaminação, de troca.” Assim, apresentam premissas muito compatíveis com a proposta do coletivo, compatibilidade que pode ser procurada enquanto estratégia para que restrições impostas pelo financiador não sejam um problema.³⁹⁶

Catarino mencionou um exemplo que deixa claro o quanto o trabalho em rede dos coletivos também pode ser um apoio fundamental na concretização de projetos. Este caso específico se trata do projeto de Terras da Costa, cujas primeiras madeiras para a sua construção foram doadas pelo coletivo *EXYZT* após a desmontagem da obra *Casa do Vapor*,³⁹⁷ madeiras estas que haviam sido ainda anteriormente utilizadas no projeto *Construir Juntos*,³⁹⁸ realizado no âmbito da Capital Europeia da Cultura de Guimarães pelo mesmo coletivo (figuras 58, 59 e 60). Todavia, de um modo geral, o *Trabalhar com os 99%* precisa também contar bastante com fundos provenientes de outras organizações ou instituições. Ademais, Catarino mencionou, assim como Brawl, uma tentativa de esvaziamento da participação a partir do momento em que essa vai ganhando espaço na mídia e, sobretudo, na política, o que repercute também nas intenções de alguns dos agentes

394 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

395 Idem.

396 Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

397 Para saber mais, consultar: “Casa do Vapor,” Projects, constructLab, <https://constructlab.net/projects/casa-do-vapor/>

398 Para saber mais, consultar: “Construir Juntos,” Projects, constructLab, <https://constructlab.net/projects/construir-juntos/>

que financiam os trabalhos dos coletivos.³⁹⁹

“A participação é um termo que entra como a sustentabilidade, que entra no discurso político assim de forma alarve, e que há uma tentativa, que parece-me bastante óbvia, de o esvaziar de conteúdo político [...]. Nós costumamos brincar aqui em Lisboa um bocadinho com esta coisa do BIP/ZIP,⁴⁰⁰ que é: dão-nos dinheiro para fazer uns canteiros bonitos, mas depois, quando chega ao *big money* do urbanismo, já não há processo participado para ninguém [...]. Portanto aí, o melhor que tu podes fazer, eu acho, é: ou não aceitas de todo porque achas que estás a ser usado ou, se achas que tem espaço de manobra, jogas-te no trabalho e tentas organizar com os moradores uma espécie de força, de lhes dar ânimo e energia com o objetivo de depois não pararem para além daquele projeto.”⁴⁰¹

Mencionou ainda uma outra questão que também é trazida na conversa com Brawl, acerca da dificuldade de fazer com que os agentes financiadores entendam que processos participativos demandam tempo.⁴⁰² Nesta esfera, acerca de uma limitação de escala temporal imposta pela questão econômica, Di Eugenio manifestou que esta também se dá, e é necessário que se dê, a partir de uma análise por parte do coletivo de, diante de determinado orçamento, por quando tempo é possível desenvolver o processo sem que os seus integrantes passem a realizar um trabalho sub ou não remunerado.⁴⁰³ Num outro âmbito, mas ainda em uma questão de mesma natureza, Mergulhão relatou que, por mais que procurem utilizar os materiais mais duráveis quanto possível, usualmente um orçamento destinado tendo em vista uma intervenção efémera não permite desenvolver intervenções espaciais perenes.⁴⁰⁴

De Vriese, apesar de concordar ao dizer que para as intervenções durarem era preciso de uma outra estrutura, afirmou não ver problema nesta curta duração e que, inclusive por opção, costumam trabalhar a partir desta esfera de realização de eventos. Visto que o objetivo central do coletivo diz respeito a chamar atenção e estimular o debate acerca de aspectos específicos na construção da cidade, a ação eventual funciona até por chamar atenção devido ao fato de ser uma alteração pontual na ordem cotidiana. Entretanto, mesmo diante da prática em curta escala temporal, relatou que nem todas as ideias de ação que desenvolvem são concretizadas devido à falta de financiamento. O desafio se coloca principalmente por, ao exercitarem uma prática que extrapola os limites convencionais da arquitetura, seus projetos não serem considerados suficientemente

399 ateliermob, *Trabalhar com os 99%* e *Colectivo Warehouse*, *Terras da Costa*, 19. Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

400 Programa de desenvolvimento local para bairros ou zonas de intervenção prioritária em Lisboa. Para saber mais, acessar: “10 pontos BIP/ZIP,” BIP/ZIP Lisboa, acessado em 26 de setembro de 2022, <https://bipzip.lisboa.pt/conhece-os-bipzip/dez-pontos-bipzip/index.htm>

401 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

402 Idem. Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022.

403 Monica Di Eugenio, conversa presencial com a autora, 26 de outubro de 2021.

404 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

arquitetônicos para fundos voltados para a disciplina, nem suficientemente artísticos para fundos culturais, nos quais relatou que as avaliações são feitas sobretudo do ponto de vista artístico.⁴⁰⁵ O mesmo foi trazido na conversa com Brawl, que ainda acrescentou que também dificilmente conseguem ser abrangidos por subsídios de pesquisa sendo que a investigação que realizam se dá muito mais na prática do que através de um desenvolvimento teórico, o que não é muito bem recebido academicamente. Ademais, comentou que ainda não há um mercado muito bem estabelecido para este gênero de prática, contudo, vão tentando junto com seus coletivos parceiros ir se apoiando nesta conquista de espaço, muitas vezes levando como referência um financiamento conseguido por um outro coletivo na negociação para tentarem subsidiar seus próprios processos.⁴⁰⁶

Assim, mais uma vez é sublinhada a relevância do âmbito do financiamento para perceber se é possível de fato, como sugerido por Sorkin, desenvolver uma prática arquitetônica sem capitalismo, mesmo apesar deste.⁴⁰⁷ Pelas conversas realizadas, fica claro que não há um único caminho nesta direção, bem como parece impossível se desprender completamente das lógicas e fluxos neoliberais.

como se entendem os resultados destas formas de práticas espaciais

Antes de mais, é preciso deixar claro que os resultados dos processos dos coletivos com quem se conversou nem sempre se tratam da construção física no espaço e, quando se tratam, como será visto a seguir, geralmente não se resume a isto. No caso do *constructLab*, mesmo que o nome e as principais premissas orientadoras do grupo estejam relacionados com o ato de construir, como já foi apresentado, foi relatada a existência de processos que não envolviam a construção. Além disto, Hubmann contou que, mesmo quando há construção, os resultados não se resumem a esta, sendo inclusive os outros resultados que se prolongam no tempo. Aponta então alguns exemplos onde isto se observa, somando-se a outro no qual a construção, feita para ser temporária, permaneceu.⁴⁰⁸

“A maior parte das coisas que fazemos são temporárias e, por isto, desaparecem e o que fica são as relações entre as pessoas. Isso é, por exemplo, esta associação portuguesa que está em Almada, que se chama *EDA, Ensaios e Diálogos Associação* [...], eles são pessoas que se encontraram num projeto nosso, na *Cova do Vapor*, 2013, acharam interessante e estimulante fazer este projeto, juntaram-se e continuam a fazer projetos [...]. Obviamente isso não acontece todas as vezes, nem é necessário. Muitas vezes simplesmente desaparece, não fica nada, isso é parte dos projetos temporários, mas às vezes há a surpresa. Tem também um projeto que fiz, acho que em 2007, em Madrid, que ainda está lá. Não está lá

405 Jorg De Vriese, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

406 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022.

407 Sorkin, “Architecture without capitalism,” 217.

408 Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

Figura 61:
Palácio Marquês de Abrantes, Trabalhar
com os 99%, 2018, Lisboa
Francisco Nogueira, 2018, “Palácio
Marquês de Abrantes”, <https://ateliermob.com/projects/276-reabilitacao-do-palacio-marques-de-abrantes>
(modificada pela autora)



nada das coisas que nós construímos, mas ainda existe o lugar lá. É um jardim comunitário, super vivo, muita participação, constroem muitas coisas, plantam muitas coisas, mas não está nada das coisas que nós fizemos. É o que é importante, não é a construção, mas as relações entre as pessoas.”⁴⁰⁹

Quanto ao *TransLAB.URB*, foram citados objetivos não-materiais da prática que se aplicam mesmo quando há alguma intervenção física no espaço, dentre as quais a criação de redes entre os agentes envolvidos nos processos, o estímulo a uma mobilização cidadã e trocas de conhecimentos que permitam agentes urbanos participarem mais ativamente na construção da cidade. Por exemplo, dando a entender como funcionam alguns processos burocráticos, a que órgão recorrer em cada situação e engendrando o entendimento de que participar nesta construção é um direito da população. Neste contexto, Brawl apresentou um conceito que adotam, o do *projeto míope*, em que, como uma pessoa míope, o que se enxerga de longe não é todo o quadro, ou seja, os processos se desenvolvem e alcançam resultados para além da esfera visível.⁴¹⁰ Catarino, sobre o *Trabalhar com os 99%*, deu alguns exemplos em que os processos não têm nada de construção, dentre os quais, um caso em que apenas fizeram a intermediação para que o local onde o trabalho se desenvolveu passasse a ter acesso à eletricidade e outro em que o processo culminou em uma proposta especulativa de plano urbano para toda a zona. Diante disso, relatou que não é por não haver construção que não se trata de arquitetura, ilustrando através de um processo recentemente desenvolvido.⁴¹¹

“[...] este trabalho [no Palácio Marquês de Abrantes, figura 61] que nós temos protocolado com a Câmara pressupõe que no final sim, vai haver um projeto para o Palácio, um projeto no sentido de arquitetura, o que que pode abarcar aqui dentro. Mas, até lá, nós temos que fazer todo um processo, e esse processo não tem momentos construtivos, tem momentos de programação, de exposição, debate, mas tudo isso não deixa de ser arquitetura no sentido que tu estás continuamente a pensar o espaço, a pensar com os moradores e, a partir das suas ferramentas e do teu olhar, que tu depois vais e faz essa construção. E depois pode ou não ser construída [...]. Portanto, sim, pode não existir sequer construção nesta equação.”⁴¹²

Enquanto isto, o *O.S.T. + Studio Public*, pelas razões já apontadas anteriormente, atualmente preferem evitar encomendas que descrevem como de arquitetura, trabalhando mais a partir da fotografia. Contudo, por mais que os métodos não envolvam tanto ferramentas e conhecimentos específicos da disciplina, foi relatado que procuram que estes registros colaborem, por exemplo, com a construção de redes entre os agentes envolvidos, a criação de consciência sobre o território

409 Idem.

410 *TransLAB.URB*, “Metodologias.” Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022.

411 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

412 Idem.

em que vivem, sobre como viver em comunidade, conceber documentos sobre a cidade produzidos pela própria população, bem como dar ferramentas para que as pessoas possam se expressar, intenções bastantes similares às mencionadas pelos coletivos que afirmam trabalhar mais no âmbito da arquitetura e do urbanismo.⁴¹³ O *City3*, por exemplo, formado unicamente por pessoas com *background* na área de urbanismo, trabalha majoritariamente no âmbito dos eventos, quase sempre sem que envolva construção ou projeto. Assim, o tempo de duração das ações em si é, por princípio, curto, intencionando a longo prazo justamente a colaboração com a construção urbana a partir do estímulo a novos debates e do levantamento de questões relacionadas com o exercício da própria arquitetura e com os modos de se viver e de se fazer cidade.⁴¹⁴

Na conversa com o *Massapé* e o *Warehouse*, por sua vez, foi relatado que quase sempre as encomendas envolvem a construção física devido ao âmbito de atuação do coletivo, porém procuram que esta não se resuma a isto e que os processos que desenvolvem engendrem também outros resultados. Neste segmento, Di Eugenio apontou o intuito de fomentar uma cidadania ativa, bem como expandir a percepção dos agentes envolvidos nos processos acerca das possibilidades de apropriação dos espaços. Mergulhão destacou sobretudo a intenção de colaborar com o estabelecimento de uma mobilização da população, mencionando que às vezes é triste voltar ao local e perceber que isto não aconteceu, o que identifica que, quando ocorre, é principalmente pelo fato da intervenção temporária gerar uma expectativa de mudança permanente que é frustrada ao não se concretizar. Quase sempre, entretanto, isto é ultrapassado pelos próprios agentes ao permanecerem articulados em prol da manutenção e expansão da intervenção.⁴¹⁵

“[...] é sempre muito positivo ver o como as pessoas permanecem articuladas e permanecem interessadas em dar continuidade a essa gestão do espaço. ‘Ah, eu procurei fulaninho, eu fiz num sei o que, ajeitei ali...’, com o recurso que tem, óbvio, né? ‘Botei um pneu, botei uma caixa de tinta, botei sei lá o que’. Isso também deixa a gente feliz, porque na verdade o maior objetivo dos processos é esse, provocar isso nas pessoas, e que elas consigam manter isso no tempo.”⁴¹⁶

Acerca desta última questão, Mergulhão relatou que, embora ações de urbanismo tático pressuponham, após este período de teste, uma resposta permanente, isto até agora nunca aconteceu, mas que também não costumam trabalhar com encomendas do poder público, que normalmente deveria ser o agente responsável por esta segunda parte do processo. Apontou, contudo, que já presenciou ações de urbanismo tático realizadas por órgãos do próprio governo e que também estagnaram no teste, mas que julga que isto se trata de uma falta de entendimento por

413 Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

414 Jorg De Vriese, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

415 Monica Di Eugenio, conversa presencial com a autora, 26 de outubro de 2021. Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

416 Marina Mergulhão, conversa via Google Meet com a autora, 9 de junho de 2021.

parte dos mesmos de “achar que ele [o urbanismo tático] é a solução final,” enquanto na realidade é processo.⁴¹⁷ O mesmo foi relatado por Brawl, que acrescentou que o urbanismo tático pode também ser utilizado em casos nos quais é necessário dar uma resposta emergencial, mas concorda ao afirmar que, depois deste período, deveriam ser acompanhadas por um obra permanente caso o funcionamento da mudança fosse atestado, o que só viu ocorrer em grandes cidades europeias.⁴¹⁸

Esta falta de colaboração por parte do poder público foi ainda mencionada por Catarino, que apresentou um caso em que ficou acordado que uma parcela do projeto deveria ser construída pela Junta de Freguesia, porém esta nunca a fez.⁴¹⁹ Mesmo quando não se trata do poder público, este parece ser um risco frequente. Como já apresentado, por vezes, a intervenção temporária é apenas uma tentativa de fazer com que a transformação perene que virá a seguir pareça positiva e em diálogo com os agentes locais. Neste âmbito, Rúben Teodoro, do *Warehouse*, assim como Brawl, expôs haver uma atenção do coletivo face às intenções por detrás de cada encomenda, de modo a não acabar por cair neste gênero de dinâmica.⁴²⁰ Esta questão foi ainda trazida à conversa por De Vriese, que encara o saber lidar com este tipo de situação como parte do escopo de atuação dos coletivos, não sendo necessariamente mal que haja esta tentativa de instrumentalização. Pelo menos, defende, se abre espaço para novas abordagens que, por sua vez, podem acabar por convencer que as coisas sigam por outro rumo.⁴²¹

“What you also see happening is that, this kind of creative projects, temporary projects, temporary constructions, is becoming more and more an instrument in public urban planning, which is not necessarily a bad idea, it’s actually the opposite, I think. [...] I would still prefer that approach than not doing anything. And I think it’s also the job of the people involved in these projects because it’s often collectives that allow to do these projects or organizations. I think it’s also their job to deal with that in a good way and to actually then convince your commissioner to do it differently or to bring in other perspectives as well. For me, personally, I think an architect should also work in that way, [...] it’s part of your job, as an architect, to try to change that scope in which you have to work and, for me, a good architect manages to do that.”⁴²²

417 Idem.

418 Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022.

419 Ana Catarino, conversa via Zoom com a autora, 29 de setembro de 2021.

420 Benoît Lorent, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021. Leonardo Brawl, conversa via Google Meet com a autora, 10 de agosto de 2022. Rúben Teodoro, conversa presencial com a autora e outros participantes, 6 de julho de 2022.

421 Jorg De Vriese, conversa presencial com a autora, 25 de novembro de 2021.

422 Idem.

Neste âmbito, considerando que intervenções efêmeras e perenes ocupam papéis diferentes na construção da cidade, Hubmann deu um exemplo em que ambas efetivaram sua função. Trata-se de um processo desenvolvido para o *Vienna Design Week* em que, a partir do desejo dos habitantes, fecharam uma rua ao trânsito e construíram um mobiliário urbano para a compor enquanto estivesse fechada. No último dia da intervenção, feita para ser de curta escala temporal, um agente do poder público responsável pelo trânsito passou no local para saber como a população reagiu, ouvindo um feedback positivo quanto a isto. Deste modo, Hubmann relatou que a intervenção feita foi desmontada, que por um tempo tudo voltou ao que era, mas que hoje em dia a rua recebeu uma segunda intervenção e que se encontra permanentemente pedonalizada.⁴²³

Claro que, como já foi visto, não é normalmente assim que acontece. Todavia e apesar dos múltiplos relatos de casos em que isto não ocorreu, os integrantes dos coletivos pareceram sempre otimistas por considerarem que, por mais que as intervenções no espaço sejam efêmeras ou instrumentalizadas, outras coisas permanecem que resultam do seu processo. É o caso, dentre tantos outros exemplos que poderiam ser pontuados, da mobilização cidadã, da criação de redes, da abertura de novas possibilidades de apropriação de espaços, do entendimento de que a participação na construção é um direito, bem como dos conhecimentos e ferramentas necessárias para tal. Assim, diferente do que é possível observar na prática convencional, na qual o foco geralmente reside sobre o objeto arquitetônico resultante em si,⁴²⁴ nas práticas dos coletivos estudados, o objeto – quando há objeto –, através do processo necessário para o desenvolver, parece assumir também um papel enquanto meio para construções sociais.

423 Patrick Hubmann, conversa via Google Meet com a autora, 4 de novembro de 2021.

424 Awan, Schneider e Till, *Spatial Agency*, introdução.



considerações
finais



Figura 62:
Banco em paragem de autocarro,
Colectivo ZÁS, 2022, Coimbra
Fotografia de Bernardo Rocha,
2022 (modificada pela autora)



Figura 64:
Caminhada Exploratória na Conchada,
Colectivo ZÁS, 2022, Coimbra
Fotografia da autora, 2022
(modificada pela autora)



Figura 63:
Workshop de Bancos,
Colectivo ZÁS, 2022, Coimbra
Fotografia de Beatriz Caon,
2022 (modificada pela autora)

Um grupo de estudantes e recém-formados de arquitetura, movidos pelo desejo de explorar outras formas de utilizar os conhecimentos, ferramentas e métodos da disciplina para além dos exercícios da prática convencional, pela vontade de colocar as mãos-na-massa para construir e por inquietações sobre como, através da prática arquitetônica, atuar em prol de uma justiça socioespacial. Decidiram se juntar e, após quase um ano de conversas e confabulações, efetivamente começaram a agir, sem saber muito bem o que sairia dali e sem seguir um modelo rígido de atuação, mas abertos às possibilidades. Na ação, descobriram que grande parte do trabalho diz respeito a estabelecer parcerias e angariar recursos. Fez-se então necessário adaptar as ideias ao que é possível concretizar, aspecto que limita consideravelmente o potencial de atuação. De todo modo, estão percebendo que, de pouquinho em pouquinho, é possível movimentar as coisas no sentido em que se almeja e que talvez grande parte do potencial da prática resida exatamente aí.

Este é um relato do que tem vindo a ser vivenciado pela autora no recém-nascido *Colectivo ZÁS*. O grupo ainda se encontra a dar os primeiros passos, de modo que a experiência não permite trazer muito mais do que as questões aqui relatadas. Até o momento da submissão da dissertação, só havia sido realizada uma ação de urbanismo tático, em que bancos autopropostos foram instalados em paragens de autocarro por Coimbra (figura 62); um workshop de construção em madeira (figura 63); e uma caminhada acompanhada de registros etnográficos realizados pelos participantes e que culminou num mapeamento coletivo de um local historicamente marginalizado na cidade (figura 64). Contudo, tudo o que foi vivenciado nesta breve experiência, até então, tem corroborado as conclusões alcançadas na presente investigação.

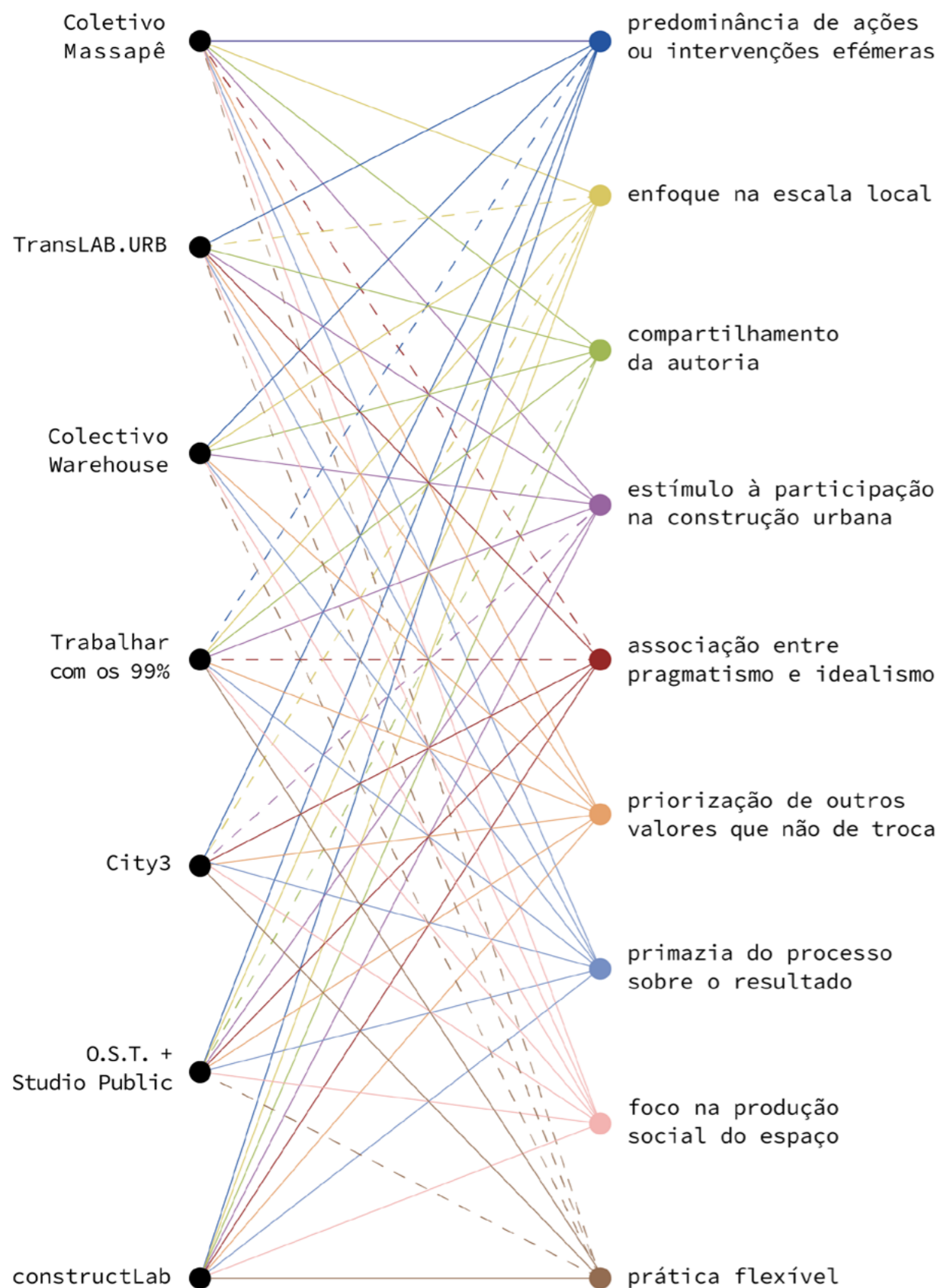


Figura 65: Verificação do tipo ideal a partir das características dos coletivos estudados
 Levantamento e imagem da autora, 2022

———— característica identificada na conversa — — — característica parcialmente identificada na conversa

Antes de mais, vale ressaltar que, diante de práticas que apresentam uma série de diferenças entre si, não é possível concluir este trabalho com afirmações transversais a qualquer coletivo de arquitetura. Cabe, desta forma, falar em questões recorrentes que ajudem a clarificar os contornos tênues do fenômeno, bem como responder se a atuação destes coletivos é efetivamente capaz de engendrar mudanças sociais e políticas. Para tal, a investigação propôs montar um tipo ideal⁴²⁵ formado pelas características apresentadas na figura 65, na qual é possível observar ainda uma sistematização de que características puderam ser identificadas na prática dos sete coletivos estudados. Confirma-se o tipo ideal proposto. Juntando-o ainda com as características apresentadas na introdução para delimitar o objeto de estudo, conclui-se que o termo *coletivos de arquitetura* abrange um amplo espectro de práticas arquitetônicas, sendo, contudo, possível sublinhar algumas características predominantes, resumidas a seguir:

Coletivos de arquitetura são grupos cuja prática tem o espaço como principal alvo de estudo/intervenção e é orientada principalmente por valores outros que não os de troca e consumo. São normalmente formados por pessoas que partilham críticas comuns à profissão e sua relação com o sistema político-econômico maior. Estas críticas se cristalizam em torno de uma vontade de trabalhar a produção social do espaço e do desejo de estimular uma participação cidadã na construção da cidade. Para tal, a prática é marcada por uma associação entre pragmatismo e idealismo, pelo compartilhamento da autoria entre os agentes envolvidos e pela primazia do processo sobre o resultado. Além disto e também devido às limitações financeiras que encaram, predominantemente realizam ações/intervenções efêmeras e concentradas na escala local. Ademais, os processos que desenvolvem apresentam muitas vezes um certo grau de flexibilidade para que se possam adaptar às variáveis do contexto e às vontades dos agentes envolvidos.

Quanto ao estímulo à participação cidadã na construção da cidade, foi observado que esta pode ser desenvolvida de formas diversas. Para além da participação direta de múltiplos agentes que normalmente é associada a tal fim, destacaram-se intervenções que visam transformar o ambiente construído de espaços citadinos de acesso público tendo em vista o benefício do cidadão-comum e a promoção de dinâmicas coletivas, a difusão de conhecimentos, métodos e ferramentas que possibilitem esta participação e o fomento de inquietações e debates acerca do modelo vigente de produção urbana. Nestes processos, os integrantes dos coletivos precisam adotar papéis diversos. A exemplo do papel de mediação, numa perspectiva mais passiva em que o principal objetivo é apenas dar suporte para que os demais agentes guiem o rumo do trabalho. Ou ainda na adoção do papel de técnico que, embora não imponha os seus saberes específicos ou os aplique para a consolidação de relações hierárquicas, traz seus conhecimentos especializados como forma de guiar e colaborar com esta construção coletiva.

No que concerne às questões principais com que começamos:

425 Weber, "A 'objetividade' do conhecimento na ciência social e na ciência política," 137-138.

Pode a prática arquitetônica ser exercida sem capitalismo, mesmo apesar deste?⁴²⁶

A resposta rápida é não, se considerarmos que capitalismo é o princípio, meio e fim que descreve toda a realidade urbana. Estando inseridos neste sistema, os coletivos acabam por ser obrigados a se movimentar segundo algumas lógicas e fluxos do capital. O acesso limitado ou inexistente a recursos, por exemplo, foi referido diversas vezes enquanto um desafio constante e quase sempre a razão para que a escala temporal e espacial sejam limitadas, o que, por sua vez, mostra-se como um empecilho no alcance de uma participação ativa dos agentes envolvidos, bem como restringe o potencial de mudança pretendido. Contudo, a resposta também é sim, pois como foi apresentado, o trabalho de muitos coletivos de arquitetura é orientado por outros valores que não de troca e que, apesar de não necessariamente subverterem princípios capitalistas, produzem muito mais do que mais capitalismo.

Como exercer uma prática arquitetônica economicamente viável sem se tornar refém dos princípios de quem provê o financiamento?

O maior desafio identificado foi a garantia de uma viabilidade econômica que não torne a prática refém dos interesses de quem provê os fundos e/ou de quem faz a encomenda. Assim, os coletivos mostram encarar cada etapa do trabalho com seriedade e atenção na tentativa de não terem seu trabalho instrumentalizado para fins dissonantes com o que pretendem. Uma alternativa parece ser também o empenho em desviar as intenções do financiador/requerente do processo num sentido que esteja de acordo com os princípios do grupo. Não parece, no entanto, haver uma estratégia que garanta inteiramente o sucesso de tais tentativas.

Até onde a prática arquitetônica é capaz de engendrar mudanças diante de problemas urbanos que, por mais que se manifestem espacialmente, quase sempre têm origem em outros campos da sociedade?

Como é possível concluir, os coletivos de arquitetura não se mostram capazes de engendrar mudanças sociais e políticas sistêmicas. Entretanto, por mais que, de um modo geral, seus integrantes desejem que uma mudança no modelo de produção urbana aconteça, migrando-se para um cenário de maior justiça socioespacial e participação cidadã, este não parece ser o objetivo central das práticas que desenvolvem. Mostram-se muito mais preocupados com que esta seja meio para gerar dinâmicas que permitam, mesmo que localmente, estabelecer melhorias na vida urbana. Neste âmbito, parecem ter sucesso, visto que os resultados das ações/intervenções muitas vezes induzem uma cultura de mobilização cidadã, parcerias de longa duração entre os agentes envolvidos nos processos, bem como aparentam fomentar a percepção da possibilidade de apropriação de espaços e do direito à cidade.⁴²⁷ Através desta forma expandida de encarar a arquitetura, estes coletivos mostram que é possível ampliar as fronteiras da atuação dos profissionais da disciplina, evidenciando que, com isto, expande-se também o potencial de transformação da cidade.

426 Sorkin, "Afterword," 217.

427 Lefebvre, *O direito à cidade*.

Diante disto tudo e tendo em vista os desafios enfrentados por coletivos de arquitetura em meio a este contexto neoliberal no qual vivemos, foi possível ainda traçar algumas diretrizes que ajudem o *Colectivo ZÁS* a se desenvolver:

- a) É importante se manter atento às intenções de quem financia ou encomenda projetos para não acabar por ter o trabalho instrumentalizado sem saber;
- b) Não ficar dependente exclusivamente de demandas externas, os conhecimentos e ferramentas da arquitetura são úteis também para identificar problemas e não só para os resolver;
- c) Nem tudo o que parece um problema arquitetônico de fato é. Da mesma forma, por vezes a prática da arquitetura pode colaborar com a resolução de questões e melhorias de aspectos que parecem ultrapassar os seus domínios;
- d) As perspectivas e opiniões de outros agentes quase sempre trazem contributos para o desenho/desenvolvimento de processos de arquitetura. A disciplina só se enriquece ao ser mantida aberta para o diálogo com outros saberes;
- e) Dificilmente será possível subverter o modelo de produção urbana vigente e a resolução de problemas pontuais, por vezes, acaba auxiliando a sua manutenção. Todavia, o potencial da prática de coletivos de arquitetura reside sobretudo no colaborar diretamente com o dia-a-dia cidadão e as suas tensões, ambiguidades e mundos de possibilidades dentro, através e contra o governo neoliberal da vida urbana.

referências

- A Cidade Precisa de Você. “Início”. Acessado em 11 de julho de 2022. <https://acidadeprecisa.org/>
- Aguiar-Conraria, Luís. “2010-2013: A mais longa e severa das crises”. *Fundação Francisco Manuel dos Santos*. Acessado em 22 de agosto de 2022. <https://ffms.pt/criSES-na-economia-portuguesa/5047/a-mais-longa-e-severa-das-criSES>
- Alban, Naia. “Coletivos colaborativos de arquitetura: Aproximação do mundo acadêmico”. Publicado em fevereiro de 2021, vídeo do YouTube, 1:33:16. https://youtube.com/watch?v=o10iv_neu_k
- Alessi, Gil. “Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida”. *El País Brasil*, 13 de dezembro de 2016. https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html
- Allen, Matthew. “The revolution that set Zurich streets ablaze”. *Swissinfo.ch*, 30 de maio de 2010. <https://swissinfo.ch/eng/the-revolution-that-set-zurich-streets-ablaze/8959528>
- Approche.s! “Que faisons-nous?”. Acessado em 11 de julho de 2022. <https://atelierapproches.fr/>
- Arcary, Valério. “Maio de 68: a última onda revolucionária que atingiu o centro do capitalismo”. *Acta Scientiarum: Human and Social Sciences* 30, no. 2 (2008), 203-209.
- Arpenteurs. “Arpenteurs”. Acessado em 24 de setembro de 2022. <https://arpenteurs.fr/>
- Arpenteurs. “Objectifs”. Acessado em 24 de setembro de 2022. <https://arpenteurs.fr/objectif.htm>
- Arquitectura Expandida. “En red con”. Acessado em 22 de junho de 2022. <https://arquitecturaexpandida.org/>
- Arquitecturas Colectivas. “La red”. Acessado em 19 de junho de 2022. <https://arquitecturascolectivas.net/la-red>
- Assemble. “10 Houses on Cairns Street – 2015”. Projects. Acessado em 14 de julho de 2022. <https://assemblestudio.co.uk/projects/10-houses>
- atelier d’architecture autogérée. *Urban Act*. Paris: aaa-PEPRAV, 2007.
- ateliermob/Trabalhar com os 99% e Colectivo Warehouse. *Terras da Costa*. Lisboa: Livraria Tigre de Papel, 2022.
- ateliermob/Trabalhar com os 99%. “Início”. Acessado em 20 de agosto de 2022. <https://ateliermob.com/>
- ateliermob/Trabalhar com os 99%. “Sobre”. Acessado em 20 de agosto de 2022. <https://ateliermob.com/versao-pt/sobre>
- ATTAC. “Overview”. Acessado em 28 de abril de 2022. <https://attac.org/en/overview>
- Ateliervivo. “A pedagogia do canteiro”. Acessado em 05 de julho de 2022. <https://ateliervivo.com/>
- Awan, Nishat, Tatjana Schneider e Jeremy Till. *Spatial Agency: Other ways of doing architecture*. Abingdon; Nova Iorque: Routledge, 2011. ePub.
- Awan, Nishat, Tatjana Schneider e Jeremy Till. “1960s Utopian Groups”. Spatial Agency. Acessado em 23 de março de 2022. <https://spatialagency.net/database/1960s.utopian.groups>

- Bandeirinha, José António. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011 [2007].
- Batista, Liz. “Alta do Petróleo fez país viver crise nos anos 1970”. *Estadão*, 06 de dezembro de 2014. <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,alta-do-petroleo-fez-pais-viver-crise-nos-anos-1970,10618,0.htm>
- Bell, Bryan e Katie Wakeford, ed. *Expanding Architecture: Design as Activism*. Nova Iorque: Metropolis Books, 2008.
- Benevolo, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. Traduzido por Ana Goldberger. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001 [1960].
- Brenner, Neil, Peter Marcuse e Margit Mayer, ed. *Cities for People, not for profit*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2012.
- Chiappero, Florent. “Du Collectif Etc aux ‘collectifs d’architectes’: une pratique matricielle du projet pour une implication citoyenne.” Dissertação de doutorado, Aix-Marseille Université, 2017.
- Chomsky, Noam. *Occupy*. Grã-Bretanha: Penguin Books, 2012.
- City3. “About”. Acessado em 20 de agosto de 2022. <http://city3.be/?about>
- Colectivo RE. *Huevo de Pato 2*. Publicado em agosto de 2020. https://issuu.com/proyectore01/docs/huevo_de_pato_02_3ae018fef4a386
- Colectivo Warehouse. “O que fazemos”. Acessado em 29 de agosto de 2022. <http://warehouse.pt/what-we-do/?lang=pt-pt>
- Colectivo Warehouse. “Sobre”. Acessado em 20 de agosto de 2022. <http://warehouse.pt/about/?lang=pt-pt>
- Coletivo Massapê. “Início”. Acessado em 20 de agosto de 2022. <https://massapecoletivo.org/>
- Collectif Etc. “Cartographie des amis”. À propos. Acessado em 17 de junho de 2022. <http://collectifetc.com/liens/>
- Communa. “Our Mission”. Acessado em 11 de julho de 2022. <https://communa.be/en/our-mission/>
- Comuns. “Comuns: desvendando processos na América Latina”. Acessado em 23 de junho de 2022. <https://comuns.net.br/>
- constructLab. “About”. Acessado em 05 de julho de 2022. <https://constructlab.net/about/>
- Cooper Hewitt. “Gruppo Strum”. Acessado em 8 de setembro de 2022. <http://cprhw.tt/p/2AzhH/>
- Cronologia do Pensamento Urbanístico. “Lei nº 10.257 institui o Estatuto da Cidade”. Acessado em 28 de abril de 2022. <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1423>
- Crouch, Colin. *Post-Democracy*. Cambridge; Malden: Polity Press, 2004.
- Crysler, Greig. “The Paradoxes of Design Activism: Expertise, Scale and Exchange”. *FIELD 2*, outono de 2015. <http://field-journal.com/issue-2/crysler>
- Crysler, Greig. “The Paradoxes of Design Activism: Expertise, Scale and Exchange; Part Two: Scale”. *FIELD 10*, primavera de 2018. <http://field-journal.com/issue-10/the-paradoxes-of-design-activism-expertise-scale-and-exchange-part-two-scale>
- CRTL+Z. “Acerca de Ctrl+Z”. Acessado em 11 de julho de 2022. <http://ctrlz.net/abt-es/>
- Davidoff, Paul. “Advocacy and pluralism in planning”. *Journal of the American Institute of Planners* 31, no. 4 (1965), 422-432.
- Deamer, Peggy, ed. *Architecture and capitalism: 1845 to the present*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2014.

- Dias, Hugo. “Wall Street (Occupy)”. Dicionário das Crises e Alternativas, Observatório sobre crises e alternativas – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Acessado em 04 de maio de 2022. https://ces.uc.pt/ces/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=6833&letter=W
- Didattica. “association”. Acessado em 11 de julho de 2022. <http://www.didattica-asso.com/-association->
- Donat-Cattin, Natalie. *Collective Processes: Counterpractices in European Architecture*. Berlim; Boston: Birkhauser, 2021.
- Fathy, Hassan. *Arquitetura para os pobres: uma experiência no Egito rural*. Traduzido por Joana Correia. Lisboa: Argumentum; Dinalivro, 2009 [1969].
- Ferro, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- Fórum Nacional de Reforma Urbana. “Histórico”. Acessado em 27 de abril de 2022. <https://forumreformaurbana.org.br/quem-somos/>
- Fórum Social Mundial. “World Charter for the Right to the City”. Porto Alegre, 2005.
- Ghirardo, Diane. *Arquitetura contemporânea: uma história concisa*. Traduzido por Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1996].
- Goedegebuure, Jari e Anne Wijn en Sam de Graaff. “‘Een complete veldslag’: dit schreef Het Parool over krakersrellen in de stad”. *Het Parool*, 18 de dezembro de 2019. <https://www.parool.nl/amsterdam/een-complete-veldslag-dit-schreef-het-parool-over-krakersrellen-in-de-stad~b03277a5/>
- Gupta, Akhil e James Ferguson. “Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença”. Traduzido por Pedro Soares. *Cultural Anthropology* 7, no. 1 (fevereiro 1992), 30-49.
- Harvey, David. “Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism”. *Geografiska Annaler* 71B, no. 1 (1989), 3-17.
- Harvey, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007 [2005].
- Harvey, David. “David Harvey na FAUUSP - A urbanização e as crises”. *PosFAUUSP* 19, no. 32, dezembro de 2012, 10-24.
- Harvey, David. “Absolute Contradictions of the Post-War Era”. Publicado em 22 de abril de 2021 em *David Harvey’s Anti-Capitalist Chronicles*, podcast, 46:58. <https://anticapitalistchronicles.libsyn.com/absolute-contradictions-of-the-post-war-era>
- International New Town Institute. “The Institute: About INTI”. Acessado em 21 de março de 2022. <http://www.newtowninstitute.org/spip.php?rubrique1>
- International New Town Institute. “What is a New Town”. Acessado em 21 de março de 2022. <http://www.newtowninstitute.org/spip.php?article415>
- Jacobs, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Traduzido por Carlos Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011 [1961].
- Lefebvre, Henri. *O direito à cidade*. Traduzido por Rubens Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2008 [1968].
- Lefebvre, Henri. *Lógica Formal, Lógica Dialética*. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991 [1969].
- Macaire, Elise. “L’Architecture a l’Epreuve de Nouvelles Pratiques: recompositions professionnelles et democratization culturelle.” Dissertação de doutorado, Université Paris-Est, 2012.

- Nel-lo, Oriol. *A Cidade em Movimento: crise social e resposta cidadã*. Lisboa: Livraria Tigre de Papel, 2018 [2015].
- Ne Pas Plier. “Ne Pas Plier”. Acessado em 24 de setembro de 2022. <https://www.nepasplier.fr/internationale.htm>
- Nicolas-Le Strat, Pascal. *Expérimentations politiques*. s.l.: Fulenn, 2014 [2007]. ePub.
- Peterson, John. “Q+A: Public Architecture Founder John Peterson”. Entrevistado por Sara Johnson. *Architect Magazine*, 27 de abril de 2015. https://www.architectmagazine.com/practice/q-a-public-architecture-founder-john-peterson_o
- Petrescu, Doina e Kim Trogal, ed. *The Social (Re)production of Architecture: politics, values and actions in contemporary practice*. Nova Iorque: Routledge, 2017.
- Pinto, Tales. “O New Deal”. História do Mundo. Acessado em 28 de março de 2022. <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/o-new-deal.htm>
- Raumlabor. “Statement”. About. Acessado em 01 de julho de 2022. <https://raumlabor.net/statement/>
- Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo. “Manifesto pelo urbanismo colaborativo”. Acessado em 29 de novembro de 2021. <https://redebrurbanismocolaborativo.org/>
- Ringen, Jonathan. “Superstudio: the architecture collective that influenced a generation”. *MetropolisMag*, 6 de janeiro de 2004. <https://metropolismag.com/projects/architecture-collective-superstudio-influenced-generation/>
- Rittel, Horst e Melvin Webber. “Dilemmas in a General Theory of Planning”. *Policy Sciences* 4, 1973, 155-169.
- Rogers, Chris. *Capitalism and Its Alternatives*. Londres: Zed Books, 2014.
- Rollot, Mathias, ed. *L'hypothèse collaborative: conversation avec les collectifs d'architectes français*. França: Hyperville, 2018.
- Santos, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. Madison: s.n., 2004.
- Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- Sassen, Saskia. *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*. Cambridge; Londres: Harvard University Press, 2014.
- Schmidt, Thilo. “Stadterneuerung per Hausbesetzung”. *Deutschlandfunk Kultur*, 29 de maio de 2019. <https://www.deutschlandfunkkultur.de/westberlin-in-den-80er-jahren-stadterneuerung-per-100.html>
- Shin, Hyun Bang. “Urban movements and the genealogy of urban rights discourses: the case of urban protesters against redevelopment and displacement in Seoul, South Korea”. *Annals of the American Association of Geographers* 108, no. 2 (fevereiro de 2018), 356-369.
- Silva, Daniel. “Maio de 1968”. História do Mundo. Acessado em 28 de março de 2022. <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/maio-de-1968.htm>
- Sobral, Laura. *Fazer Juntos: instrumentos de cooperação para cidades cocriadas*. São Paulo: Cidade Press, 2021.
- Soja, Edward. “The city and spatial justice”. *justice spatiale/spatial justice*, no.1 (setembro de 2009), 1-5.
- Tafuri, Manfredo. *Projecto e utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Traduzido por Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1985 [1973].
- Todo por la Praxis. “Todo por la Praxis”. Acessado em 11 de julho de 2022. <https://todoporlapraxis.es/lineas-de-trabajo-2/>
- TransLAB.URB. “Equipe”. Acessado em 20 de agosto de 2022. <https://translaburb.cc/Equipe>

UK Parliament. “New Towns”. Acessado em 21 de março de 2022. <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/towncountry/towns/overview/newtowns/>

Varejão, José. “2008-2009: Filha da crise financeira internacional”. *Fundação Francisco Manuel dos Santos*. Acessado em 22 de agosto de 2022. <https://ffms.pt/criSES-na-economia-portuguesa/5046/filha-da-criSE-financeira-internacional#>

Vinnitskaya, Irina. “Public Architecture’s 1% Program Provides Projects for Habitat for Humanity”. *Archdaily*, 22 de janeiro de 2013. <https://www.archdaily.com/319278/public-architectures-1-program-provides-projects-for-habitat-for-humanity>

Weber, Max. *Metodologia das ciências sociais; Parte 1*, trad. Augustin Wernet. São Paulo: Cortez Editora; Editora da Unicamp, 2001 [1904].

Williams, Raymond. “Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory”. *New left Review* 82, no. 1 (novembro/dezembro de 1973), 3-16.

Zetlaoui-Léger, Jodelle, Elise Macaire e Céline Tcherkassky. “Architect Collectives and the Coproduction of Places in the ‘Grey Zones’ of Urban Development Planning: The Educational Institution as a Mediation Framework”, *Architecture* 2, no.1, fevereiro de 2022, 67-94.



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

